O dom da produção acadêmica: manual de normalização e metodologia de pesquisa

Anacélia Santos Rocha
Beatriz Souza Costa
Lucas Martins de Freitas Junior
Maria Aparecida Leite Mendes Cota
Mariza Rios
Sébastien Kiwonghi Bizawu

ESCOLA SUPERIOR DOM HELDER CÂMARA
GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Anacélia Santos Rocha
Beatriz Souza Costa
Lucas Martins de Freitas Junior
Maria Aparecida Leite Mendes Cota
Mariza Rios
Sébastien Kiwonghi Bizawu

O DOM DA PRODUÇÃO ACADÊMICA:
MANUAL DE NORMALIZAÇÃO E METODOLOGIA DE PESQUISA

Belo Horizonte
2024

Anacélia Santos Rocha
Beatriz Souza Costa
Lucas Martins de Freitas Junior
Maria Aparecida Leite Mendes Cota
Mariza Rios
Sébastien Kiwonghi Bizawu

O dom da produção acadêmica:
manual de normalização e metodologia de pesquisa

Belo Horizonte
2024

REITOR
Prof. Dr. Paulo Umberto Stumpf
Vice-reitor: Prof. Dr. Franclim Jorge Sobral de Brito

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO
Prof. Dr. Franclim Jorge Sobral de Brito

PRÓ-REITOR DE PESQUISA
Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO
Profª. Dra. Anacélia Santos Rocha

SUPERVISORA PEDAGÓGICA
Profª. Cácia Rita Stumpf

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO
Prof. Dr. Francisco Haas

REVISORES DA 2ª EDIÇÃO
Christiane Costa Assis (Revisora Geral)
Ana Paula Fonseca Vignoli (Revisora de Português)

ORGANIZADORES DA 1ª EDIÇÃO
Mariza Rios
Newton Teixeira Carvalho

COLABORADORES DA 1ª EDIÇÃO
Acácia Barbosa Cunha
Émilien Vilas Boas Reis
Maria Carolina Ferreira Reis
Sébastien Kiwonghi Bizawu

REVISORES 2ª EDIÇÃO
Maria Carolina Ferreira Reis
Lucas Martins de Freitas Junior

REVISORES DA EDIÇÃO ATUAL
Maria Carolina Ferreira Reis
Lucas Martins de Freitas Junior
Renata Magro
Danielle Maciel Ladeia Wanderley

ORGANIZADORES

ANACÉLIA SANTOS ROCHA
Pró-Reitora de Administração

BEATRIZ SOUZA COSTA
Docente de Pós-graduação e pesquisa

LUCAS MARTINS DE FREITAS JUNIOR
Bibliotecário

MARIA APARECIDA LEITE MENDES COTA
Professora de Português e de Metodologia de Pesquisa da Graduação

MARIZA RIOS
Professora de Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação

SÉBASTIEN KIWONGHI BIZAWU
Pró-Reitor de Intercâmbio e Internacionalização Institucional

D666 O Dom da produção acadêmica: manual de normalização e metodologia de pesquisa / Anacélia Santos Rocha [et al.] . 3. ed. – Belo Horizonte: Dom Helder, 2024.
121 p.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-69921-23-3

1. Metodologia. 2. Trabalhos científicos. 3. Métodos de estudo. I. Costa, Beatriz Souza Costa. II. Cota, Maria Aparecida Leite Mendes. III. Rios, Mariza. IV. Bizawu, Sébastien Kiwonghi. V. Freitas Junior, Lucas Martins. VI. Título.

CDU 001.8
CDD 001.42

Bibliotecário responsável: Lucas Martins de Freitas Junior CRB-6/3621

Fazer tudo bem.
Trabalhar sempre com alma.
E com toda alma,
Quer se trate de conduzir às estrelas
Uma nave espacial
Ou de fazer
Uma simples ponta de lápis...

(CÂMARA, 1983, p. 15)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema de leitura analítica 32
Figura 2 – Delineamento da metodologia 58
Figura 3 – Recuo da citação direta longa 80
Figura 4 – Citação direta: regras gerais de apresentação 81
Figura 5 – Referência de livro: elementos essenciais 88
Figura 6 – Capítulo de livro: elementos essenciais 90
Figura 7 – Referência de artigo científico: elementos essenciais 91
Figura 8 – Referência de artigo de jornal: elementos essenciais 92
Figura 9 – Referência de dissertação: elementos essenciais 93
Figura 10 – Exemplos de referências *on-line* 95
Figura 11 – Referência de trabalho apresentado em evento: elementos essenciais 96
Figura 12 – Estrutura do trabalho acadêmico 97
Figura 13 – Modelo de capa 99
Figura 14 – Modelo de folha de rosto 100
Figura 15 – Posição da ficha catalográfica 101
Figura 16 – Modelo de folha de aprovação 102
Figura 17 – Posição do texto da Dedicatória 103
Figura 18 – Modelo da página com Agradecimentos 104
Figura 19 – Configuração da página 110
Figura 20 – Configuração das margens no *Microsoft Office Word* 112
Figura 21 – Configuração do parágrafo 113
Figura 22 – Configuração da numeração das páginas 115
Figura 23 – Lombada dos trabalhos acadêmicos 116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Conectivos 24
Quadro 2 – Diferenças entre resumo e resenha 29
Quadro 3 – Paráfrases sem plágios – Exemplos 33
Quadro 4 – Critérios de cientificidade 36
Quadro 5 – Níveis de conhecimento jurídico 37
Quadro 6 – Condições de produção de textos acadêmicos 38
Quadro 7 – Etapas implicadas na atividade de escrita 39
Quadro 8 – Exemplo de parágrafo dissertativo 45
Quadro 9 – A citação direta como desenvolvimento do parágrafo 46
Quadro 10 – A citação indireta como desenvolvimento do parágrafo 47
Quadro 11 – A citação de citação como desenvolvimento do parágrafo 47
Quadro 12 – Pesquisa: quantitativa ou qualitativa 59
Quadro 13 – Pesquisa exploratória, descritiva e explicativa 60
Quadro 14 – Elementos essenciais das referências 88
Quadro 15 – Elementos dos trabalhos acadêmicos 98
Quadro 16 – Apresentação de tabelas e quadros 108

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **8**

PARTE I - O PESQUISADOR E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO 11

1 FONTES DE PESQUISA **12**
1.1 Diferença entre fontes primárias e secundárias **12**
1.2 O uso de manuais como fontes de pesquisa **13**
1.3 Revistas científicas **13**
1.4 Consulta a livros **13**
1.5 Consulta a trabalhos acadêmicos **15**
1.6 Consulta à biblioteca digital de teses e dissertações **16**
1.7 Endereços eletrônicos de centros de pesquisa e bancos de dados *on-line* **16**

2 FICHAMENTO, RESUMO E RESENHA COMO FERRAMENTAS DE PESQUISA **18**
2.1 Conceito de fichamento **18**
2.2 O fichamento como matéria-prima para o texto acadêmico-científico **19**
2.3 O esquema como tipo de fichamento **19**
2.4 O passo a passo do fichamento **19**
2.5 A técnica da sublinha **20**
2.6 O fichamento de citação **21**
2.7 O fichamento de resumo **22**
2.8 Dicas para a produção de resumos fiéis às ideias dos autores pesquisados **23**
2.9 Resenha e recensão **26**
2.10 Diferença entre resumo e resenha **29**
2.11 A resenha temática **30**
2.12 A diferença entre as ideias do autor e os comentários feitos pelo pesquisador **31**
2.13 O plágio de ideias dos autores pesquisados **32**
2.13.1 Tipos de práticas que caracterizam o plágio *33*

3 A PRODUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS **35**
3.1 Critérios de cientificidade dos textos **36**
3.2 Diferença entre a linguagem técnica e linguagem científica **37**
3.3 Os gêneros textuais que circulam no contexto acadêmico **38**
3.4 Planejar, escrever e reescrever o texto **39**
3.5 A neutralidade e a imparcialidade do pesquisador: o uso da 3ª pessoa do singular **40**
3.5.1 A concordância dos verbos na voz passiva sintética *40*
3.5.2 Evitar o uso de expressões que explicitem a interpelação ao leitor *41*
3.5.3 Evitar formas elogiosas para se referir aos autores pesquisados *41*
3.5.4 Evitar o uso de palavras valorativas *42*
3.5.5 Apontar claramente os sujeitos das orações *42*
3.6 O emprego dos pronomes demonstrativos **43**
3.7 O emprego dos tempos verbais no texto científico-acadêmico **43**
3.8 A função do parágrafo na construção do texto **44**
3.8.1 As qualidades do parágrafo *45*
3.8.2 As citações como desenvolvimento do parágrafo *46*

3.9 A coesão textual e o diálogo entre autores ... 47
3.10 Regras práticas para escrever com clareza e objetividade ... 49

PARTE II ... 51

4 PROJETO DE PESQUISA – ABNT NBR 15287 (2011) ... 52
4.1 Estrutura do projeto de pesquisa ... 53
4.1.1 Introdução ... 53
4.1.2 Problema ... 53
4.1.3 Hipótese ... 54
4.1.4 Objetivos ... 54
4.1.4.1 O objetivo geral ... 54
4.1.4.2 Os objetivos específicos ... 55
4.1.5 Justificativa ... 55
4.1.6 Revisão da literatura: encontrando o referencial teórico ... 55
4.1.7. Metodologia ... 57
4.1.7.1 Pesquisa de natureza quantitativa ou qualitativa ... 58
4.1.7.2 Pesquisa exploratória, descritiva e explicativa ... 59
4.1.7.3 Métodos ... 61
4.1.7.4 Técnicas ... 62
4.1.7.5 Instrumentos de coleta de dados ... 68
4.1.8 Cronograma ... 69
4.1.9 Referências ... 69

5 MONOGRAFIA, DISSERTAÇÃO, TESE E ARTIGO CIENTÍFICO ... 71
5.1 A monografia – MEC/CES 211/2004 ... 71
5.2 A dissertação – ABNT NBR 14724 (2024) ... 71
5.3 A tese ... 72
5.4 O artigo científico – ABNT NBR 6022 (2018) ... 73

PARTE III ... 77

NORMALIZAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS ... 77

6 CITAÇÕES, NOTAS DE REFERÊNCIA, NOTAS DE RODAPÉ E NOTAS EXPLICATIVAS – ABNT NBR 10520 (2023) ... 78
6.1 Tipos de citação ... 78
6.1.1 Citação indireta ... 78
6.1.2 Citação direta ... 79
6.1.2.1 Citação direta curta ... 79
6.1.2.2 Citação direta longa ... 79
6.1.3 Citação de citação ... 82
6.1.4 Citação em língua estrangeira ... 82
6.1.5 Citações de um ou mais autores e referência ... 83
6.1.6 Citação de informação verbal ... 84
6.1.7 Citação de entidades e jurisdições como autores ... 84
6.2 Notas de referência ... 86
6.3 Notas de rodapé ... 86
6.4 Notas explicativas ... 86

7 Apresentação das referências – ABNT NBR 6023 (2018) ... 88
7.1 Referências de livros: um ou mais autores ... 88
7.2 Referência de artigos científicos ... 91
7.3 Referências de documentos cujo autor é uma entidade ... 91

7.4 Referência de artigo de jornal e revista 92
7.5 Referência de monografia/dissertação/tese 93
7.6 Referências de documentos jurídicos 93
7.7 Referência de documentos eletrônicos 94
7.8 Congressos e outros eventos 96
7.9 Referências da Bíblia 96

8 ESTRUTURA DE TRABALHOS ACADÊMICOS – ABNT NBR 14724 (2024) 97
8.1 Elementos pré-textuais 98
8.1.1 Capa 98
8.1.2 Folha de Rosto 99
8.1.3 Verso da folha de rosto 100
8.1.4 Folha de aprovação 101
8.1.5 Dedicatória 102
8.1.6 Agradecimentos 103
8.1.7 Epígrafe 104
8.1.8 Resumo na língua vernácula (graduação e mestrado) 104
8.1.8.1 Resumo em língua estrangeira (mestrado e doutorado) 105
8.1.9 Sumário 105
8.2 Elemento textual – ABNT NBR 15287 (2011) 106
8.2.1 Introdução 106
8.2.2 Revisão da literatura /Referencial teórico 107
8.2.3 Análise e discussão de resultados 107
8.2.3.1 Apresentação dos dados: ilustrações: gráficos, quadros, tabelas e figuras 107
8.2.3.2 Equações e fórmulas 107
8.2.4 Considerações finais 109
8.3 Elementos pós-textuais 109
8.3.1 Referências 109
8.3.2 Anexo e Apêndice 109
8.4 Apresentação gráfica – ABNT NBR 14724 (2024) 110
8.5 Formatação em Microsoft Office Word 111
8.5.1 Margens 111
8.5.2 Parágrafos 112
8.5.3 Numeração de páginas 113
8.5.4 Notas de rodapé 114
8.5.5 Encadernação 115
8.5.6 Lombada 115

REFERÊNCIAS 117

APRESENTAÇÃO

Partindo do princípio básico da pedagogia inaciana de desenvolver o espírito crítico-reflexivo a fim de atingir o *Magis*, idealiza-se uma nova edição do manual de normalização e metodologia da pesquisa que auxilie o **discente** não só na elaboração e na adequação formal de trabalhos acadêmicos, mas sobretudo, na (re)construção do conhecimento. Acreditamos que tal construção deva ser pautada no protagonismo discente, que requer as ações de **saber pensar** e **aprender a aprender,** de forma a que seja capaz de produzir o debate entre o conhecimento científico, a realidade social e as normas do Direito.

É nesse sentido, de desenvolver uma educação voltada para o pensar, que advém a proposta da Escola Superior Dom Helder Câmara (ESDHC). Cabe à Escola apontar estratégias que auxiliem o discente a conduzir, com autonomia, o seu processo de produção de conhecimento, a fim de desenvolver habilidades de leitura e escrita, o raciocínio e o pensamento crítico. Por isso, na primeira parte deste manual, apresentam-se alguns princípios considerados essenciais para a formação de autores.

Não é por acaso que, nesta nova edição, o título **O dom da produção acadêmica** não tenha sido alterado. Ainda se mantém a crença de que qualquer trabalho acadêmico-científico requer do pesquisador os dons da escuta, da leitura incansável e reflexiva e do pensar para agir na busca de respostas aos problemas mais instigantes da sociedade.

Defende-se, assim como Demo (2008), que a pesquisa seja uma das conquistas de cidadania e uma forma de politização e de inserção social. Portanto, a meta não é formar **pesquisadores profissionais**, mas **profissionais pesquisadores** aptos a ler e a produzir textos que circulam na esfera acadêmica, e, sobretudo, capazes de produzir e divulgar conhecimento. Nosso objetivo é desenvolver sujeitos críticos e éticos, com autonomia para pensar, para aprender e para produzir trabalhos com maior rigor científico e técnico.

Este manual está dividido em três partes. Na primeira, apontam-se habilidades do pesquisador, fontes de pesquisa, técnicas para fichamento e dicas para a produção de textos acadêmicos. Na segunda, trata-se de projeto de pesquisa e de trabalhos acadêmicos. Na terceira parte é apresentada a estrutura dos trabalhos acadêmicos e as normas de formatação específicas para a produção de conhecimento científico, como a forma de fazer citações e referências, com o objetivo de orientar o pesquisador na produção de monografias, artigos científicos, dissertações e teses.

Espera-se que esta nova edição do manual colabore para que a prática da pesquisa seja cada vez mais aprimorada e que novas descobertas contribuam para a formação de sujeitos sociais mais atuantes. Afinal, acreditamos, como Szent-Györgyi, que “A descoberta consiste em ver o que todos viram e em pensar no que ninguém pensou.”

Este manual não substitui as normas ABNT NBR vigentes; sempre deve-se utilizar a ABNT NBR mais atual, respeitando os aspectos deste manual.

Os organizadores.

PARTE I – O PESQUISADOR E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Você vai encontrar nesta parte informações sobre:

1 Fontes de Pesquisa **12**

2 Fichamento, resumo e resenha como ferramentas de pesquisa **18**

3 A produção de textos acadêmicos **35**

PARTE I

O PESQUISADOR E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Na sociedade da informação e do conhecimento, o desafio não é mais o acesso a fontes de pesquisas, visto que a *Internet* veicula uma gama infindável de dados e de informações. Cabe ao pesquisador a tarefa de avaliá-los criticamente, a fim de selecionar fontes de pesquisa fidedignas que lhe auxiliarão na produção do conhecimento. De um lado, circula o discurso de opinião, fruto de crenças, valores e ideologias socialmente partilhados pelo senso comum – o não científico; de outro, o discurso científico, que é fruto de estudos sistematizados, de discussões lógicas e bem fundamentadas. Daí advém a importância do olhar atento para a seleção das fontes de pesquisa. Para discernir o discurso científico do não científico é importante, primeiramente, saber identificar a natureza das fontes pesquisadas.

1 FONTES DE PESQUISA

Uma das principais formas de construção do conhecimento consiste em **eleger um tema de pesquisa** e em buscar informação sobre esse tema; daí a necessidade de aprender a reconhecer e a utilizar de forma eficaz as fontes de pesquisa de acordo com os critérios de cientificidade. **Não há como escrever sobre um tema sem antes definir termos, estabelecer conceitos, conhecer pesquisas já realizadas**. Por isso, nesta fase, denominada de **levantamento bibliográfico**, o pesquisador seleciona fontes diversas: dicionários, enciclopédias, livros, revistas, artigos, monografias, dissertações, teses, legislação e jurisprudência.

1.1 Diferença entre fontes primárias e secundárias

Observe o recuo de 2 cm no parágrafo

2 cm

Um dos passos importantes nesse processo é saber distinguir **fontes primárias**, de "primeira mão", que ainda não foram objeto de investigação e análise, de **fontes secundárias**, de "segunda mão", que já foram submetidas a análises anteriores. Gil (2009, p. 45-46) denomina como *documental* a pesquisa baseada em fontes primárias e como *bibliográfica* a constituída a partir de fontes secundárias.

Queiroz (2015) exemplifica:

Observe o recuo na citação direta

4 cm

> [...] se meu tema de pesquisa é 'a definição da vida como bem jurídico na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal', o acórdão da ADI 3.510 (células tronco) será uma fonte primária de pesquisa, pois é o próprio objeto de minha análise. Já as notícias da mídia, os comentários doutrinários e a literatura crítica produzida a respeito desse acórdão serão minhas fontes secundárias. Se, por outro lado, quero avaliar como determinados veículos de mídia cobriram um determinado julgamento do STF, as matérias jornalísticas sobre esse julgamento, que seriam fontes secundárias no primeiro caso, serão fontes primárias nessa segunda hipótese, pois se converteram no próprio objeto da pesquisa (Queiroz, 2015, p. 81-82, grifo nosso).

Assim, ao recorrer à doutrina ou à literatura crítica sobre seu tema de pesquisa, o pesquisador faz uso de fontes secundárias e realiza a pesquisa bibliográfica e, quando opta por analisar o ordenamento jurídico, faz **pesquisa documental**, uma vez que utiliza fontes primárias.

1.2 O uso de manuais como fontes de pesquisa

Os manuais, por serem, segundo Gil (2009, p. 65), "obras compactas que tratam concisamente da essência de um assunto [...] não constituem fontes muito adequadas para informações referentes a avanços ou progresso recentes". Por isso, **não se recomenda** o uso desse tipo de fonte na fundamentação teórica dos trabalhos acadêmicos.

1,5 cm

1.3 Revistas científicas

1,5 cm

Observe o espaço de 1,5 cm entre seções e entre o título das seções e o texto

Já as revistas científicas são fontes confiáveis de pesquisa. Isso porque se tratam de publicações periódicas de artigos científicos de pesquisadores cujo objetivo é divulgar resultados de pesquisas realizadas em instituições acadêmicas. Essas revistas são submetidas a avaliações rigorosas para serem classificadas de acordo com o sistema Qualis periódicos. Até o momento, o sistema Qualis de classificação é composto por 8 níveis ou estratos: A1 (mais elevado) A2, B1, B2, B3, B4, B5, C (peso zero).

Assim, os artigos científicos publicados em revistas com um Qualis mais elevados são recomendados para fundamentação teórica da pesquisa devido à credibilidade que advém dos critérios estabelecidos para a admissão de sua publicação. Todo artigo é submetido à avaliação de um conselho editorial formado por especialistas da área de conhecimento, os quais avaliam o conteúdo do documento. Isso significa que a pesquisa é submetida ao reconhecimento e à aprovação dos pares.

A revista **Veredas do Direito**: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, revista científica vinculada ao Programa de Pós-graduação stricto sensu em Direito da Escola Superior Dom Helder Câmara, possui **Qualis A1** e é, portanto, uma fonte qualificada de pesquisa e fundamentação consistente para a elaboração de trabalhos acadêmico-científicos. Para acessá-la:

< http://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/issue/archive >

1.4 Consulta a livros

O levantamento bibliográfico requer do pesquisador algumas ações que facilitem esse procedimento. Cota (2010) sugere alguns passos e ações que devem nortear a pesquisa em livros.

- Analisar o *status* do autor (biografia e bibliografia)

  Ação: identificar o nome do autor, observar cargo que ocupa (se é pesquisador, professor, economista, jurista, sociólogo...), a instituição a que está vinculado, obras já publicadas, qualificação (títulos e premiações). Esses dados ajudam a verificar a autoridade do autor sobre o tema e sua credibilidade na área de conhecimento em que atua.

- Identificar o título e o subtítulo da obra

  Ação: observar a abrangência do título e subtítulo, sua relevância e a relação que possuem com o tema da pesquisa.

- Investigar o número e data da edição do livro

  Ação: observar se a edição é recente ou se foi revista, ampliada e atualizada. É importante observar também a data da primeira edição, principalmente se o livro não passou por revisão e atualização.

- Ler a contracapa

  Ação: analisar o texto apresentado para reconhecer o conteúdo do documento. Essa parte geralmente contém um resumo ou apresentação do livro e do autor e facilita a compreensão da obra como um todo.

- Ler as orelhas

  Ação: analisar os dados biográficos e bibliográficos do autor, os comentários sobre a obra, o tipo de leitor a que se destina. Essa leitura é importante para a contextualização da obra.

- Examinar o sumário

  Ação: observar o conteúdo do documento e verificar como as informações foram hierarquizadas. A análise minuciosa do sumário contribui para o reconhecimento da obra como um todo e para a seleção de capítulos a serem estudados.

- Estudar a introdução do documento

  Ação: conhecer detalhes sobre a obra e sua relevância, assim como o objetivo do autor, a metodologia adotada, a abordagem sobre o tema e o breve resumo dos capítulos. O resumo é usual em livros organizados por um ou mais autores.

- Conhecer as referências

Ação: descobrir a lista de publicações que foram consultadas. Essa análise contribui para o conhecimento do ponto de vista teórico adotado pelo autor, além de oferecer outras fontes de pesquisa que podem ser consultadas.

∴ Avaliar o conteúdo da obra

Ações: observar:

- a hierarquia dos capítulos, o objetivo do capítulo e sua relação com a obra como um todo;
- a abordagem teórica adotada;
- as referências e citações – essas informações indicam as teorias que são utilizadas na pesquisa.

1.5 Consulta a trabalhos acadêmicos

Monografias, dissertações e teses constituem o produto de leituras, observações, investigações, reflexões e críticas desenvolvidas nos cursos de graduação e pós-graduação e fornecem importantes subsídios para a pesquisa, pois apresentam levantamento bibliográfico sobre o tema escolhido. Isso possibilita o acesso ao conhecimento produzido na área da pesquisa em questão. Lembre-se de utilizar a biblioteca (física ou digital) para a sua pesquisa.

ATENÇÃO

Monografias, dissertações, teses e artigos científicos são introduzidos por um elemento pré-textual denominado **Resumo** (***Abstract***), que funciona como eficaz ferramenta de pesquisa, já que auxilia o pesquisador a localizar informações relevantes no texto sem que precise ler todo o documento. Este tipo de resumo contém a seguinte estrutura:

1 Tema do trabalho (*o quê*?)

2 Natureza do trabalho (*que tipo de trabalho: artigo, tese, dissertação?*)

3 Objetivo geral da pesquisa (*para que? Qual o ponto de partida*?)

4 Métodos e técnicas utilizados (*como foi realizada a pesquisa*?)

5 Resultados obtidos (*o que foi encontrado*? Confirma-se a hipótese levantada?)

6 Conclusão (*resposta ao problema e ao objetivo geral propostos na introdução*).

No resumo a seguir, Giraldi e Carvalho (2009) descrevem as partes que compõem o artigo científico de sua autoria.

RESUMO

(1) Dentre os vários elementos que influenciam o consumidor na compra e no consumo de um produto está o seu país de origem. **(2 e 3)** Neste artigo propõe-se a compreender a influência da imagem de um país nas intenções de compra com relação aos produtos fabricados nesse país, verificando se existem diferenças na magnitude do efeito país de origem, dependendo da familiaridade dos consumidores com o país, contribuindo assim para o aprofundamento do conhecimento do tema. Para tanto, **(4)** foi efetuado um estudo quantitativo com abordagem descritiva sobre os efeitos que a imagem do Brasil exerce nas intenções de compra do consumidor estrangeiro com relação a produtos brasileiros. A amostra utilizada foi composta por estudantes universitários holandeses. **(5)** Os resultados apontam que houve uma influência da imagem do Brasil em todos os produtos brasileiros pesquisados: carne bovina, frutas frescas, calçados e móveis, com diferenças na magnitude da influência da imagem do Brasil, dependendo da familiaridade dos respondentes com o Brasil. **(6)** As conclusões alcançadas por esta pesquisa podem ajudar as empresas brasileiras a adotar estratégias mais efetivas na comercialização de seus produtos no exterior.

Palavras-chave: imagem de país; intenções de compra; comportamento do consumidor.

1.6 Consulta à biblioteca digital de teses e dissertações e Repositório Institucional

O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) oferece ao pesquisador acesso, na íntegra, a amplo acervo de teses e dissertações de instituições de pós-graduação:

- < https://bdtd.ibict.br/>.

A Dom Helder conta com um **Repositório Institucional** que abriga as teses, dissertações e trabalhos de conclusão mais bem avaliados por meio de critérios estabelecidos por uma Comissão de professores.

- < https://www.domhelder.edu.br/repositorio-institucional>.

1.7 Endereços eletrônicos de centros de pesquisa e bancos de dados *online*

- Biblioteca da Faculdade de Direito da USP
  - <https://biblifd.direito.usp.br/ >

- Consulta *On-line* de Artigos de Periódicos, *E-books* e Bases de Dados Eletrônicos – SIBiUSP

  <http://mlbsfx.sibi.usp.br:3410/sfxlcl41/az>

- Biblioteca Digital da FGV

  <http://sistema.bibliotecas-bdigital.fgv.br/>

- Portal de Periódico CAPES

  <https://www.periodicos.capes.gov.br/ >

- SCIELO Brasil

  <https://www.scielo.br>

Essas são algumas das fontes mais comuns que auxiliam o pesquisador tanto na **pesquisa teórica** – que se apoia nas teorias desenvolvidas por pesquisadores reconhecidos – quanto na **pesquisa documental**, que analisa outros tipos de documentos, como legislação e jurisprudência. Lembre-se de utilizar a **biblioteca** para consulta nos materiais físicos e digitais.

PARA SABER MAIS

1 Sobre fontes de pesquisa, consulte:
QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. **Monografia jurídica passo a passo**: projeto, pesquisa, redação, formatação. São Paulo: Método, 2015, cap. 5.

2 Sobre pesquisa em jurisprudência e organização de informações coletadas em documentos, consulte a obra:

3 QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina (coord.). **Metodologia jurídica**: um roteiro prático para os trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Saraiva, 2013, cap. 7-14.

4 Sobre o delineamento das pesquisas bibliográfica e documental, consulte:
GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009, cap. 5-6.

ATENÇÃO

- Ao terminar a pesquisa, lembre-se sempre de anotar o endereço pesquisado e a data do acesso ao *site*.

2 FICHAMENTO, RESUMO E RESENHA COMO FERRAMENTAS DE PESQUISA

Depois da escolha do tema e da realização do levantamento bibliográfico em diversas fontes de pesquisa, é hora de se debruçar sobre os textos e iniciar os fichamentos. Essa é uma das etapas mais importantes da pesquisa, uma vez que auxilia o pesquisador a construir seu acervo de informações e, a partir da leitura atenta e das anotações registradas, interpretar o texto lido de forma a reescrevê-lo e a reproduzir o que outros já pesquisaram. Além disso, o fichamento auxilia o pesquisador iniciante a se familiarizar com o estilo da linguagem acadêmica e a desenvolver habilidades de leitura e de escrita.

2.1 Conceito de fichamento

Fichar, segundo Weg (2006), é o ato de selecionar, organizar e registrar informações a partir da leitura do texto-fonte, de forma a constituir uma documentação que:

- atenda aos objetivos do leitor ao fazer a leitura;
- remeta ao texto-fonte;
- possa ser consultada posteriormente;
- auxilie na elaboração de um texto posterior.

DICAS

Nunca comece um fichamento sem obedecer a um planejamento prévio de leitura e sem anotar as referências da obra pesquisada. Pergunte-se sempre:

- Com que objetivo estou lendo este texto?
- Qual a relevância do texto/autor para a fundamentação da minha pesquisa?
- Quais subsídios o autor pode oferecer para minha pesquisa?

Essas perguntas auxiliam o pesquisador a fazer a leitura mais seletiva e pontual.

2.2 O fichamento como matéria-prima para o texto acadêmico-científico

O fichamento é uma ferramenta essencial, pois auxilia o pesquisador a:

- disciplinar os estudos;
- organizar material de consulta;
- sistematizar ideias;
- ampliar conhecimentos sobre o tema pesquisado;
- aprimorar habilidades de leitura e escrita;
- compreender, analisar, sintetizar e avaliar ideias;
- apreender as ideias dos autores lidos e a confrontá-las com as suas próprias;
- posicionar-se criticamente frente aos autores pesquisados;
- delimitar as vozes do texto: voz do autor e do pesquisador;
- organizar o pensamento.

2.3 O esquema como tipo de fichamento

O esquema é também um tipo de fichamento e consiste em uma forma eficaz de se registrarem as informações consideradas essenciais. Pode ser feito por meio de setas, chaves, mapas mentais, diagramas, numeração classificatória ou enumeração de tópicos, por meio de recorte das ideias principais ou dos tópicos frasais dos parágrafos.

DICA

Os esquemas são ferramentas de estudo, facilitam a compreensão, a análise, a síntese e a avaliação das informações, mas não podem ser usados nos textos definitivos. Os textos acadêmicos devem ser desenvolvidos em forma de parágrafos, conforme apresentado no item 3.8 deste manual.

2.4 O passo a passo do fichamento

- Contextualize a obra e seu autor;
- folheie o texto para reconhecer sua extensão, estrutura e organização;

- faça uma leitura exploratória – sem sublinhar ou anotar nada – para verificar a estrutura geral do texto;
- leia o texto destacando as ideias principais e recorrendo ao dicionário, quando necessário;
- faça anotações nas margens do texto (exceto em livros de bibliotecas);
- leia as ideias destacadas e tente resumi-las em voz alta;
- anote, antes de iniciar o fichamento, físico ou eletrônico, as referências bibliográficas do livro ou artigo científico consultado de acordo com as normas da ABNT.

CUIDADO! Deixar para fazer a referência ao final do fichamento implica o risco de perda de informação.

2.5 A técnica da sublinha

A sublinha consiste em destacar no texto as ideias principais e informações relevantes, apagando informações secundárias. É uma das principais ferramentas para a elaboração de fichamentos.

Observe, no exemplo de fichamento a seguir, como Weg (2006, p. 26-27) destacou as ideias principais de um texto:

Referência completa do capítulo lido: ABREU, Antônio Suarez. Argumentar, convencer e persuadir. *In*: ABREU, Antônio Suarez. **A arte de argumentar**: gerenciando razão e emoção. 13. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. p. 25-26.

Argumentar é a arte de convencer e persuadir. Convencer é saber gerenciar informação, é falar à razão do outro, demonstrando, provando. Etimologicamente, significa vencer junto com o outro (com + vencer) e não contra o outro. Persuadir é saber gerenciar relação, é falar à emoção do outro. A origem dessa palavra está ligada à preposição *per*, "'por meio de' e a Suada, deusa romana da persuasão". Significava 'fazer algo por meio do auxílio divino'. Mas em que convencer se diferencia de persuadir? Convencer é construir algo no campo das ideias. Quando convencemos alguém, esse alguém passa a pensar como nós. Persuadir é construir no terreno das emoções, é sensibilizar o outro para agir.

Quando persuadimos alguém, esse alguém realiza algo que desejamos que ele realize.

Muitas vezes, conseguimos convencer as pessoas, mas não conseguimos persuadi-las. Podemos convencer um filho de que o estudo é importante e, apesar disso, ele continuar negligenciando suas tarefas escolares. Podemos convencer um fumante de que o cigarro faz mal à saúde, e, apesar disso, ele continuar fumando. Algumas vezes, uma pessoa já está persuadida a fazer alguma coisa e precisa apenas ser convencida. Precisa de um empurrãozinho racional de sua própria consciência ou da de outra pessoa, para fazer o que deseja. É o caso de um amigo que quer comprar um carro de luxo, tem dinheiro para isso, mas hesita em fazê-lo, por achar mera vaidade. Precisamos apenas dar-lhe uma 'boa razão' para que ele faça o negócio. Às vezes, uma pessoa pode ser persuadida a fazer alguma coisa, sem estar convencida. É o caso de alguém que consulta uma cartomante ou vai a um curandeiro, apesar de, racionalmente, não acreditar em nada disso. Argumentar é, pois, em última análise, a arte de, gerenciando informação, convencer o outro de alguma coisa no plano das ideias e de, gerenciando relação, persuadi-lo, no plano das emoções, a fazer alguma coisa que nós desejamos que ele faça.

Após a sublinha, releia as partes destacadas, observe se é **possível entender as ideias principais do trecho lido**. A partir dessas ideias, é possível elaborar esquemas com setas ou tópicos ou reconstruir um novo texto em forma de resumo/fichamento de resumo.

2.6 O fichamento de citação

O fichamento de citações diretas consiste em registrar trechos dos textos lidos para facilitar uma consulta posterior. Para a formatação deve-se sempre consultar a **ABNT NBR 6023** vigente. Observe o exemplo:

Referência completa do texto citado: ABREU, Antônio Suarez. Argumentar, convencer e persuadir. *In*: ABREU, Antônio Suarez. **A arte de argumentar**: gerenciando razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. p. 25-26.

Citação direta curta: Conforme Abreu (2004, p.25), "convencer é construir algo no campo das ideias. Quando convencemos alguém, esse alguém passa a

pensar como nós. Persuadir é construir no terreno das emoções, é sensibilizar o outro para agir."

OU

"Convencer é construir algo no campo das ideias. Quando convencemos alguém, esse alguém passa a pensar como nós. Persuadir é construir no terreno das emoções, é sensibilizar o outro para agir." (Abreu, 2004, p. 25).

DICAS

- Comece o fichamento sempre pelas referências, pois as citações registradas nos fichamentos serão utilizadas posteriormente no capítulo de revisão bibliográfica/referencial teórico e precisam ser referenciadas no final do trabalho, na lista de referências.
- Ao transcrever o trecho do texto, use aspas e anote o número da página, quando esta for indicada no documento original.

2.7 O fichamento de resumo

O fichamento de resumo apresenta sinteticamente as ideias principais do texto, **sem a presença de comentários ou julgamentos**. Ao contrário do fichamento de citação, **não há cópia de trechos**. O pesquisador reconstrói o percurso do texto, sem acrescentar informações novas.

Referência completa do texto resumido: ABREU, Antônio Suarez. Argumentar, convencer e persuadir. *In*: ABREU, Antônio Suarez. **A arte de argumentar**: gerenciando razão e emoção. 13. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. p. 25-26.

Resumo: Abreu (2004) define a argumentação como a arte de convencer e persuadir e explica a diferença entre esses dois termos: convencer é atingir a razão do interlocutor, persuadir é tocar sua emoção. O autor destaca que convencer é trabalhar no campo das ideias de forma a conquistar a adesão do outro; persuadir é criar estratégias para atingir o sentimento. Mas ressalta que nem sempre é possível convencer e persuadir alguém. Assim, o autor conclui que a arte de

argumentar consiste em gerenciar a informação de forma a convencer e a gerenciar a relação com o outro a fim de persuadi-lo a fazer algo que queremos.

DICA

O fichamento de resumo pode ser utilizado como citação indireta no referencial teórico. Observe que **não se emite opinião sobre o texto**, e é essencial **usar verbos que traduzem as ações do autor**. Este é o papel do pesquisador: entender como o autor desenvolve o raciocínio e descrever as ações adotadas.

2.8 Dicas para a produção de resumos fiéis às ideias dos autores pesquisados

Ao produzir um resumo, o pesquisador deve estar atento à estrutura geral do texto para saber identificar as partes que o compõem, a relação entre elas, bem como a organização e a progressão textuais.

Além disso, o resumidor realiza um processo mental essencial que envolve, segundo Machado, Lousada e Abreu-Tardelli (2004b), três operações: a **sumarização**, a **generalização** e o **apagamento**. A sumarização consiste em excluir ou apagar:

- conteúdos facilmente inferíveis a partir do nosso conhecimento de mundo;
- palavras ou expressões que indiquem sinônimos ou explicações;
- exemplos;
- justificativas de uma afirmação;
- argumentos contrários à posição do autor.

ATENÇÃO

- nunca use expressões como: “ou seja”, “isto é”, “por exemplo”;
- jamais copie trechos e expressões;
- não faça citações;
- não emita opinião pessoal, limite-se a apresentar as ideias do autor;
- use linguagem objetiva, clara e concisa;
- identifique com clareza a ideia central do texto (a tese) e as ideias secundárias ou argumentos;

- faça sempre menção ao autor do texto resumido;
- fique atento aos conectivos, pois são essenciais ao processo de compreensão e de sumarização do texto conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Conectivos

Conectivos que indicam contraste entre ideias ou argumentos contrários	Conectivos que introduzem Conclusão	Conectivos que introduzem argumentos, justificativas e causas
No entanto	Logo	Já que
Entretanto	Assim	Uma vez que
Todavia	Portanto	Pelo fato de
Apesar de	Isso posto	Devido a
Ainda que	Assim sendo	Por isso
Porém	Dessa forma	Como
Contudo	Por conseguinte	Pois

Fonte: Machado; Lousada; Abreu-Tardelli, 2004b, p.64.

Além dos conectivos, há **organizadores textuais** que auxiliam o pesquisador a reconhecer a arquitetura do texto: ‘em primeiro lugar’, ‘em seguida’, ‘por último’, ‘além disso’, ‘pelo fato de’, ‘diante de’, ‘de um lado’, ‘por outro lado’, ‘em suma’, dentre outros.

O resumo é um texto sobre outro texto, por isso Machado; Lousada e Abreu-Tardelli (2004b) esclarecem que se deve ter o cuidado de mencionar sempre o autor para evitar que o leitor atribua ao resumidor as ideias que pertencem ao autor do texto lido. As autoras esclarecem que, no resumo, **o autor do texto original aparece como se estivesse realizando vários tipos de atos que não são explicitados no texto original**. O trabalho do resumidor consiste, portanto, em interpretar esses atos e apresentá-los ao leitor por meio de verbos que apontem as ações do autor:

- **Afirma, nega, acredita, duvida**: indicam posição do autor sobre o que é dito;
- **Aborda, trata**: indicam o conteúdo geral do texto;
- **Define, classifica, enumera, argumenta**: organizam as ideias do texto;
- **Enfatiza, ressalta**: indicam a relevância de uma ideia no texto;
- **Incita, busca levar a**: ação do autor em relação ao leitor.

Observe, a seguir, no exemplo apresentado pelas autoras, como os verbos traduzem essas ações:

Referência completa do texto resumido: BOFF, Leonardo. **Cultura da Paz.** Disponível em: http://www.leonardoboff.eco.br/site/vista/2001-2002/culturapaz.htm. Acesso em: 06 mar. 2024.

Leonardo Boff **inicia** o artigo 'A cultura da paz' **apontando** o fato de que vivemos em uma cultura que se caracteriza fundamentalmente pela violência. Diante disso, o autor **levanta a questão** da possibilidade de essa violência poder ser superada ou não. Inicialmente, ele apresenta argumentos que sustentam a tese de que seria impossível, pois as próprias características psicológicas humanas e um conjunto de forças naturais e sociais reforçariam essa cultura da violência, tornando difícil sua superação. Mas, mesmo reconhecendo o poder dessas forças, Boff **considera** que, nesse momento, é indispensável estabelecermos uma cultura de paz contra a da violência, pois essa estaria nos levando à extinção da vida humana no planeta. **Segundo o autor**, seria possível construir essa cultura, pelo fato de que os seres humanos são providos de componentes genéticos que nos permitem sermos sociais, cooperativos, criadores e dotados de recursos para limitar a violência e de que a essência do ser humano seria o cuidado, **definido pelo autor** como sendo uma relação amorosa com a realidade, que poderia levar à superação da violência. A partir dessas constatações, o teólogo **conclui**, incitando-nos a despertar as potencialidades humanas para a paz, como projeto pessoal e coletivo.

Fonte: Machado; Lousada; Abreu-Tardelli, 2004b, p.16.

Além dos verbos destacados, as autoras apresentam outros que podem ser utilizados para indicar diferentes atos do autor do texto original:

apontar – definir – descrever – elencar – enumerar – classificar – caracterizar – dar características – exemplificar – dar exemplos – contrapor – confrontar – comparar – opor – diferenciar – começar – iniciar – introduzir – desenvolver – finalizar – terminar – concluir – pensar – acreditar – julgar – afirmar – negar –

questionar – criticar – descrever – narrar – relatar – explicar – expor – comprovar – provar – defender a tese – argumentar – dar argumentos – justificar – dar justificativas – apresentar – mostrar – tratar de – abordar – discorrer – esclarecer – convidar – sugerir – incitar – levar a.

- **O fichamento de resenha**

O fichamento de resenha contém, além da descrição dos pontos principais da obra, uma **avaliação crítica**, um posicionamento do pesquisador sobre a obra lida, conforme **negritado** na resenha produzida por Miranda (2007), a seguir.

Referência completa do texto resenhado: ABREU, Antônio Suarez. **A arte de argumentar**: gerenciando razão e emoção. 13. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

Resenha

Antônio Suárez Abreu, em sua obra *A arte de argumentar*, **detém-se a levar aos leitores o conhecimento acerca das estratégias argumentativas. Oferece uma leitura prazerosa e simplificada para quem quer saber um pouco a respeito do assunto.**

Primeiramente, parte da explicação da palavra argumentar que é 'obter aquilo que queremos, mas de modo cooperativo e construtivo' (p. 10), desmistificando o senso comum que permite o significado de que argumentar é vencer alguém.

Segundo o autor, o ato de transformar as informações recebidas pelos diversos meios é mais importante que as próprias informações, pois, desta forma, pode-se perceber a manipulação ou a visão distorcida acerca de um assunto. Assim, deve-se aprender a gerenciar as informações que são veiculadas no meio de comunicação.

Abreu também observa que há de se aprender a gerenciar as relações com o outro, uma vez que não podemos viver isolados, sem contato com a sociedade. Partindo deste pressuposto, se vivemos em sociedade e compartilhamos relações, necessitamos, assim, da argumentação para convencer e persuadir o outro. Persuadir, para o autor, é 'falar à emoção' (p. 25) e convencer é 'falar à razão' (p. 25); logo, a argumentação é o ato de convencer o outro por

meio do gerenciamento da informação, já que usamos argumentos racionais, e persuadir por meio do gerenciamento da relação, pois presumimos os valores do outro.

[...] **Por fim, podemos destacar a importância da obra como recurso para auxiliar o leitor a reconhecer os recursos argumentativos nos textos que circulam na sociedade e a gerenciar as informações e a relação com o outro.**

Trata-se, portanto, de um livro que retoma e resume os estudos da Retórica de Aristóteles e da Nova Retórica de Perelman e Olbrechts- Tyteca. Tem o objetivo de simplificar os conceitos em uma só obra, com leitura agradável e clara, de forma objetiva, contendo exemplos atuais, que possibilitam maior aprendizagem sobre argumentação e como utilizá- la no dia a dia.

DICA

Inicie a resenha com um breve resumo da obra. Em seguida, apresente sua opinião. Faça citações de trechos, discuta-os a partir do seu ponto de vista ou faça citações de outros autores para fundamentar sua opinião sobre a obra ou texto resenhado. **A resenha** pode ser utilizada no **referencial teórico para o confronto e discussão de ideias dos autores citados.**

2.9 Resenha e recensão

No contexto acadêmico, a resenha e recensão se configura como texto de natureza técnica. Segundo a ABNT NBR 6028 (2021), a **resenha**, assim como o resumo, não apresenta nenhum tipo de avaliação por parte do resenhador. Já a **recensão**, além da parte descritiva, contém avaliação e julgamento pautados em conhecimen- tos da área de especialização em questão. É um documento redigido por especialistas, por isso requer argumentos consistentes e racionais que transcendam aos comentários simplistas como: “gostei” ou “não gostei”.

Por isso, a resenha exige maior rigor e conhecimento sobre o assunto, costuma ser solicitada como instrumento de avaliação tanto na graduação quanto na pós-graduação,

para verificar a compreensão do texto lido, e precede a produção de trabalhos mais complexos, como monografias, dissertações, teses e artigos científicos. Saber resenhar significa saber ler, compreender a obra, destacar as ideias principais, resumir, assumir posicionamento crítico frente ao que se leu. Afinal, de acordo com Demo (2008), lemos autores para nos tornamos autores e, não, vassalos de ideias de outrem. Para tanto, vale destacar alguns aspectos das **condições de produção da resenha**: quem escreve, para quem, para quê e como. Machado (2003) explica que o resenhador mobiliza ações de linguagem da seguinte forma:

- **QUEM ESCREVE:** um especialista na sua área de conhecimento;
- **PARA QUEM** se escreve: para outros especialistas da área;
- **PARA QUE** se escreve: para apontar aspectos fundamentais da obra de outro especialista e para convencer os destinatários da validade de seu posicionamento;
- **COMO se escreve:**
  - Interpretando o conteúdo lido (tese e argumentos do autor) para mobilizá-lo;
  - mobilizando conteúdos de outras obras que lhe permitam estabelecer comparações e efetuar sua avaliação;
  - apresentando argumentos consistentes para convencer os destinatários da validade de sua opinião sobre a obra resenhada.

ATENÇÃO

Nunca inicie uma resenha sem antes identificar:

1. Qual o **tema** tratado pelo autor?
2. Qual o **problema** proposto pelo autor?
3. Qual a **tese** defendida pelo autor com relação àquele problema?
4. Quais os **argumentos** utilizados pelo autor para defender sua posição?

A recensão, por ser escrita por especialistas da área, é publicada em revis- tas especializadas, com o objetivo de fornecer ao leitor subsídios para a seleção de suas leituras, ao apresentar-lhe uma apreciação sobre obras recém-lançadas.

Para conhecer um exemplo de recensão, consulte:

VITORINO, Monique Alves. Resenha. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 11, n. 4, p. 492-494, out./dez. 2014. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5007/1984-8412.2014v11n4p492 . Acesso em: 9 mar. 2024.

2.10 Diferença entre resumo e resenha

Ao produzir textos acadêmicos ou fichamentos, o pesquisador deve ficar atento às diferenças que caracterizam cada um desses gêneros textuais:

Quadro 2 – Diferenças entre resumo e resenha

(Continua)

Resumo indicativo	Resumo informativo *(abstract)*	Recensão
É um tipo de fichamento ou registro pessoal de leitura;	É um elemento pré-textual de trabalhos acadêmicos;	É publicada em revistas especializadas com o objetivo de avaliar livros recém-lançados;
Síntese que contempla as ideias principais do documento lido;	Informa a natureza do trabalho, o tema, o objetivo geral, a metodologia, os resultados obtidos e a conclusão;	Deve descrever a estrutura do documento (partes e/ou capítulos);
Reprodução fiel das ideias do autor; não admite avaliação crítica;	Reproduz de forma fiel a estrutura do documento apresentado;	Requer avaliação, crítica, julgamentos e comentários;
Não admite cópia de trechos ou citações;	Evita transcrição literal das partes, com exceção do objetivo geral;	Admite cópias de trechos e citações de outros autores para fundamentar a avaliação;
Não admite acréscimo de informações novas;	Não admite acréscimo de informações não contidas no documento apresentado;	Permite o acréscimo de informações novas, incluindo citações de outras obras;
Meramente descritivo;	Meramente descritivo;	Contém parte descritiva seguida de avalição crítica;
Não dispensa a leitura do original;	Pode dispensar a leitura do original;	Estimula a leitura do documento resenhado;

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

(Conclusão)

Resumo indicativo	Resumo informativo (*abstract*)	Recensão
Facilita a redação de citações indiretas;	Facilita a triagem de fontes para a pesquisa bibliográfica;	Facilita a triagem de fontes para a pesquisa bibliográfica;
Não possui estrutura rígida;	Possui estrutura rígida, conforme a ABNT NBR 6028 (contém palavras-chave e número restrito de palavras, con- forme documento que o descreve);	Não possui estrutura rígida;
Pode ser usado como citação indireta nos trabalhos acadê- micos.	Auxilia o pesquisador a realizar le- vantamento bibliográfico.	Pode ser usada como citação in- direta e citação de citação nos trabalhos acadêmicos.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

ATENÇÃO

O resumo indicativo não pode ser confundido com "miniaturização" texto-fonte nem deve configurar-se como coleção de "melhores momentos" do autor.

2.11 A resenha temática

A **resenha temática** consiste em uma síntese de textos ou obras que versam sobre o mesmo tema e pode ser utilizada como ferramenta de estudo ou de avaliação de leitura. Köche, Boff e Marinello (2009, p.105) afirmam que esse tipo de resenha "possibilita o aprofundamento de um tema, a partir da concatenação de textos distintos, assim como de diferentes teóricos".

Consiste em uma forma de apresentar ao leitor a posição de vários autores sobre um único tema. As autoras explicam que ela é descritiva, quando o resenhista se limita a descrever os aspectos principais dos textos selecionados, e, crítica, quando for seguida de posicionamento crítico.

Os passos são um pouco mais simples:

1º **Apresente o tema** dos textos que serão tratados e o motivo pelo qual foram escolhidos;

2º **Resuma os textos**: apresente os autores, as teses defendidas e os argumentos;

3º **Conclua**: apresente seu ponto de vista, e tente chegar a uma conclusão sobre o tema tratado;

4º **Mostre as fontes**: coloque as referências de cada um dos textos apresentados.

Por fim, vale destacar os muitos benefícios que a prática de produção de resumos e resenhas traz. Aprimora a escrita, promove a interpretação das fontes pesquisadas e ainda facilita a produção dos capítulos de revisão bibliográfica e referencial teórico.

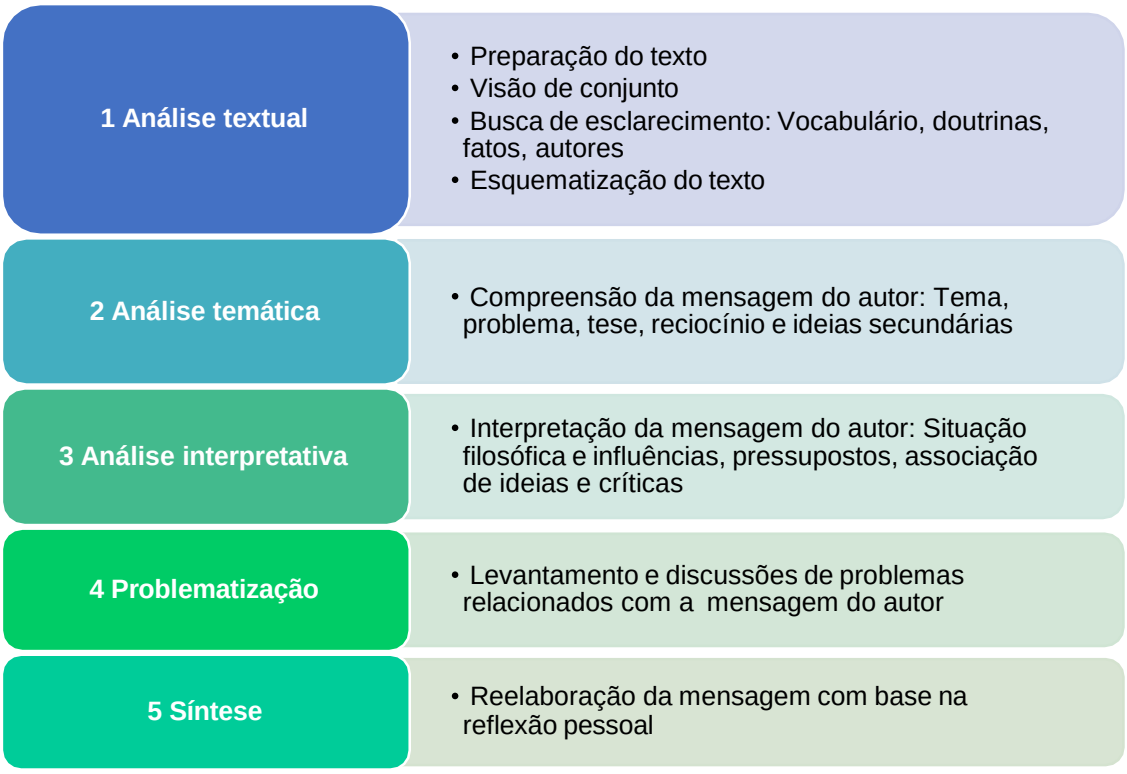
2.12 A diferença entre as ideias do autor e os comentários feitos pelo pesquisador

A resenha comporta, além da reprodução fiel do conteúdo lido, a avalição crítica do pesquisador. O importante é saber distinguir a ideia original do autor dos comentários do pesquisador. Conforme sugere Queiroz (2015),

- destaque as ideias com cores distintas: escreva em preto ou azul as ideias do texto original;
- escreva em vermelho os comentários, as críticas, as dúvidas ou as hipóteses interpretativas do pesquisador;
- use aspas para indicar as citações diretas ou literais;
- faça sempre a referência ao texto e à página respectiva quando ele for utilizado como citação direta.

A resenha é um gênero textual eficaz para desenvolver habilidades de leitura e produção de textos, já que, para produzi-la, são necessárias várias ações do leitor sobre o texto a ser resenhado. Severino (2007, p.64) representa essas ações em etapas distintas, as quais ele denomina **“Diretrizes de leitura, análise e interpretação de textos”**, conforme a Figura 1:

Figura 1 – Esquema de leitura analítica



Fonte: Severino, 2007, p.64.

A resenha, portanto, se constitui como a síntese resultante do processo de leitura e pesquisa.

2.13 O plágio de ideias dos autores pesquisados

No contexto acadêmico, um dos aspectos mais importantes é saber citar os autores lidos, o que significa dizer que a ideia apresentada pertence a outrem ou foi criada a partir do pensamento de outros autores que já pesquisaram o tema.

É importante salientar que o ato de citar não desvaloriza o texto nem deprecia o caráter do pesquisador, como pensam alguns. Ao contrário, **a citação denota atitude ética e seriedade do pesquisador,** que se debruçou sobre o tema a fim de conhecer argumentos já adotados por outros. Essa postura reflete, além da busca de reconhecimento do pesquisador pelos seus pares, a transparência adotada na pesquisa, uma vez que se deixa claro para o

leitor o caminho adotado ao longo do processo para atingir o resultado: a conclusão da pesquisa.

Diante disso, é preciso ficar atento para não se apropriar indevidamente das ideias lidas, de forma a cometer plágios. O Quadro 3 auxilia o pesquisador a entender o mecanismo de produção da paráfrase (ou citação indireta) e a reconhecer o plágio.

Quadro 3 – Paráfrases sem plágios – Exemplos

Trecho original	Paráfrase arriscada (excessivamente próxima da literalidade do trecho original)	Paráfrase segura (uso da ideia original, mas não de sua forma literal de expressão)
"Certo que mesmo na era do *ius commune* as funções de julgar e legislar eram separadas. O julgamento em matérias de justiça (e lei) fora confiado a corpos especiais, composto de letrados, doutores, juristas". (LOPES, 2010, p. 15).	Segundo Lopes (2010, p. 15), já na era do *ius commune* separavam-se as funções de julgamento e legislação, sendo que em matérias de justiça (e lei), a tarefa de julgar foi confiada a grupos específicos, que contavam com letrados, doutores e juristas.	Segundo Lopes (2010, p. 15), na era do *ius commune* já se confiavam os julgamentos a entidades específicas de juristas formalmente treinados.
"A Nova República começou em clima de otimismo, embalada pelo entusiasmo das grandes demonstrações cívicas em favor das eleições diretas". (CARVALHO, 2008, p. 200).	O clima predominante no começo da Nova República era de otimismo, impulsionado pela empolgação de passeatas cívicas a favor das eleições diretas. (CARVALHO, 2008, p. 200).	Segundo Carvalho (2008, p. 200), percebia-se, em meados da década de 1980, o clima popular favorável à redemocratização.

Fonte: Booth; Colomb; Williams, 2005, p. 22 *apud* Queiroz, 2015, p.145.

É importante destacar que, ao parafrasear o texto, o pesquisador revela habilidades para interpretar e sintetizar com fidelidade as ideias lidas. Diante disso, vale ficar atento às práticas adotadas, muitas vezes, de forma inconsciente.

2.13.1 *Tipos de práticas que caracterizam o plágio*

O pesquisador comete plágio sempre que:

a) faz, no corpo do texto, a transcrição literal de ideias de outrem sem nenhuma indicação de fonte, mas indica a referência completa do autor ao final do traba- lho. Esse recurso não funciona como fator de proteção de autoria;

b) identifica o nome do autor e o ano da publicação e transcreve literalmente o trecho sem usar aspas ou recuo, de forma a induzir o leitor a acreditar que foi feita uma citação indireta;

c) copia literalmente, sem indicar autoria, o trecho de outrem e depois substitui algumas palavras por sinônimos, sem alterar a essência do enunciado;

d) copia citações de livros e artigos e **omite que está fazendo citação de citação**, fingindo que leu o original citado por outrem;

e) faz citação indireta e insere sua opinião, sem distinguir os diferentes pontos de vista do autor citado e do produtor;

f) faz a citação indireta, por meio de paráfrase, e acredita que pelo fato de ter "tra- duzido" as ideias citadas, não é necessário citar a fonte;

g) cria um texto constituído por um amontoado de citações, geralmente recortadas de artigos científicos, fingindo ter lido todas as obras citadas;

h) copia ou adota as próprias ideias já publicadas em trabalhos anteriores sem fazer menção ao próprio trabalho. Esta prática é denominada **autoplágio**.

A Dom Helder poderá utilizar software para a avaliação de trabalhos de graduação (Projetos de Pesquisa, Trabalho de Conclusão e Peças Jurídicas, entre outros) que identifica similaridades entre o texto apresentado e outros textos; ou seja, é um mecanismo de prevenção de plágio.

Para saber mais sobre plágio, consulte:

KROKOSCZ, Marcelo. **Autoria e plágio:** um guia prático para estudantes, professores, pesquisadores e editores. São Paulo: Atlas, 2012.

3 A PRODUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS

A linguagem acadêmica possui características próprias que a tornam diferente da linguagem usada em outras situações do cotidiano. Por isso é importante, desde o processo da leitura de textos, observar suas características; produzir anotações conforme o padrão formal da língua portuguesa e adotar vocabulário mais técnico e estruturas mais elaboradas. Possenti (2004, p. 243) afirma que a linguagem "é sempre a grade através da qual o sujeito de conhecimento vê o mundo". Isso significa que a competência do pesquisador para produzir conhecimento está diretamente ligada à capacidade de uso adequado da linguagem.

No contexto acadêmico, a linguagem científica é o principal recurso adotado na produção de textos. Para Possenti (2004, p. 238), "o critério de cientificidade de um enunciado não é a verdade da proposição que ele veicula, mas seu sistema de produção". Ou seja, estão em jogo as regras de produção dos enunciados (o como dizer). Não basta fazer a pesquisa e responder ao problema proposto, é necessário **saber escrever nos parâmetros da ciência**. Daí a importância de saber identificar as **condições de produção** do texto acadêmico:

- **Quem escreve?** (Alguém que quer se incluir ou ser reconhecido na comunidade acadêmica).
- **Qual o *ethos* ou imagem o autor pretende construir sobre si mesmo?** (Imagem de seriedade, de comprometimento e competência para se inserir ou ser reconhecido nessa comunidade).
- **Para quem escreve?** (Para um especialista da área, membro da comunidade).
- **Com que objetivo?** (Qual tese o autor pretende demonstrar?).
- **Em que contexto?** (Em que realidade social se constituem os sujeitos e o objeto de pesquisa?).
- **Qual a forma adequada de dizer?** (Como organizar, sistematizar, criticar e analisar dados de forma descritiva?).

Identificadas as condições que norteiam a produção acadêmica, faz-se necessário também que o pesquisador tenha consciência dos critérios que emprestam ao seu texto um caráter científico.

3.1 Critérios de cientificidade dos textos

Saber se o texto pesquisado possui ou não um caráter científico é essencial não só no processo de escrita, mas também no discernimento das fontes de pesquisa. Demo (2000 e 2008) divide os critérios em **formais** e **políticos**. Os primeiros, esclarece o autor, referem-se à qualidade formal da pesquisa, já que "pesquisar é formalizar objetos de estudo, porque nossa mente entende o que ordena, padroniza" (Demo, 2008, p. 74). Já os segundos dizem respeito ao sentido ético do conhecimento e sua relação com a cidadania, uma vez que interferem de maneira direta na vida social.

Quadro 4 – Critérios de cientificidade

CRITÉRIOS FORMAIS	CRITÉRIOS POLÍTICOS
Coerência: ausência de contradição, unidade entre as partes, fluência entre premissas e conclusões. Coerência entre os pressupostos admitidos pelo pesquisador e os enunciados que ele quer construir; racionalidade.	**Intersubjetividade**: consenso de pesquisadores sobre a validade da pesquisa.
Consistência: capacidade de apresentar argumentos consistentes que resistem à contra-argumentação; de fundamentar, justificar e validar ideias.	**Autoridade por mérito**: reconhecimento dos pares sobre a validade de argumentos defendidos por autoridades no assunto. Valor moral ou intelectual.
Originalidade: inovação do conhecimento, no sentido reconstrutivo, sem cópias. Capacidade de interpretação própria. Não deve ser confundido com ineditismo.	**Relevância social**: temas de interesse comum que contribuam para o desenvolvimento social e propiciem a relação entre a teoria jurídica e a prática social.
Sistematicidade: organização do conteúdo de forma clara, objetiva, coesa e coerente; partes ordenadas, ideias articuladas; sistematização baseada em método aceito pela comunidade científica.	**Ética**: direcionamento da pesquisa para o bem comum. Compromisso com a comunidade científica e com a sociedade. Está atrelada à honestidade e à humildade intelectuais.
Objetivação: reconhecimento da realidade sem contaminá-la com ideias pré-concebidas, juízos de valor ou verdades inquestionáveis.	
Discutibilidade: possibilidade de discussão dos dados. Fundamentações e argumentos passíveis ao questionamento. Capacidade para gerar argumentos e contra-argumentos. O conhecimento só é científico se for discutível.	

Fonte: Adaptado de Barral, 2007; Demo, 2000, 2008.

O autor esclarece que os critérios políticos não eliminam os critérios formais e que "O papel da ciência é questionar, depois propor, mas propor coisas questionáveis." (Demo, 2000, p.78). Isso significa que o pesquisador deve estar aberto ao "questionamento reconstrutivo" e, para tanto, precisa saber se confrontar com a realidade social, afinal, esclarece ao autor, a "ordem é da mente e não da realidade".

Por isso, não basta, segundo o autor, apenas resumir, citar autores renomados, coletar dados oficiais, descrever fenômenos sociais, revisar bibliografia sobre o tema. A pesquisa exige um **duplo movimento: o de desconstrução e o da construção**. Desconstruir, para o autor, é questionar a teoria que, embora seja essencial para explicar a realidade, não pode ser considerada como "fortaleza à prova de bala", mas como um convite ao debate e ao confronto de ideias. Enfim, "**A regra é produzir textos bem discutidos e discutíveis**" (Demo, 2008, p. 78). Para tanto, o primeiro passo consiste na escolha criteriosa de fontes de pesquisa, conforme indicado no capítulo 1 deste manual; o segundo, na produção de argumentos claros, objetivos e consistentes, capazes de sustentar um debate coerente e adequado à situação comunicativa proposta.

3.2 Diferença entre a linguagem técnica e linguagem científica

A linguagem técnica é a linguagem adotada nos tribunais e nos manuais de Direito e é predominantemente retórica. Já a linguagem científica tende a ser mais objetiva, prioriza argumentos de natureza racional e possui um caráter descritivo, ao contrário da linguagem técnica, essencialmente prescritiva. Barral (2007) propõe a seguinte distinção:

Quadro 5 – Níveis de conhecimento jurídico

CONCEITO	DEFINIÇÃO	EXEMPLO
Conhecimento técnico	Destinado a informar; sistematizado, mas acrítico, sem profundidade teórica.	Manuais, coletâneas de jurisprudência, comentários de lei, conjunto de modelos.
Conhecimento científico	Busca construir ou validar um enunciado a partir de metodologia científica.	Monografias, dissertações e teses.

Fonte: Adaptado de Barral, 2007.

A partir desta classificação, o autor avalia o nível das publicações jurídicas no Brasil e destaca que boa parte destina-se "a informar e a facilitar o cotidiano", o que não lhes garante o caráter de trabalho científico. Nesse sentido, pode-se recorrer também a Carvalho (2013, p. 38), que explica que o fato de o Direito se caracterizar como ciência social aplicada cria no pesquisador a falsa ideia de que ele deve reproduzir nos trabalhos acadêmicos as mesmas técnicas argumentativas adotadas na prática jurídica.

3.3 Os gêneros textuais que circulam no contexto acadêmico

Para desenvolver a competência comunicativa, o pesquisador precisa aprender a observar as condições de produção dos textos que circulam no contexto acadêmico de forma a identificar o gênero textual, o público-alvo e o objetivo do texto que será produzido, conforme Quadro 6.

Quadro 6 – Condições de produção de textos acadêmicos

Gênero textual	Público-alvo	Objetivos e habilidades a serem demonstradas pelo pesquisador
Projeto de pesquisa	Professores orientadores.	Planejar a pesquisa e apresentar métodos e técnicas que serão adotados na resolução do problema proposto.
Resenha crítica	Leitores de revista especializada ou professor-avaliador.	Resumir e avaliar livros da área de conhecimento em questão.
Monografia	Professor orientador e/ou banca examinadora composta.	Apresentar resultado de pesquisa, demonstrando domínio sobre o tema, capacidade de reflexão crítica, de análise consistente e interpretação própria.
Dissertação	Defesa pública para banca composta por dois examinadores mestres ou doutores.	Apresentar resultado de pesquisa, demonstrando capacidade de reflexão crítica, de análise consistente e interpretação própria por meio de métodos e técnicas de pesquisa mais apuradas.
Tese	Defesa pública para banca examinadora composta por doutores.	Apresentar resultado de pesquisa, demonstrando domínio sobre o tema, habilidade para utilizar métodos e técnicas de pesquisa e capacidade de inovação de conhecimento para a área de pesquisa.
Artigo científico	Leitores de revista especializada.	Produzir e divulgar conhecimento científico fruto de novos resultados obtidos em pesquisa de temas pouco explorados.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

Como podemos observar, não há diferenças significativas entre os vários tipos de textos acadêmicos. O que varia é o grau de complexidade das reflexões realizadas, por isso a linguagem do texto acadêmico deve ser cada vez mais aprimorada e diferenciada da linguagem dos manuais. Esses têm como objetivo ensinar ou sistematizar conteúdo, o que é totalmente distinto dos **objetivos da pesquisa: problematizar; levantar hipóteses e objetivos; revisar bibliografia e definir referencial teórico; analisar dados para confirmação ou refutação de hipóteses e apontar conclusões** de forma a desenvolver, progressivamente, a autonomia e a formulação própria. Isso significa atender ao critério de cientificidade da "originalidade", que, ao contrário do que muitos pensam, não significa ser criativo a ponto de "inventar" uma abordagem nova para determinado tema, mas de buscar a **AUTORIA**, a elaboração própria, o **SABER DIZER**.

3.4 Planejar, escrever e reescrever o texto

Muitos pesquisadores acreditam que para escrever textos consistentes basta ter ideias ou domínio de conteúdo. Essa é uma condição essencial, mas que não dispensa o planejamento do texto, sua releitura e consequente reescrita. A partir de Antunes (2003), formularam-se alguns passos que norteiam o processo da produção textual, conforme Quadro 7.

Quadro 7 – Etapas implicadas na atividade de escrita

(Continua)

1. PLANEJAR É a etapa para o sujeito:	2. ESCREVER É a etapa para o sujeito:	3. REESCREVER É a etapa para o sujeito DISTANCIAR-SE do texto para:
– Conhecer a estrutura e as características do texto a ser produzido; – Adquirir e selecionar informações sobre o tema e hierarquizá-las em forma de sumário. – Delimitar o tema, escolher o ponto de vista a ser tratado e problematizar. – Eleger a finalidade com que vai escrever: o objetivo geral e as etapas a serem atingidas ao longo da pesquisa. – Escolher os critérios de ordenação das ideias, das informações os métodos e técnicas a serem adotados. – Prever as condições e expectativas dos possíveis leitores em relação ao tema abordado. – Considerar a situação em que o texto vai circular. – Decidir as estratégias textuais que podem deixar o texto adequado às exigências do meio acadêmico.	– Pôr no papel o que foi planejado de forma a indicar a relação estabelecida entre as informações. – Adotar linguagem simples e direta em 3ª pessoa do singular. – Não usar linguagem figurada, reticências e ponto de exclamação e evitar o uso de adjetivos valorativos e do “etc.”. – Utilizar elementos de coesão a fim de garantir a unidade do texto. – Desenvolver apenas uma ideia principal a cada parágrafo. – Evitar artifícios retóricos e opiniões pessoais; – Apoiar-se sempre em dados e provas; – Comentar e/ou discutir citações. – Evitar ambiguidades e períodos longos.	– Rever o que foi escrito; – Avaliar a coerência e a consistência do projeto textual proposto; – Ajustar o texto à estrutura do gênero textual proposto. (Cf. QUADRO 6). – Reler o texto, cortar e acrescentar ideias; confirmar se os objetivos foram cumpridos. – Avaliar a continuidade temática, a coesão, a unidade de sentido entre os parágrafos e as partes que compõem o texto, de forma a obter uma sequência lógica e ordenada. – Verificar se os itens planejados foram todos cumpridos. – Avaliar a clareza do que foi comunicado e a adequação do texto às condições da situação comunicativa e às expectativas do leitor. – Rever a fidelidade de sua formulação linguística às normas da sintaxe e da semântica, conforme prevê a gramática da língua; observar a impessoalidade e objetividade da linguagem utilizada. – Rever aspectos da superfície do texto, tais como pontuação, ortografia e paragrafação.

Fonte: Adaptado de Antunes, 2003.

(Conclusão)

1. PLANEJAR É a etapa para o sujeito:	2. ESCREVER É a etapa para o sujeito:	3. REESCREVER É a etapa para o sujeito DISTANCIAR-SE do texto para:
– Selecionar citações, baseando- se no critério da autoridade acadêmica do autor.	– Dialogar com autores citados, comentando e discutindo ideias.	Verificar: – a adequação do texto às normas da ABNT; – a diferenciação das vozes do pesquisador e do autor citado.

Fonte: Adaptado de Antunes, 2003.

É preciso, portanto, que o pesquisador se aproprie de seu texto e dele se distancie para avaliá-lo com precisão, observando algumas regras que serão apontadas a seguir.

3.5 A neutralidade e a imparcialidade do pesquisador: o uso da 3ª pessoa do singular

Os textos acadêmico-científicos podem ser escritos na 1ª pessoa do plural ou do singular, mas a Dom Helder opta pela redação na **3ª pessoa do singular**, o que gera um **efeito de distanciamento** do objeto de estudo, imprimindo ao texto um caráter de objetividade, além de conferir-lhe impessoalidade e neutralização da presença do enunciador.

É importante destacar que a impessoalidade/neutralidade do pesquisador diante de seu objeto de pesquisa é um mito, uma vez que a escolha da teoria, o recorte das citações, a hierarquização das ideias e a seleção vocabular constituem fortes indícios de subjetividade. O uso de 3ª pessoa do singular consiste, portanto, em uma estratégia argumentativa. O pesquisador deve, nesse caso, ficar atento às regras de concordância verbal e ao uso das vozes do verbo.

3.5.1 A concordância dos verbos na voz passiva sintética

Ao produzir o texto em 3ª pessoa, deve-se lembrar da necessidade de distanciamento em relação ao objeto pesquisado. Isso acarreta mudanças na concordância verbal. Conforme se verifica:

Eu analisei os dados. (Voz ativa – uso da 1ª pessoa do singular – forma não recomendada devido à parcialidade e subjetividade do pesquisador.)

Os dados foram analisados por mim. (Voz passiva analítica. Apesar do uso da 3ª pessoa, a subjetividade do pesquisador não foi apagada.)

Analisaram-se os dados. (Voz passiva sintética. A omissão do agente da passiva "por mim" gera um efeito de neutralidade e de imparcialidade.)

Atente-se para a concordância:

Analisaram-se os dados e, **NÃO,** analisou-se os dados.

Detectaram-se falhas e, **NÃO,** detectou-se falhas.

Apresentaram-se provas e, **NÃO,** apresentou-se provas.

Verificaram-se os fatos e, **NÃO,** verificou-se os fatos.

ATENÇÃO

Há outra regra básica de concordância verbal que deve sempre ser observada: sujeito no plural, verbo no plural. Portanto, ao citar dois ou mais autores, use os verbos no plural: Medeiros e Vieira (2003) constatam que ... e, **NÃO,** constata que ...

Além desses aspectos, é importante destacar outros em relação ao uso da linguagem objetiva e imparcial, os quais serão citados a seguir.

3.5.2 Evitar o uso de expressões que explicitem a interpelação ao leitor

- Ao invés de escrever: "observe o parecer a seguir", escreva: "O parecer do CNJ demonstra que...".
- Ao invés de "fique atento", escreva: "É importante ressaltar que".
- Ao invés de "vamos mostrar agora", escreva: "Na próxima seção, destaca-se".

3.5.3 Evitar formas elogiosas para se referir aos autores pesquisados

Muitos pesquisadores adotam, como recurso de estilo, forma elogiosa para se referir aos autores citados. Ao contrário do que se pensa, essa forma não contribui para o reconhecimento do mérito do autor citado, conforme ressalta Queiroz (2015, p. 134):

Observe o recuo na citação direta (4 cm)

> Não chame autores ou instituições por apelidos elogiosos – em um trabalho científico, ninguém deve ser tratado com reverência capaz de blindar suas ideias contra a crítica ou tentativa de refutação. Pois é justamente isso que fazemos, querendo ou não, quando tratamos conhecidos autores ou instituições de elevada hierarquia política (tribunais superiores, por exemplo), como se fossem arautos da verdade jurídica e transmissores de doutrinas infalíveis. [...] São exageros de práticas não menos erradas de chamar autores e decisões de 'doutas', 'ilustres' ou 'festejadas'. Mais do que uma questão de estilo, essas práticas implicam verdadeiros defeitos metodológicos, porque tratam hipóteses acadêmicas como causas defendidas em

> juízo [...], além de revestirem as ideias retratadas com o manto do argumento de autoridade. (Queiroz, 2015, p. 134, grifo nosso)

Para evitar esse tipo de inadequação, o caminho é citar o sobrenome do autor, conforme a norma ABNT NBR 10520 (2023) ou se referir ao autor fazendo menção a sua função social: jurista, filósofo, sociólogo, teólogo, dentre outros. O importante é manter a objetividade e a imparcialidade.

3.5.4 Evitar o uso de palavras valorativas

Para criar um efeito de objetividade e imparcialidade diante do objeto analisado, o pesquisador deve selecionar com cuidado seu vocabulário. Devem-se evitar, pois, palavras que revelem juízo de valor, como:

- "condições aviltantes/ indignas/ injustas";
- "é intensa/ enorme/ grandiosa a repercussão do caso";
- "atitude imoral/ errônea/ incorreta";
- "modelo inadequado/ desproporcional/verdadeiro";
- "pessoa má/cruel/ criminosa/ boa/ afável/ amável";
- "pesquisa de grande relevância/ demasiada importância";
- "certamente/ evidentemente/ obviamente/ intensamente/ inteiramente/ felizmente/ sinceramente";
- "a pessoa trabalha demais/ muito/ pouco/ com aptidão/ com presteza";
- "aparência tranquila/ alegre/ triste/cansada/ tumultuada".

3.5.5 Apontar claramente os sujeitos das orações

É comum, nos textos acadêmicos, encontrar formas como a "Constituição 'diz' ou 'fala'". Os verbos "dizer" ou "falar", além de se caracterizarem como formas da linguagem coloquial, revelam falta de clareza dos agentes das ações citadas.

Observe o recuo na citação direta (4 cm)

> ‘A doutrina diz que tal norma é constitucional’. A doutrina não diz nada porque ‘a’ doutrina não existe senão como uma entidade metafísica, usualmente legitimadora, nos discursos dos juristas. O mesmo vale para ‘a’ jurisprudência. Quem disse? Quem julgou, e como? [...] Esquivar-se de dizer quem fez ou disse algo, mais do que uma forma imprópria de escrever, é cientificamente problemática. (Becker, 2007 *apud* Queiroz, 2015, p. 134, grifo nosso)

Para evitar essa inadequação, podem ser usados os verbos “estabelecer”, “explicitar”, “mostrar”, “expor”, “determinar”, “assegurar”. Assim, ao invés de se afirmar que a Constituição “diz” ou “fala, afirme-se que a Constituição “estabelece”, “explicita”, “assegura”, dentre outros.

3.6 O emprego dos pronomes demonstrativos

Ao fazer menção ao próprio trabalho, surge a dúvida: **este ou esse trabalho? Este** trabalho, **esta** pesquisa e, **NÃO,** “esse trabalho” ou “essa pesquisa”.

Além disso, vale lembrar que os pronomes “esse”, “essa” e “isso” têm valor anafórico, são usados para a retomada de informações que já foram mencionadas anteriormente no texto. Já os pronomes “este”, “esta” e “isto” são catafóricos, indicam informações novas que serão anunciadas.

Exemplos:

O texto acadêmico obedece a critérios da ABNT e **isso** garante a credibilidade do pesquisador. (O pronome destacado retoma o que foi dito antes.)

É necessário ressaltar **isto**: o texto acadêmico deve obedecer às normas da ABNT. (O pronome destacado anuncia uma informação nova.)

3.7 O emprego dos tempos verbais no texto científico-acadêmico

O tempo verbal adotado ao longo do trabalho é o **presente do indicativo**. Mas, em algumas seções, devem-se observar algumas exceções:

- **Na introdução do projeto de pesquisa**, a metodologia deve ser redigida no **futuro do presente do modo indicativo, indicando** ações que serão realizadas posteriormente.

  Ex.: “**Será utilizado** o método hipotético-dedutivo”, ou “Os dados **serão coletados** [...]”

- **Na seção de análise e discussão de dados de monografia, artigo científico/ acadêmico, dissertação ou tese**, as ações devem ser descritas no pretérito perfeito do indicativo.

  Ex.: "**Foi utilizado** o método hipotético-dedutivo"; "Os dados **foram coletados[...]**"

- **No resumo**, o procedimento é o mesmo: comece com o tempo presente: "Este artigo **tem** como objetivo" ou "O objetivo desta monografia/dissertação/ **é** [...]"

  Obs.: O tempo presente permite que o trabalho se atualize aos olhos do leitor a cada leitura, o que lhe imprime um efeito de verdade.

  Ex.: "Este artigo **aborda** a questão dos direitos fundamentais dos moradores de rua".

3.8 A função do parágrafo na construção do texto

É importante lembrar que a estruturação de um texto em introdução, desenvolvimento e conclusão é fundamental para a produção de sentido. Portanto, depois de estabelecidas as seções e subseções que vão integrar o texto, o pesquisador deve organizar suas ideias e informações em parágrafos, estando atento à coesão entre eles e à progressão textual.

Cada parágrafo deve conter uma única ideia central, enunciada por meio de um período denominado **tópico frasal,** o qual orienta o restante do parágrafo; dele nascem outros períodos secundários. Portanto, o tópico frasal deve ser o roteiro para o produtor de textos desenvolver e concluir o parágrafo.

O **parágrafo dissertativo** tem como núcleo uma **única ideia**. Essa ideia é exposta na introdução do parágrafo, desenvolvida ao longo dele e reforçada na sua conclusão.

A **introdução/tópico frasal** normalmente é constituída de uma ou duas frases curtas, que expressam, de maneira sintética, a ideia principal do parágrafo, definindo seu objetivo.

O **desenvolvimento** corresponde a uma ampliação da ideia principal, com apresentação de ideias secundárias que a fundamentam ou esclarecem.

A **conclusão** retoma a ideia central, levando em consideração os diversos aspectos selecionados no desenvolvimento.

O parágrafo ideal deve ter, no mínimo, três períodos: um para cada uma das partes que o constituem.

Quadro 8 – Exemplo de parágrafo dissertativo

Tópico frasal	A realidade demonstra, dessa forma, que a construção de um direito dos desastres sob a ótica da garantia dos direitos dos seres humanos ainda necessita de uma maior evolução no cenário internacional.
Desenvolvimento	Contudo, a mesma realidade traz à tona a necessidade da intrínseca relação entre essas temáticas, visto ser sempre o homem a parte vulnerável dentro dessa lógica.
Conclusão	O empoderamento humano torna-se, então, importante na medida em que será a força motriz a impulsionar essa indispensável criação jurídica.

Fonte: Derani; Vieira, 2014.

Depois de apresentar a ideia principal, o pesquisador pode escolher o critério para desenvolvê-la: **enumerar** aspectos do objeto, **compará-lo** a outro, **apresentar fatores positivos ou negativos, posicionar-se a favor ou contra** determinada situação.

É importante ressaltar, seguindo as orientações de Emediato (2004), que os procedimentos acima não só auxiliam o produtor a fazer o levantamento de conhecimentos prévios sobre o assunto proposto como também a delimitar os tópicos de desenvolvimento, a decidir quais itens focalizar, em que momento eles serão utilizados, ou ainda, de que forma serão apresentados ao leitor.

Portanto, ao planejar e redigir textos, é necessário organizar de maneira sequencial as ideias, de forma a fixar **um único objetivo para cada período e para cada parágrafo**. Esse planejamento contribui para a produção de textos adequados às exigências de um texto acadêmico.

3.8.1 As qualidades do parágrafo

Uma das principais qualidades do parágrafo é a **unidade,** que consiste em dizer uma coisa de cada vez, omitindo-se ideias que não são essenciais ou não se relacionam com a ideia central do parágrafo.

Como conseguir a unidade do texto:

- delimitar o assunto;
- fixar o objetivo;
- usar tópico frasal explícito;
- evitar pormenores desnecessários;
- evitar frases entrecortadas.

Outra característica é a **clareza**, a expressão das ideias de maneira compreensível, inequívoca, de modo a produzir uma só interpretação para aquilo que se enunciou. Ela dependerá, em grande parte, da escolha das palavras e de sua combinação e distribuição na frase.

Como conseguir clareza:

- escrever com simplicidade, objetividade e propriedade;
- evitar
  - vocabulário rebuscado e pouco conhecido;
  - palavras ou expressões vagas (negócio, coisa...);
  - repetição da mesma ideia (tautologia);
  - períodos muito longos;
  - orações intercaladas;
  - palavras ou expressões ambíguas.

3.8.2 As citações como desenvolvimento do parágrafo

Nos textos acadêmicos e científicos, é comum encontrar parágrafos compostos apenas por citações. Essa prática compromete a coesão textual e, sobretudo, a progressão das ideias. Por isso recomenda-se o uso de citações como recurso para desenvolver o tópico frasal e fundamentar as ideias. Deve-se sempre observar a norma ABNT NBR 10520 vigente. Observe:

Quadro 9 – A citação direta como desenvolvimento do parágrafo

Tópico frasal	Os problemas éticos caracterizam-se pela sua generalidade, e isso os distingue dos problemas morais da vida cotidiana.
Desenvolvimento	De acordo com Vazquez (1985, p. 10), "Por causa de seu caráter prático […], tentou-se ver na ética uma disciplina normativa, cuja função fundamental seria a de indicar o comportamento melhor do ponto de vista moral".
Conclusão	Assim, o ético tornar-se-ia uma espécie de legislador do comportamento moral dos indivíduos ou da comunidade.

Fonte: Godinho; Cambaúva; Mak, 2006.

Quadro 10 – A citação indireta como desenvolvimento do parágrafo

Tópico frasal	Procurarei sustentar por que a compreensão tradicional dos direitos humanos não é suficientemente consistente para dar conta do seu ponto cego, percebido por Arendt (2004).
Desenvolvimento	A autora demonstrou como esta concepção de direitos humanos, abalizada pela ideia de nacionalidade e ancorada pela abstração da "dignidade da pessoa humana", não consegue abarcar a dimensão categorial do apátrida.
Conclusão	Em outras palavras: a situação da apatridia torna impossível qualquer fundamentação que se baseie na ideia de dignidade.

Fonte: Pereira, 2012.

Quadro 11 – A citação de citação como desenvolvimento do parágrafo

Tópico frasal	O reconhecimento da diferença é condição essencial para a construção de uma sociedade mais humana e justa.
Desenvolvimento	Damatta (1997, p. 24 apud Pereira, 2012, p. 25) afirma que, "apesar das diferenças e por causa delas, nós sempre nos reconhecemos nos outros e eu estou inclinado a acreditar que a distância é o elemento fundamental na percepção da igualdade entre os homens."
Conclusão	Portanto, não há como pensar em direitos humanos e em igualdade sem priorizar o outro, sem valorizar suas diferenças em relação a mim mesmo.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

É importante lembrar que, segundo Gomes (2003), na citação direta, o pesquisador assume o papel de "porta-voz" das palavras de outrem. Já na citação indireta, seu papel é o de tradutor das ideias. Além disso, a autora destaca que pesquisadores citam especialistas como estratégia para a argumentação. Isso significa que as citações não podem figurar no texto como simples recortes de ideias de outrem ou como amontoados de trechos desconexos.

Vale ainda destacar que a citação de citação deve ser evitada, já que não houve consulta à fonte original. Isso pode gerar, além de equívocos de interpretação, o comprometimento da imagem do pesquisador e a falta de credibilidade da pesquisa produzida.

3.9 A coesão textual e o diálogo entre autores

O texto acadêmico requer do pesquisador habilidades para interpretar, analisar, criticar e confrontar as ideias dos autores lidos de forma a compor um debate que sustente a argumentação proposta. Assim, o texto deve apresentar ao leitor o resultado desse diálogo estabelecido entre o pesquisador e os diferentes pontos de vista dos autores lidos, ou entre esses autores e os dados coletados, em caso de pesquisas empíricas. Por isso, não basta somente ater-se à coesão das ideias, mas, sobretudo, à distinção entre as vozes do produtor do

texto e as do autor citado. É bom lembrar que **toda citação deve ser comentada ou discutida**. A lista de expressões a seguir auxilia nesse processo:

- Nessa (na mesma) linha de raciocínio, Gonçalves (2000) demonstra que...
- Por sua vez, Oliveira (1990) declara que (ou apresenta de forma similar/diversa) seu pensamento sobre...
- Enfatizando esses aspectos, Oliveira (1999) destaca/postula que...
- De forma análoga/semelhante, Andrade (2007) argumenta...
- Em contraposição a essas ideias, Oliveira (2006) mostra/defende que...
- Na concepção de Silva (2003), cidadania consiste em... já para Costa (2005)...
- Infere-se/depreende-se do exposto que...
- Nesse sentido, Barral (2007) enfatiza que...
- Diante disso, fica evidente que...
- Além da importância disso para compreender o processo de investigação, pode-se destacar/observar também que conforme Freitas (2013)...
- No que concerne à análise do parecer, pode-se afirmar que...
- Tomando por base esse contexto, é importante frisar que...
- Em relação à abordagem desse problema, vale salientar que...
- Em se tratando de..., pode-se constatar que...
- Deve-se, portanto, dedicar atenção especial a...
- Pode-se afirmar que...
- Como se pode notar/observar... Ferraz Júnior (2000) explicita sua tese...
- Na perspectiva de Reale (2010), Direito pode ser definido como...
- Depois de elucidar tais questões, é importante recorrer à concepção de Reale (2010), segundo o qual...
- Apesar das diferentes perspectivas adotadas pelos autores até então focalizados, pode-se notar que...
- A fim de compreender melhor o problema, Moreira (2014) destaca que...
- Em contrapartida, percebe-se que Barros (2000) assume diferente perspectiva, ao afirmar que...
- É importante ressaltar ainda que...
- Ao se contraporem tais ideias, pode-se verificar que...

3.10 Regras práticas para escrever com clareza e objetividade

Ao revisar o texto, a prioridade do pesquisador deve ser a observância da clareza e da objetividade. Para se verificarem esses aspectos, é essencial seguir as regras propostas por Valenti (2015):

1. Escreva sempre na ordem direta: sujeito + verbo + complemento.
2. Escreva sempre frases curtas e simples. Abuse dos pontos.
3. Prefira colocar ponto e iniciar nova frase a usar vírgulas. Uma frase repleta de vírgulas está pedindo pontos. Na dúvida, use o ponto. Se a informação não merece nova frase, não é importante e pode ser eliminada.
4. Evite orações intercaladas, parênteses e travessões.
5. Corte todas as palavras inúteis ou que acrescentem pouco ao conteúdo.
6. Use apenas os adjetivos e advérbios extremamente necessários, pois adjetivos expressam juízos de valor.
7. Só use palavras precisas e específicas. Dentre elas, prefira as mais simples, usuais e curtas.
8. Evite usar substantivos aumentativos, diminutivos e superlativos.
9. Evite ecos ("avalia**ção** da produ**ção**") e cacófatos ("... uma **por cada** tratamento" ... uma **por cada**...).
10. Prefira frases afirmativas.

Para saber mais, consulte:

FEITOSA, Vera Cristina. **Redação de textos científicos**. Campinas: Papirus, 1995.

GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em prosa moderna**: aprender a escrever, aprendendo a pensar. 17. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

PARTE II – ORGANIZANDO A PESQUISA

Você vai aprender, nesta parte:

4 Projeto de pesquisa – ABNT NBR 15287(2011) 52
5 Monografia, dissertação, tese e artigo científico 71

PARTE II

ORGANIZANDO A PESQUISA

Um dos critérios de cientificidade da pesquisa diz respeito a sua coerência. Por isso, o projeto de pesquisa é o caminho essencial a ser percorrido para se traçarem os contornos da pesquisa, sua dimensão e viabilidade acadêmica de forma lógica e coerente.

4 PROJETO DE PESQUISA – ABNT NBR 15287(2011)

Projetar é organizar o caminho, deixando claros os pontos mais importantes do trajeto, cujo objetivo é chegar ao produto pretendido, seja na monografia, dissertação, tese ou no artigo científico. Portanto, um projeto é um instrumento para avançar até um objetivo, até um resultado. Projetar envolve definir dois pontos: o de partida (onde estamos?) e o de chegada (aonde queremos chegar?).

O projeto de pesquisa, para Barral (2003, p. 61), "é uma parte fundamental da pesquisa, e serve como um balizador das pretensões do estudante". O projeto de pesquisa tem a função de esclarecer ao pesquisador a viabilidade de sua pesquisa. Nesse sentido, seu processo de elaboração é um aprendizado que pode apontar possíveis dificuldades a serem enfrentadas acerca do conhecimento do tema. Um projeto bem formulado acaba por validar a proposta de trabalho, mostrando que o tema escolhido, além de interessante, é realizável.

Para tanto, a coerência e adaptabilidade são características importantes inerentes ao projeto de pesquisa. Entende-se por coerência, como afirma Barral (2007, p. 49), "um encadeamento lógico entre o tema escolhido, os objetivos perseguidos e a forma de execução do projeto". Já a adaptabilidade permite "modificações que não comprometem a linha básica do projeto, e que devem servir para melhor adaptar o trabalho às condições de sua exequibilidade".

Em relação ao Projeto de Pesquisa, o regimento da Escola Superior Dom Helder Câmara prevê: "Art. 189 – O aluno apresentará o Projeto de Pesquisa do TC a um dos Professores da Escola, conforme calendário de avaliação, colhendo-lhe o aceite, com o orientador, em formulário próprio" (Escola Superior Dom Helder Câmara, 2010). Já, na pós-graduação, o projeto de pesquisa será depositado conforme regimento.

Quanto à escolha do tema de pesquisa, advertem Costa, Marco e Costa, Maria (2011) que ele pode ser definido de forma mais clara quando se faz a pergunta: **O que vou pesquisar**?

Nesse sentido, definem os autores: "Escolher um tema nada mais é do que escolher um assunto delimitado, sobre o qual será definido um problema de pesquisa" (Costa; Marco; Costa; Maria, 2011, p. 23). Afirmam também que delimitar é deixar claros os limites conceituais do tema. Para estabelecer esses limites, sugere-se que o pesquisador busque relacionar o tema a (sub)temas a ele relacionados ou utilizar variáveis ou teorias para o estudo mais específico do tema; ou seja, agindo assim o pesquisador transforma seu tema

em tema-problema de pesquisa. Por exemplo, se um pesquisador seleciona o tema mineração para um trabalho em Direito, é necessário relacioná-lo com outros temas para que se tenha a possibilidade de uma pesquisa científica. Nesse sentido, o pesquisador pode adotar como subtemas a legislação ambiental brasileira, os órgãos de regulamentação da atividade minerária e, a partir da relação entre eles, formulará o seu problema de pesquisa.

Para saber mais, consulte:

COSTA, Marco Antônio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barroso da. **Projeto de Pesquisa**: entenda e faça. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

4.1 Estrutura do projeto de pesquisa

O projeto de pesquisa deve conter, além dos elementos capa, folha de rosto e sumário, a parte textual composta por: introdução; problema; hipótese; objetivos: geral e específicos; justificativa; revisão bibliográfica/referencial teórico; metodologia; cronograma e parte pós textual, composta pelas referências.

ATENÇÃO

Projeto de pesquisa não tem conclusão nem requer apresentação de dados, como entrevistas ou roteiros de perguntas para questionários ou entrevistas.

4.1.1 Introdução

A introdução é a parte inicial do projeto; apresenta-se, em texto breve, o tema da pesquisa, seguido de sua contextualização e delimitação. Delimitar o tema significa situá-lo no tempo e no espaço, ou no âmbito da discussão teórica.

4.1.2 Problema

Este item diz respeito à formulação de um problema de pesquisa a partir da relação que se faz entre o tema e subtemas ou variáveis como fatores, efeitos, características,

semelhanças, diferenças, entre outras. Problematizar o tema é um passo importante na indicação do direcionamento a ser dado a toda a pesquisa, mas deve-se tomar cuidado para que o problema tenha cunho científico e não pessoal, seja passível de solução e não seja vago.

O problema de pesquisa, segundo Barral (2007), relaciona-se com o foco do trabalho. Traduz a **pergunta que se pretende responder ao final do trabalho científico**. Para facilitar, sugere-se que se formule o problema em forma de **pergunta** (questionamento). Assim, ao final da pesquisa, o pesquisador responderá ao questionamento proposto. Em síntese, o problema se constitui de uma pergunta que irá nortear toda a pesquisa. Usando ainda como exemplo a relação entre o tema atividade minerária, a legislação ambiental e órgãos reguladores dessa atividade, poderíamos formular um problema da seguinte forma: A atuação dos órgãos reguladores garantida pela legislação ambiental tem sido eficaz em relação a atividade minerária em Minas Gerais?

4.1.3 Hipótese

Elaborado o problema, levanta-se também a hipótese. "A hipótese é a oferta de uma solução possível ao problema formulado em relação ao objeto da pesquisa", explicam Gustin e Dias (2006, p. 68). Severino (2007, p.130), por sua vez, afirma que "A hipótese se vincula aos objetivos, ou seja, aos resultados que precisam ser alcançados para que se construa toda a demonstração." Sendo assim, é uma resposta prévia que poderá ou não ser confirmada no decorrer do trabalho.

4.1.4 Objetivos

Uma vez delimitado o foco da pesquisa, devem-se apresentar os objetivos do trabalho, ou seja, o que se pretende com a proposta apresentada. Para a formulação dos objetivos, sugere-se o uso de **verbos no infinitivo**. Há que se observar, todavia, que os objetivos podem ser inúmeros e variam conforme o tema de pesquisa. Por isso, devem ser subdivididos levando-se em conta a linha de pesquisa e o problema que se pretende resolver.

4.1.4.1 O objetivo geral

O objetivo geral relaciona-se diretamente com o problema, esclarecendo e direcionando o foco central da pesquisa. É **a meta principal da pesquisa**. É a ação que deverá

ser definida por um verbo no infinitivo de natureza semântica mais ampla: ‘demonstrar’, ‘desenvolver’, ‘explicar’, ‘discutir’, ‘analisar’, ‘avaliar’, dentre outros.

4.1.4.2 Os objetivos específicos

Os objetivos específicos definem as diferentes etapas a serem alcançadas, visando a atingir o objetivo geral. Aqui, os verbos que podem ser utilizados são:

> apontar, identificar, realizar, descrever, elaborar, observar, enumerar, interpretar, caracterizar, comparar, determinar, justificar, mensurar, deduzir, definir, coletar, relacionar, reconhecer, relatar, resumir, tabular, verificar, indicar, examinar, entrevistar, aplicar [questionário], dentre outros.

4.1.5 Justificativa

A justificativa do projeto de pesquisa é a seção na qual se fundamentam os motivos de ordem teórica e prática que apontem para a relevância do tema escolhido pelo pesquisador. Apresenta-se, principalmente, a importância científica e social do problema proposto. Ou seja, “deve-se responder à questão ‘por quê? ’. Por que o tema é realmente significante? Por que o autor do projeto se interessou por ele? Por que o trabalho pode apresentar contribuição original à área de conhecimento? ” (Barral, 2007, p. 59). Pode apontar também a relevância do tema para a sociedade ou para o Direito.

4.1.6 Revisão da literatura: encontrando o referencial teórico

A Dom Helder exige a revisão da bibliografia básica do tema escolhido. Neste aspecto, não basta fazer uma lista de autores e livros que abordem o tema, mas sim a descrição do conhecimento produzido pelo pesquisador para responder ao pro- blema de pesquisa proposto. Assim, a revisão deve corresponder aos conhecimentos sobre o assunto, acumulados até a atualidade.

Observe o recuo na citação direta (4 cm)

> E aqui uma dica: uma revisão bibliográfica bem-feita poderá ser uma parte considerável do capítulo 1 da monografia. Sobretudo num trabalho com estrutura dedutiva, o capítulo 1 costuma ser o capítulo introdutório aos principais conceitos relacionados ao tema (Barral, 2007, p. 61).

Para Costa, Marco e Costa, Maria (2011) as perguntas a serem feitas a fim de deixar claro o significado da revisão e do referencial teórico podem ser assim definidas:

> "O que já foi escrito sobre o tema? " (revisão da literatura)
> "Qual a fundamentação teórica para estudar esta realidade? " (referencial teórico)

- **Revisão da literatura**

Dessa forma, para delimitar um tema-problema, que possibilite uma pesquisa com resultado relevante e consistente, é fundamental uma revisão abrangente e sistematizada da literatura e uma construção de um referencial teórico bem direcionado.

Nessa mesma linha de raciocínio, Roesch (2007, p.105) esclarece que: "[...] o capítulo ou seção de revisão da literatura engloba tudo o que: a) for relevante e necessário para esclarecer e justificar o problema em estudo; b) servir para orientar o método do trabalho e os procedimentos de coleta e análise dos dados. "

Assim, **a revisão bibliográfica é o passo inicial para a construção do referencial teórico**; por isso, ainda segundo a autora, é usual, o pesquisador ao iniciar a pesquisa, selecionar e resumir os textos relacionados ao tema do projeto e produzir um texto com esta síntese, mas sempre estabelecendo diálogos com o tema, o objeto ou o problema da pesquisa.

Como já dito no início desta seção, é preciso ficar atento para que a revisão da literatura não se torne um "mosaico" de citações sobre o tema de pesquisa. Para que isso não ocorra, pode-se, por exemplo, citar um conceito relacionado ao tema e determinar se tal definição é objetiva ou subjetiva; se é ampla ou restrita; se é adequada ao escopo de sua pesquisa ou não. Podem-se também avaliar definições de um mesmo termo feitas por diferentes autores (semelhanças e diferenças). A superficialidade ou não da definição também poderá ser investigada. Refletir sobre a caracterização do objeto de pesquisa a partir de estudos anteriores relacionados a ele também pode ser feito na seção de revisão da literatura.

Quando se têm textos mais curtos como artigos científicos ou trabalhos de conclusão de graduação a revisão da literatura e o referencial teórico podem vir em um mesmo tópico do texto. Já em dissertações e teses pode-se optar por redigir capítulos em separado para eles.

- **Referencial teórico**

Feita a revisão da literatura, inicia-se o processo de filtragem, em que o pesquisador focalizará os conteúdos necessários para **responder ao problema proposto**. O refe-

rencial teórico é a direção teórica da pesquisa, ou seja, neste momento, o pesquisador mostra quais autores e teorias são os mais adequados para analisar e explicar o problema da pesquisa e verificar as hipóteses e como este referencial teórico pode contribuir para a solução do problema.

A seção do referencial teórico não precisa ser muito extensa, mas deve apresentar os principais aspectos da teoria adotada que se relacionam com a pesquisa.

- **Esquema para o tópico da revisão da literatura (RL) e referencial teórico (RT):**

1. **resumo** do conhecimento atual sobre o problema; (RL)
2. **citações dos principais autores** que produziram evidências científicas sobre o problema; (RL)
3. **conceitos** pertinentes ao tema-problema da pesquisa (RL)
4. **citação das controvérsias** na literatura sobre o problema; (RL)
5. **descrição dos fundamentos teóricos** dos principais indicadores de resultados que serão utilizados na pesquisa. (RT)

Nesse sentido, o objetivo da revisão da literatura é mostrar a pertinência científica da proposta de pesquisa, e o do referencial teórico é apontar os fundamentos e delimitações teóricas mais adequados para responder ao problema de pesquisa.

Para avaliar esses dois itens do projeto de pesquisa, é necessário verificar, segundo Roesch (2007), se

- todos os **termos importantes foram definidos**;
- o autor apresentou **evidências** para embasar seus argumentos;
- o texto apresenta **lógica interna**;
- houve **análise interpretativa** dos autores citados;
- existe **relação entre as citações** ou se elas aparecem **soltas** no texto.

4.1.7. *Metodologia*

A metodologia é a seção em que o pesquisador deverá descrever com clareza como a pesquisa será realizada. Deve-se partir dos objetivos específicos a fim de evidenciar o que será feito (métodos) e como será feito (técnicas ou procedimentos), bem como quais os instrumentos de coleta de dados serão utilizados para se obterem os resultados esperados e se atingirem os objetivos propostos.

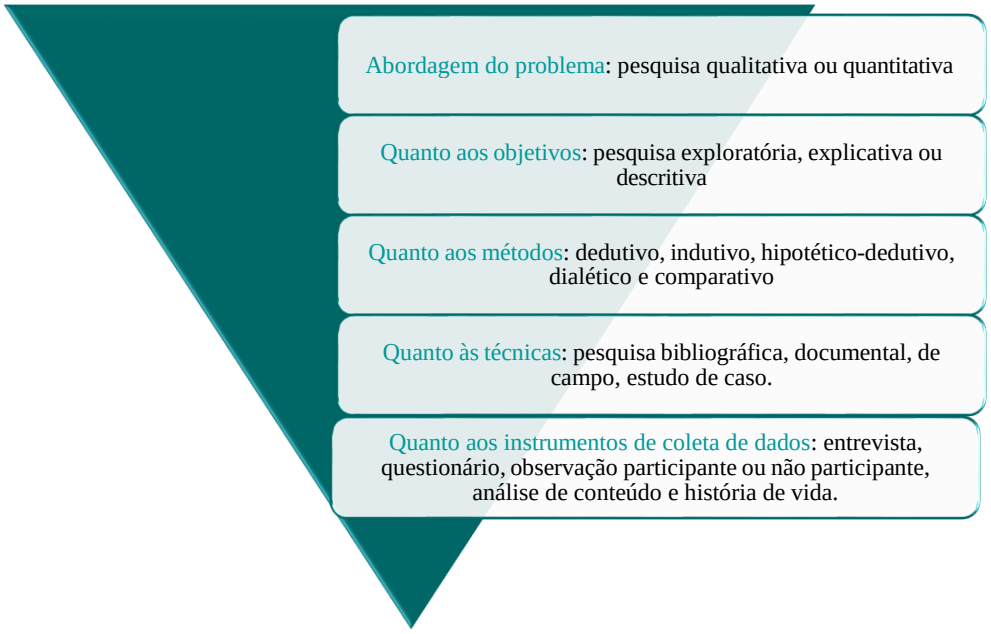
A proposta metodológica oferecida neste manual possui, segundo Gustin e Dias (2006), um sentido amplo que é o de representar um conjunto de normas e procedimentos utilizados para a construção do trabalho científico.

Assim, a metodologia consiste no caminho de verificação da hipótese de pesquisa. Galuppo (2008) explica que a metodologia deve orientar como responder ao problema proposto e definir caminhos para se alcançarem os objetivos da pesquisa.

Já para Mezzaroba e Monteiro (2009, p. 58), "a utilização de métodos implica oferecer transparência e objetividade à investigação, que, assim, poderá ser submetida à verificação, uma vez que explicita com clareza os critérios metodológicos adotados. "

A partir dessas constatações, o pesquisador deve iniciar o delineamento de sua pesquisa, a fim de tornar o problema passível de ser pesquisado. A seção "Metodologia" pode ser esquematizada conforme a Figura 2.

Figura 2 – Delineamento da metodologia



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

4.1.7.1 Pesquisa de natureza quantitativa ou qualitativa

Após a formulação do problema, o pesquisador deve escolher a abordagem que adotará em sua pesquisa: quantitativa ou qualitativa.

A pesquisa quantitativa é aquela que utiliza diferentes técnicas estatísticas para quantificar opiniões e informações para um determinado estudo. Ela é realizada para compreender e enfatizar o raciocínio lógico e todas as informações que se possam mensurar sobre as experiências humanas.

Por outro lado, Antônio Chizzoti mostra que:

> A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro, está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (Chizzotti, 1995, p. 79).

Assim, no quadro 12, sintetizam-se as diferenças entre a pesquisa quantitativa e qualitativa.

Quadro 12 – Pesquisa: quantitativa ou qualitativa

PESQUISA QUANTITATIVA	PESQUISA QUALITATIVA
Apoia-se na filosofia positivista, comportamentalista, empirista.	Apoia-se na filosofia fenomenológica.
Estabelece relações e explica mudanças.	Compreende fenômenos sociais, segundo a perspectiva dos participantes.
As investigações visam, sobretudo, a generalizações universais.	As ações são influenciadas pelo contexto em que ocorrem, são generalizações contextualizadas.
Ênfase nos resultados ou produtos da investigação.	Ênfase no processo da investigação.
Amostras amplas.	Amostras pequenas, não representativas.
Recolhe dados para confirmar hipóteses previamente construídas. Instrumentos de coleta de dados mais utilizados: questionário e entrevista estruturada	Não recolhe dados ou provas para confirmar hipóteses construídas previamente. Instrumentos de coleta de dados mais utilizados: observação, entrevista, história de vida.

Fonte: Adaptado de Silva, 2006, p. 32.

4.1.7.2 Pesquisa exploratória, descritiva e explicativa

As pesquisas podem ser, segundo Gil (2009), classificadas com base no objetivo geral e se dividem em: **exploratória**, **descritiva** e **explicativa**.

Quadro 13 – Pesquisa exploratória, descritiva e explicativa

PESQUISA EXPLORATÓRIA	PESQUISA DESCRITIVA	PESQUISA EXPLICATIVA
Tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A maioria das pesquisas desse tipo envolvem: – levantamento bibliográfico; – entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; – análise de exemplos que estimulem a compreensão.	Descreve características de determinada população ou fenômeno: distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde, nível de atendimento de órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação, índices de criminalidade, levantamento de opiniões.	Preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Explica o porquê das coisas por meio dos resultados oferecidos. Pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação de fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado.

Fonte: Gil, 2009, p. 41-42.

A relevância dessa classificação, segundo Gil (2009, p.43), consiste no auxílio para a construção do referencial teórico. A pesquisa exploratória frequentemente se estabelece em uma fase preliminar do trabalho acadêmico, quando ainda se está delimitando o objeto de estudo e o problema e, portanto, não é empregada isoladamente. Já a pesquisa descritiva tem como meta observar, registrar, analisar e correlacionar fenômenos ou fatos, sem interferência no ambiente analisado, ou seja, os fenômenos são investigados com sem que sejam manipulados pelo pesquisador. A pesquisa explicativa, por outro lado, busca estabelecer relações entre os objetivos geral e específicos assim como identificar fatores que determinam certos fenômenos ou analisar suas consequências.

É importante salientar que o pesquisador ao formular o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa já determina também qual a abordagem que irá adotar. Objetivos como “descrever” , “verificar”, “investigar”, “caracterizar” apontam para uma abordagem descritiva já objetivos como “analisar”, “discutir”, “avaliar”, “explicar” são objetivos que demandam uma abordagem explicativa.

A partir daí, torna-se possível traçar o delineamento da pesquisa, ou seja, o seu desenvolvimento quanto ao método, técnicas e instrumentos adotados para a coleta de dados. É importante que a seleção dos procedimentos a serem adotados seja feita conjuntamente com o orientador, para que se possa traçar o caminho mais adequado à produção da pesquisa, de acordo com os parâmetros científicos.

Nas seções a seguir, apresenta-se um resumo desses procedimentos com destaque para os estudos de Severino (2007) e Marconi e Lakatos (2009).

4.1.7.3 Métodos

Os métodos são as formas de organização do raciocínio que permitem alcançar o objetivo e traçar o caminho a ser seguido. Eles podem ser: indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo e comparativo.

Indutivo: procedimento lógico pelo qual se passa de fatos particulares a um princípio geral. Estabelece-se uma lei geral a partir de repetição constatada de regularidade em vários casos particulares.

Fases:

1. observação dos fenômenos;
2. descoberta de relação entre eles;
3. generalização da relação.

Dedutivo: Procedimento lógico, raciocínio pelo qual se pode tirar de uma ou de várias proposições (premissas) tidas como verdadeiras uma conclusão que delas decorre por força puramente lógica. Na pesquisa, um estudo estritamente dedutivo é raro, pois geralmente as premissas em um estudo científico são geralmente apresentadas como hipóteses, ou seja, passíveis de serem verificadas, mas pode-se dizer que um estudo quantitativo que investiga a aplicação de uma lei para determinar sua eficácia emprega o método dedutivo.

Hipotético-dedutivo: procedimento com características comuns aos dois anteriores. Parte-se da percepção de uma lacuna nos conhecimentos, o que resulta na formulação de hipóteses. A diferença entre o método dedutivo e o hipotético-dedutivo está justamente no valor das premissas: como já dito, no método estritamente dedutivo, as premissas têm valor de verdade enquanto no método hipotético-dedutivo, as premissas são hipóteses a serem testadas pelo método dedutivo. Por isso, este método é mais frequentemente empregado nas pesquisas científicas.

Dialético: Dialética é um termo de origem grega que significa a arte do diálogo, a arte de debater, de persuadir. Dialética é um debate em que ideias diferentes são apresentadas, em que um posicionamento é defendido e contradito imediatamente. Para os gregos, a dialética era separar fatos, dividir as ideias para poder discuti-las com maior discernimento. Assim, no método dialético, busca-se uma conclusão a partir de um debate entre diversas

posições teóricas nas quais duas situações ou teorias são confrontadas, buscando-se possíveis similitudes e distinções. Nas pesquisas da área do Direito, esse método é largamente usado, pois o Direito tem na sua essência a dialética.

Comparativo: estudo das semelhanças e diferenças entre diversos tipos de grupos, sociedades ou povos. No âmbito do Direito Comparado, estudos, por exemplo, entre a legislação brasileira e de outros países sobre determinado tema ou da prática jurídica entre dois ou mais contextos empregam este método.

4.1.7.4. Técnicas

São procedimentos operacionais que servem de mediação prática para a realização das pesquisas. Os principais são:

Pesquisa bibliográfica: elaborada a partir de fontes secundárias: livros, artigos e outros meios de informação, como periódicos (revistas, boletins, jornais), outras pesquisas que podem ser encontradas em bibliotecas, *sites* da Internet. Abrange toda a bibliografia já tornada pública. Essa técnica está presente em toda e qualquer pesquisa, pois é ela que alimenta a revisão bibliográfica e o referencial teórico; ou seja, serve para a compreensão das teorias já desenvolvidas sobre determinado assunto. Ao se empregar essa técnica, busca-se resolver um problema a partir dos resultados já obtidos por outros pesquisadores.

Como já dito nas seções específicas deste manual, as fontes devem ser muito bem selecionadas e referenciadas. Além disso, deve-se ter o cuidado para que não se tenha um uso indevido das fontes como o plágio ou a deturpação das ideias dos autores selecionados.

Pesquisa documental: é a investigação feita na fonte primária, elaborada a partir de materiais (não fraudados) que não receberam tratamento analítico: relatórios, tabelas, fotos, vídeos, cartas, discursos, e, no Direito, os documentos como leis, sentenças, acórdãos, pareceres, portarias, que podem ser encontrados em arquivos (públicos ou particulares), bibliotecas, *sites* da Internet, nos órgãos públicos ou privados. A pesquisa documental é utilizada em abordagens históricas e a análise pode ser feita em documentos antigos ou atuais. Servem para estabelecer uma contextualização não só histórica, mas também cultural, social

e econômica de um local, uma instituição, ou um grupo de indivíduos. Ainda sobre pesquisa documental como técnica investigativa é importante perceber que:

> A pesquisa documental, enquanto método de investigação da realidade social, não traz uma única concepção filosófica de pesquisa, pode ser utilizada tanto nas abordagens de natureza positivista como também naquelas de caráter compreensivo, com enfoque mais crítico. Essa característica toma corpo de acordo com o referencial teórico que nutre o pensamento do pesquisador, pois não só os documentos escolhidos, mas a análise deles deve responder às questões da pesquisa, exigindo do pesquisador uma capacidade reflexiva e criativa não só na forma como compreende o problema, mas nas relações que consegue estabelecer entre este e seu contexto, no modo como elabora suas conclusões e como as comunica. Todo este percurso está marcado pela concepção epistemológica a qual se filia o investigador (Silva *et al*., 2009, p. 4556).

Para aplicação dessa técnica, deve-se ter em mente que ela é composta das seguintes fases de acordo com Bardin (1979): pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados. Na pré-análise deve-se fazer a organização do material escolha e seleção dos documentos (corpus de análise), a formulação de hipóteses e/ou objetivos e elaborar indicadores que fundamentem a interpretação final dos dados. Já a fase de exploração do material con- siste no estudo aprofundado orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos; a escolha das unidades de contagem (codificação), seleção das regras de contagem (classificação) e a escolha de categorias (categorização) de análise. A última fase é o tratamento ou análise dos resultados em que há uma interpretação do conteúdo das fontes pesquisadas e uma análise do conteúdo latente dos documentos por meio de inferências elaboradas a partir do conte- údo explícito desses documentos.

A pesquisa documental, embora muito importante, tem resultados limitados e não pode, assim, estar dissociada da pesquisa bibliográfica que auxilia na comparação de dados entre autores diferentes ou na busca por posicionamentos teóricos que respaldem a análise empreendida.

Estudo de caso: estudo de um caso particular considerado representativo de um conjunto de casos análogos. A escolha deve pautar-se em caso significativo e representativo, apto a fundamentar uma generalização para situações análogas, autorizando inferências. O estudo de caso é muito utilizado nas pesquisas que visam se aprofundar em um tema específico ou em uma teoria e sua viabilidade. Na pesquisa jurídica no Brasil, o estudo de caso ainda é pouco empregado, devido a uma visão equivocada de que é uma técnica de menor rigor científico. De acordo com Robert Yin (2015), o que ocorre é que no estudo de caso o

controle que o investigador tem sobre os eventos é muito reduzido e muitas vezes o foco temporal está em fenômenos contemporâneos dentro do contexto de vida real. No entanto, o referido estudo constitui técnica apropriada para as situações em que o pesquisador precisa responder às questões "como" e "por que".

Maísa Silveira (2005), citando os estudos de Chizzotti (1995), afirma que a técnica do estudo de caso deve abranger, três fases: a primeira é a seleção e delimitação do caso; a segunda fase é a coleta e organização de informações relacionadas ao caso, por meio de instrumentos como entrevistas, questionários, análises de documentos ou de casos de outros estudos. A última fase seria a redação do relatório.

Sobre o emprego dessa técnica na pesquisa jurídica no Brasil, com Maísa Silveira salienta que:

> o estudo de caso consiste na análise de situações reais que possibilite a delimitação dos problemas delas decorrentes e até, eventualmente, a proposta de soluções. Portanto, tal técnica é plenamente cabível e importante na pesquisa jurídica, porque permite uma aproximação da própria realidade na qual serão aplicados os resultados do trabalho científico. Aliás, o estudo de caso, conforme já se afirmou, serve à busca de respostas às questões "Como" e "Por que". Ora, diversos trabalhos científicos na área do Direito são realizados justamente nesse sentido (pode-se ofertar como exemplo a pesquisa em que se investiga a intenção do legislador ao elaborar determinada norma, objetivando-se uma aplicação mais favorável dessa). Ademais, é técnica bastante abrangente no que tange aos resultados possíveis, já que pode ser elaborado para servir a várias finalidades, como preparação para pesquisa posterior ou de forma autônoma. Por tudo isso, o estudo de caso é cabível – e deveria ser utilizado com maior frequência – nas pesquisas jurídicas (Silveira, 2005).

Por fim, é necessário atentar para as limitações desta técnica como a dificuldade de generalização dos resultados obtidos, a impossibilidade de se analisar a totalidade do caso e a aplicação de teorias ad hoc para explicação dos casos. Dessa forma, recomenda-se ao pesquisador que, ao decidir empregar essa técnica, submeta-se a uma capacitação específica por meio de leituras adequadas e estudos mais aprofundados.

Pesquisa de campo: É a técnica de pesquisa que corresponde à observação, coleta, análise e interpretação de fatos e fenômenos que ocorrem dentro de seus nichos, cenários e ambientes naturais de vivência. De acordo com Fayga Bedê e Robson de Sousa (2018, p. 792), "a pesquisa de campo qualifica a produção de conhecimento, ao confrontar crenças por meio de evidências".

Tem como objetivo adquirir informações sobre um problema a ser resolvido ou sobre hipótese a ser confirmada. Os fatos ou fenômenos são observados sem intervenção do pesquisador. Deve ser precedida por pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão.

Marconi e Lakatos (2002, p. 83-87) classificam a pesquisa de campo em três tipos: exploratória, quantitativo-descritiva e experimental.

A **pesquisa de campo exploratória** é uma investigação preliminar cuja finalidade seria o levantamento de questões ou hipóteses para o problema. Esse tipo de pesquisa de campo funcionaria como uma "investigação-piloto" para familiarizar o pesquisador com o ambiente ou fenômeno, testar instrumentos de coletas de dados para uma pesquisa futura. Por isso, muitas vezes, uma variedade de procedimentos de coleta de dados pode ser utilizada em um estudo intensivo e com uma pequena amostra. Depois de realizada, o pesquisador terá mais condições de determinar quais hipóteses e instrumentos de investigação são mais pertinentes. Dessa forma, este tipo de pesquisa torna-se, geralmente, uma primeira etapa da pesquisa de campo definitiva.

Já **a pesquisa quantitativa-descritiva** tem como objetivo a caracterização de fatos ou fenômenos, a avaliação de produtos ou políticas públicas ou até mesmo a eficácia de leis e regulamentações. Recorre a artifícios quantitativos tendo por objetivo a coleta sistemática de dados sobre amostras de populações, programas, ambientes. Utilizam várias técnicas como entrevistas, questionários, formulários etc. e empregam procedimentos estatísticos.

O **tipo experimental** consiste em pesquisa empírica para testar hipóteses que dizem respeito a relações de tipo causa-efeito. O projeto experimental inclui: grupo de controle (além do experimental), seleção da amostra por técnica probabilística e manipulação de variáveis independentes com a finalidade de controlar ao máximo os fatores pertinentes.

As **etapas de uma pesquisa de campo** são, assim, descritas sucintamente:

Primeiramente, deve-se realizar uma **pesquisa bibliográfica** aprofundada, principalmente para conhecer melhor o seu objeto de pesquisa, a seguir deve definir, tendo em vista o objeto de pesquisa, qual será o ambiente ou cenário em que a pesquisa de campo será realizada bem como selecionar quais instrumentos de coleta de dados são mais adequados para a pesquisa, o público-alvo (os sujeitos) desta pesquisa e o tamanho da amostra. A elaboração dos instrumentos de coleta de dados é outra etapa importante da pesquisa (ver seção 4.1.7.5). Após a coleta de dados, parte-se para análise desses dados tendo como suporte o referencial teórico previamente desenvolvido.

A **pesquisa de campo** tem como aspectos positivos a possibilidade de o pesquisador aproximar sua pesquisa da realidade dos fenômenos confrontando teorias e saberes diversos fortalecendo o caráter interdisciplinar da pesquisa e a comprovação empírica das hipóteses levantadas. Por isso, essa técnica deveria ser mais adotada por pesquisadores da área jurídica, principalmente, pelo fato de o Direito ser uma ciência social aplicada.

Como exemplo de aplicação desta técnica em um trabalho acadêmico na área do Direito, apresenta-se aqui o trabalho da professora Dra. Maraluce Custódio (2012, p. 247-250). O texto a seguir é parte do capítulo em que ela descreve o trabalho de campo feito para sua tese de Doutoramento.

> Nesta pesquisa serão analisadas as respostas às entrevistas realizadas no trabalho de campo, levado a cabo em cinco cidades no Brasil, no segundo semestre de 2010.
>
> A ideia inicial era visualizar algo de concreto em relação à paisagem e sua relação com a sociedade no Brasil, saindo um pouco da perspectiva unicamente bibliográfica, para refletir e fazer não apenas a pesquisadora, mas também outros indivíduos refletirem sobre o que a paisagem representa para o brasileiro. Para esse fim, procurou-se identificar processos judiciais que levassem em consideração a proteção da paisagem nas argumentações sobre o caso.
>
> Devido à imensidão do território brasileiro e às grandes diferenças culturais em cada região, deparou-se com o dilema de quais processos escolher. Inicialmente, verificou-se pela internet a existência de processos no âmbito federal, já que esta é a delimitação do problema aventado na tese. Foram pesquisados processos em todos os tribunais regionais, nas cinco regiões judiciárias, sendo selecionados aqueles que usavam o termo paisagem em seu bojo, procedendo-se à primeira seleção de casos.
>
> Num segundo momento, depois de lidas todas as decisões e analisados os casos encontrados, definiu-se, junto com o orientador, que deveria ser buscada, na seleção dos casos, a representatividade de cada região geográfica brasileira (Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-oeste). Em seguida, foram considerados os custos de tal processo investigativo, decidindo-se analisar apenas um caso por região, uma vez que os custos da investigação seriam suportados pela pesquisadora.
>
> Ficando definido assim, enfrentou-se logo a seguir um outro grande problema, pois, em termos de decisão judicial, nada havia sido encontrado sobre paisagem na região Norte e Sul, pois os processos que remetiam ao termo paisagem nessas regiões não demonstravam nenhuma relação com o objeto da pesquisa. Resolveu-se o impasse iniciando-se, para essas duas regiões, um processo de busca de casos que, apesar de não serem judiciais, teriam interesse jurídico paisagístico, chegando-se finalmente aos casos estudados, contando-se sempre com a supervisão e anuência do orientador.
>
> Desse modo, foram analisadas as decisões judiciais em âmbito federal, escolhendo-se três casos, cada um em uma região distinta do País. Na região Sudeste, a proteção contra a obstrução da vista do Pão de Açúcar pelo lado da Baía de Guanabara, realizada pela ampliação da Marina da Glória no Aterro do Flamengo no Rio de Janeiro. Na região Centro-oeste, a proposição de construção de um estacionamento na área tombada do plano piloto de Brasília. Na região Nordeste, a substituição do calçamento original da ladeira do Morro da Banca, primeira rua de acesso a São Cristovão, por placas de concreto. Na região Norte, entretanto, não foi encontrado nenhum caso que tratasse da paisagem, assim escolhendo-se um caso que por certo se tornará judicial em breve em Manaus, que é o aumento de prédios de luxo e construção de uma praça de lazer na margem do rio Negro, em substituição às barracas tradicionais e obstruindo a vista do rio. Na região Sul, o caso versa sobre a proteção ao ponto de visibilidade do monumento e ponto turístico central da Cidade de Florianópolis: a ponte Hercílio Alves.
>
> Quanto à metodologia adotada para a realização desta pesquisa, foi utilizado o método dialético, partindo-se da premissa de que o mundo não é um complexo de

coisas acabadas, mas uma construção que se dá por processos, em que as coisas estão aparentemente estáveis. Seus reflexos, entretanto, o levam a mudanças ininterruptas de *devir* e decadência, uma vez que, apesar dos insucessos aparentes, suscitam um desenvolvimento progressivo, gerando uma passagem da quantidade à qualidade. Procedeu-se a um estudo qualitativo, de cunho exploratório, da compreensão da sociedade sobre a paisagem e sua importância por si e para a vida da comunidade de uma região. Optou-se pelo modelo de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, utilizando-se metodologia descritiva com a adoção de técnicas de observação intensiva realizada por meio de entrevista, bem como observação direita extensiva, a partir da medida de opinião e de atitudes.

A escolha das cidades para realizar o trabalho de campo se baseou em duas perspectivas: primeiro, que deveria haver representação de todas as regiões brasileiras – Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul – e, segundo, que deveriam ser escolhidas a partir de processos judiciais, debatidos na Justiça Federal no mínimo em segunda instância, que tivessem a proteção da paisagem como elemento analisado. Infelizmente, nas regiões Norte e Sul, nenhum processo que cumprisse os requisitos foi encontrado, por isso foram selecionados casos que foram analisados cientificamente, e que podem ou poderiam vir a se tornar processos judiciais por descumprimento da legislação vigente.

Na investigação desses casos, realizou-se um trabalho de campo de natureza exploratória, para se produzir maior familiaridade com o problema, analisando-se os dados não apenas pela perspectiva teórica, mas por meio de contato direto com a população dos locais e autoridades competentes relacionadas aos casos. Devido ao pouco tempo e recursos disponíveis para realização da pesquisa de campo, resolveu- se realizar uma entrevista com as partes envolvidas no processo judicial, bem como conversar informalmente com alguns populares dos locais analisados, utilizando-se também a entrevista como instrumento para coleta dos dados.

Embora a metodologia adotada possa sofrer críticas devido a suas limitações, deve ser considerado que foi imposta em razão do curto espaço de tempo para desenvolvimento da pesquisa, da insuficiência de literatura científica produzida no País sobre essa temática específica na área do Direito, bem como da falta de investimento institucional e de uma equipe, indispensáveis para um empreendimento dessa magnitude. Desse modo, o presente estudo deve ser visto como uma incitação a uma pesquisa de grande porte, que poderá vir a ser empreendida nos próximos anos em um pós-doutoramento ou em aprofundamentos de estudo por parte de outros pesquisadores. Deve se ver esta pesquisa, portanto, como um ponto inicial, uma contribuição a ensejar novos trabalhos sobre o tema, fulcro de uma tese, e não como algo finito e acabado.

Assim, em cada caso já citado, o local foi visitado a fim de que as autoridades, quando dispostas, pudessem ser ouvidas para darem sua perspectiva sobre o caso e sobre o que concebiam ser paisagem. Ao todo, foram selecionados 30 cidadãos como informantes, escolhidos aleatoriamente por viverem no local do fato que gerou o processo judicial, e, quando não possível, por se situarem em sua proximidade, para serem entrevistados sobre o caso e darem sua perspectiva sobre a paisagem.

Neste capítulo, cada caso será descrito como foi narrado nos processos afins, para em seguida ser mostrada a perspectiva de cada uma das partes envolvidas no processo, procurando-se neles compreender como as partes veem a questão da paisagem. Do mesmo modo procederemos em relação à perspectiva dos entrevistados em cada cidade. Sobre a perspectiva da paisagem, concluiu-se ao final, a respeito das entrevistas, haver vários pontos de convergência e divergência quanto aos que os cidadãos concebem sobre paisagem e a perspectiva científica.

Ressalte-se que os casos selecionados são apenas um ponto inicial para analisar a perspectiva da paisagem nos locais selecionados, já que a proteção à paisagem foi trazida nos processos como preocupação, buscando-se entender por que neles essa preocupação se insere.

4.1.7.5.Instrumentos de coleta de dados

Os instrumentos de coleta de dados são ferramentas para a produção de informações e levantamento de dados.

Entrevista: coleta de informações por meio de interação entre pesquisador e sujeitos pesquisados. Pode ser:

1) estruturada, quando são direcionadas e previamente estabelecidas. Não há liberdade do pesquisador para adaptar as perguntas. É realizada de acordo com formulário. As respostas são padronizadas.

2) semiestruturada, quando o pesquisador tem liberdade para estabelecer conversação informal. O pesquisador mantém escuta atenta e registra informações.

Questionário: conjunto de questões que se destinam a levantar informações escritas por parte de sujeitos pesquisados. As questões devem ser fechadas ou abertas. Deve ser previamente testado para ser avaliado e/ou revisado.

Observação:

1) Participante: para observar os fenômenos, o pesquisador se incorpora ao grupo, compartilha a vivência dos sujeitos pesquisados de forma sistemática e permanente ao longo do tempo da pesquisa. Registram-se, neste processo de interação, além dos elementos observados, análises e considerações do pesquisador. Pode ser natural, quando o pesquisador pertence ao grupo e artificial, quando não pertence.

2) Não participante: o pesquisador toma contato com a comunidade sem integrar-se a ela; tem uma visão de fora.

História de vida: coleta de informações sobre a vida pessoal de um ou vários informantes. Pode assumir forma de: autobiografia, memorial, crônicas, a fim de se apresentarem as trajetórias pessoais dos sujeitos.

Análise de conteúdo: consiste na análise de discursos proferidos pelos sujeitos pesquisados. Descreve, analisa e interpreta os implícitos dos discursos obtidos por meio de entrevistas, depoimentos e histórias de vida.

Conforme mostrado, o delineamento e o desenvolvimento da metodologia é um processo complexo que exige do pesquisador um conhecimento amplo das várias possibilidades e uma avaliação cuidadosa sobre a metodologia adotada. Assim, ao redigir o tópico

destinado a relatar a metodologia a ser empregada no trabalho de pesquisa, deve-se não só indicar se a pesquisa será quantitativa ou qualitativa, exploratória, descritiva ou explicativa, e quais técnicas, métodos e instrumentos serão usados, mas também mostrar por que esses recursos metodológicos são os mais indicados e como eles deverão ser empregados.

Para saber mais

Sobre estudo de caso, consulte:

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Sobre técnicas de pesquisa, consulte:

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Sobre delineamento de pesquisa, consulte:

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

4.1.8 *Cronograma*

O cronograma contém a descrição das atividades a serem realizadas, especificando-se o período de tempo para o término dos trabalhos científicos e acadêmicos – em semanas, meses e anos. Pode-se fazer o cronograma em forma de quadro.

4.1.9 *Referências*

Seção não numerada do projeto, por isso o **título será centralizado**. Consiste na apresentação de listagem das obras consultadas na elaboração do projeto de pesquisa. Devem ser referenciadas **todas as obras citadas no corpo do texto**. As referências devem ser apresentadas em **ordem alfabética, com espaçamento simples entre linhas, alinhadas à esquerda, separadas entre si por um espaço simples**. Devem ser elaboradas a partir das normas especificadas neste manual.

As obras que não foram citadas no corpo do texto, mas foram lidas não devem figurar na lista de referências; caso o autor queira citá-las, deve abrir uma lista denominada

"**bibliografia**".

Por fim, vale lembrar que o projeto de pesquisa se constitui como primeiro passo para se produzirem trabalhos acadêmicos. **As informações nele contidas, com exceção da revisão bibliográfica/ referencial teórico e cronograma, são apresentadas na introdução da monografia, dissertação, tese e artigo científico**.

5 MONOGRAFIA, DISSERTAÇÃO, TESE E ARTIGO CIENTÍFICO

Todo trabalho acadêmico deve ser o produto de leituras, pesquisas, análises e investigações realizadas durante os cursos de graduação ou pós-graduação. Nesse sentido, o texto acadêmico se constitui como resultado de pesquisa cujo objetivo é a produção e a divulgação de conhecimento.

Por essa razão, em primeiro lugar, o trabalho acadêmico deve retomar o conhecimento existente e, em seguida, apontar novas possibilidades. É por isso que se afirma que o conhecimento é dinâmico e tem a função de olhar para frente, apontar novos e possíveis horizontes.

5.1 A monografia – MEC/CES 211/2004

Para a conclusão de cursos de especialização, assim como de graduação, é exigida a apresentação de um trabalho também chamado de monografia. Na verdade, o que distingue uma tese ou uma dissertação de uma monografia é "o nível de profundidade e originalidade, bem como a exigência [ou não] de defesa pública" (França; Vasconcellos, 2013, p. 34).

O Trabalho de Conclusão (TC), conforme parecer CNE/CES 211/2004, é componente curricular obrigatório para a graduação em Direito e tem como objetivo oferecer ao discente a oportunidade de aprofundamento do domínio da linguagem jurídica com a precisão terminológica da ciência jurídica.

A Escola Superior Dom Helder Câmara estabelece as regras para o Trabalho de Conclusão em portarias específicas publicadas em seu portal acadêmico.

5.2 A dissertação –ABNT NBR 14724 (2024)

O título de mestre tem como exigência a feitura e defesa de uma dissertação que consiste na exposição de um tema relevante em uma das áreas do conhecimento científico. De acordo com Galuppo (2008, p. 31), "É um estudo recapitulativo [...] Objetiva a organização sistemática do assunto [...] De caráter eminentemente didático, como treino e iniciação, não implica a comunicação de uma ordem teórica nova. " Para Leite (2011), esta tem a

função pedagógica de treinar o pesquisador na iniciação científica. Nesse sentido, afirma o autor, que dissertação é:

Observe o recuo na citação direta (4 cm)

> Estudo recapitulativo, analítico, interpretativo a respeito de um tema bem específico e delimitado [...] como pretende a *American Library Association*, 'é um tratado sistemático e completo sobre um assunto particular, usualmente pormenorizado no tratamento, mas não extenso no alcance'. [...] a reflexão e o rigor científico deverão acompanhar, necessariamente, a investigação, para não se transformar no que chamou Salomon 'um mero relatório de procedimento de pesquisa' ou 'compilação de obras alheias' ou finalmente, 'medíocre divulgação' (Leite, 2011, p. 22).

Para a ABNR NBR 14724 (2024. p.2), dissertação é:

> Documento que apresenta o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico retrospectivo, de tema único e bem delimitado em sua extensão, com o objetivo de reunir, analisar e interpretar informações. Deve evidenciar o conhecimento de literatura existente sobre o assunto e a capacidade de sistematização do candidato. É feito sob a coordenação de um orientador (doutor) visando à obtenção do título de mestre (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2024, p.2).

Em síntese, a dissertação é a exigência para se alcançar o título de mestre.

5.3 A tese

O título de doutor tem como exigência a produção de uma tese. É um documento que representa o resultado de um trabalho científico. Para Galuppo (2008, p.31), na tese o pesquisador ultrapassa a tarefa de sistematizar, propõe demostrar e provar, "[...] analisar fatos e ideias através de sólida argumentação, conduzindo o leitor a concluir com o autor. [...] na tomada de posição de um tema que se concretizará na tese [...]. " Deve ser elaborado com base em pesquisa original, constituindo-se em real contribuição, dentro de uma ou mais áreas de conhecimento, uma pesquisa mais aprofundada do tema escolhido, com o objetivo de apresentar uma posição pessoal e nova no cenário da produção científica. Sobre a tese, afirma Leite:

> [...] é realmente uma obra científica, [...] não se ocupa tão somente da descrição ou análise de um instituto ou questões jurídicas, mas, e, sobretudo, de uma contribuição pessoal do autor a uma determinada área do conhecimento. [...] vai além da pura análise dos dados e redunda inexoravelmente na apresentação de uma nova teoria, desconhecida e inteiramente nova do que se produziu até então (Leite, 2011, p. 23).

Para a ABNT NBR 14724 (ABNT, 2024, p.4), tese é:

> Documento que apresenta o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico de tema único e bem delimitado. Deve ser elaborado com base em investigação original, constituindo-se em real contribuição para a especialidade em questão. É feito sob a coordenação de um orientador (doutor) e visa à

> obtenção do título de doutor, ou similar (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2024, p.4).

A tese é, então, um dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em alguma área de conhecimento.

5.4 O artigo científico – ABNT NBR 6022(2018)

A produção de conhecimento se materializa por meio de um vasto leque de formas e modelos de documentos que podem ser publicados a título de pesquisas acadêmicas, dentre os quais está o artigo científico, texto que apresenta a um determinado público uma pesquisa sobre determinado tema.

O artigo científico, segundo **Azevedo (2001, p. 82),** "[...] é um texto escrito para ser publicado num periódico especializado e tem o objetivo de comunicar os dados de uma pesquisa". Dessa forma, ele poderá ser apresentado como **original ou de revisão**, sendo o primeiro constituído de temas originais e, o segundo, de análise e discussão de trabalhos já publicados. A forma original tem como característica básica a discussão de ideias dentro de um tema original, e o artigo de revisão constitui uma revisão de tema e tem como subsídios trabalhos já produzidos sobre o assunto. O cerne do artigo de revisão é o olhar do autor sobre o que já foi divulgado.

Já para **ABNT NBR 6022 (2018, p.2)**, artigo técnico e/ou científico "[...] é parte de uma publicação com autoria declarada, que apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento".

Em 2018, houve uma atualização da norma para elaboração de artigos científicos que trouxe alterações na própria estrutura do artigo e acréscimos de itens obrigatórios. Apresenta-se aqui a estrutura do artigo já com as atualizações da ABNT NBR 6022 (2018).

Quadro 14 – Estrutura do artigo científico – ABNT NBR 6022/2018

Elementos pré-textuais
Título no idioma do documento (obrigatório)
Título em outro idioma (opcional)
Autor (obrigatório)
Resumo no idioma do documento (obrigatório)
Resumo em outro idioma (opcional)
Datas de submissão e aprovação do artigo (obrigatório)
Identificação e disponibilidade – DOI ou endereço eletrônico (opcional)
Elementos textuais
Introdução (obrigatório)
Desenvolvimento (obrigatório)
Considerações finais (obrigatório)
Referências (obrigatório)
Glossário (opcional)
Elementos pós-textuais
Apêndice (opcional)
Anexo (opcional)
Agradecimentos (opcional)

Adaptado de ABNT NBR 6022 (2018).

Ainda de acordo com a norma, os itens devem aparecer no trabalho na mesma ordem que estão dispostos nessa estrutura apresentada. A seguir mostramos mais detalhadamente as alterações:

No que diz respeito ao item 3 da norma, em que se descrevem os termos e definições, a primeira alteração é em relação ao termo “agradecimento”, cuja explicação salienta que seu uso no artigo deve se limitar a dar créditos a quem contribuiu de forma **relevante** para o estudo. Este item deve ser o último dos elementos pós-textuais.

Em relação aos elementos pré-textuais houve a inclusão como item obrigatório

“Datas de submissão e aprovação do artigo” e como item opcional a “Identificação e disponibilidade – DOI (digital object identifier)” ou endereço eletrônico. O título e o resumo em língua estrangeira foram movidos para os elementos pré-textuais e aparecem logo após as versões vernáculas.

Nos elementos textuais houve a alteração da nomenclatura: a “Conclusão” passou a ser “Considerações finais”.

Na versão de 2018 da norma, não há menção às palavras-chave após o resumo, possivelmente porque não houve alteração em relação à norma de 2003. A nova norma apenas remete à ABNT NBR 6028 (2021), de resumos, que já oferece diretrizes para a apresentação das palavras-chave.

As notas explicativas não mais são consideradas elementos pós-textuais, mesmo porque raramente se usam notas de fim em artigos. Os elementos pós-textuais continuam sendo as referências, o glossário, os apêndices e os anexos.

ATENÇÃO

Cada revista científica possui normas específicas para a publicação de artigos; cabe ao pesquisador consultá-las antes da submissão de artigos para publicação.

PARTE III – NORMALIZAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Você vai aprender, nesta parte:

6 Citações, notas de referência, notas de rodapé e notas explicativas – ABNT NBR 10520(2023) 78
7 Apresentação das referências 88
8 Estrutura de trabalhos acadêmicos – ABNT NBR 14724(2024) 97

PARTE III

NORMALIZAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Todo e qualquer trabalho acadêmico possui orientações normativas que têm a função de seguir as principais orientações da ABNT, as quais visam a indicar orientação técnica prevista em normas. Dessa maneira, nesta Parte III, encontram-se as principais normas que orientam a construção de trabalhos acadêmicos na Escola Superior Dom Helder Câmara. Este manual não substitui as normas ABNT vigentes; sempre deve-se utilizar a ABNT NBR mais atual, respeitando os aspectos deste manual.

6 CITAÇÕES, NOTAS DE REFERÊNCIA, NOTAS DE RODAPÉ E NOTAS EXPLICATIVAS – ABNT NBR 10520 (2023)

Citações são trechos transcritos ou informações retiradas de obras consultadas durante a elaboração do trabalho. A ABNT NBR 10520 (2023, p.1) define citação como "menção de uma informação extraída de outra fonte"; já a ABNT NBR 10719 (2015, p. 6) dispõe que "As citações bibliográficas textuais servem para dar maior clareza e autoridade ao texto, relacionando as ideias expostas com ideias defendidas em outros trabalhos, por outros autores". A partir dessa concepção, o pesquisador deve adotar a citação como recurso de discussão teórica, não como mera exigência acadêmica.

Pesquisadores no início de atividades acadêmicas tendem a acreditar que a citação desabona o texto e o torna enfadonho. Charaudeau (2008), ao tratar dos modos de organização do discurso, afirma que é por meio de citações de outros autores, considerados autoridades na área de estudo em questão, é que se garante a credibilidade e a autenticidade do texto científico. Caso contrário, ressalta o autor, o texto será considerado mera ficção.

A Dom Helder utiliza o sistema de chamada autor-data para as citações. No corpo do texto, é necessário incluir o sobrenome do autor, seguido da data de publicação do texto citado e/ou do número da página, conforme os tipos de citação e de acordo com a ABNT NBR 10520.

6.1 Tipos de citação

De acordo com a ABNT NBR 10520 (2023), as citações se classificam como: **citação indireta**; **citação direta longa**; **citação direta curta** e **citação de citação**.

6.1.1 Citação indireta

Texto baseado na obra do autor consultado. Não se transcrevem as palavras do autor, mas se **interpretam suas ideias e raciocínios por meio da paráfrase**. Não se usam aspas. Indica-se o sobrenome do autor e o ano da edição. Observe o exemplo:

> Para Gustin e Dias (2006), o primeiro passo para a pesquisa científica é a escolha de uma situação-problema relevante, o que pode ser feito por meio da revisão bibliográfica.

Como deve aparecer na seção de Referências:

GUSTIN, Miracy Barbosa Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. **(Re)pensando a pesquisa jurídica**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

6.1.2 Citação direta

Transcrição textual (literal) de parte da obra que foi consultada. A citação direta pode ser feita de **duas** formas distintas:

6.1.2.1 Citação direta curta

De até 3 linhas, deve ser inserida no corpo do texto, com fonte tamanho 12, entre aspas duplas. Exemplo:

De acordo com Queiroz (2015, p.80), "[...] o objetivo do pesquisador do Direito é identificar todo e qualquer fenômeno social do qual possam extrair informações ou dados sobre as práticas jurídicas".

6.1.2.2 Citação direta longa

Aquela com mais de 3 linhas, que não poderá ultrapassar a marca de 15 linhas. Deverá ser destacada com recuo de 4,0 cm a partir da margem esquerda, redigida em fonte tamanho 10, com espaçamento simples (1,0), texto justificado e **sem aspas**. A Figura 3 exemplifica o recuo que deve ser adotado nas citações diretas longas.

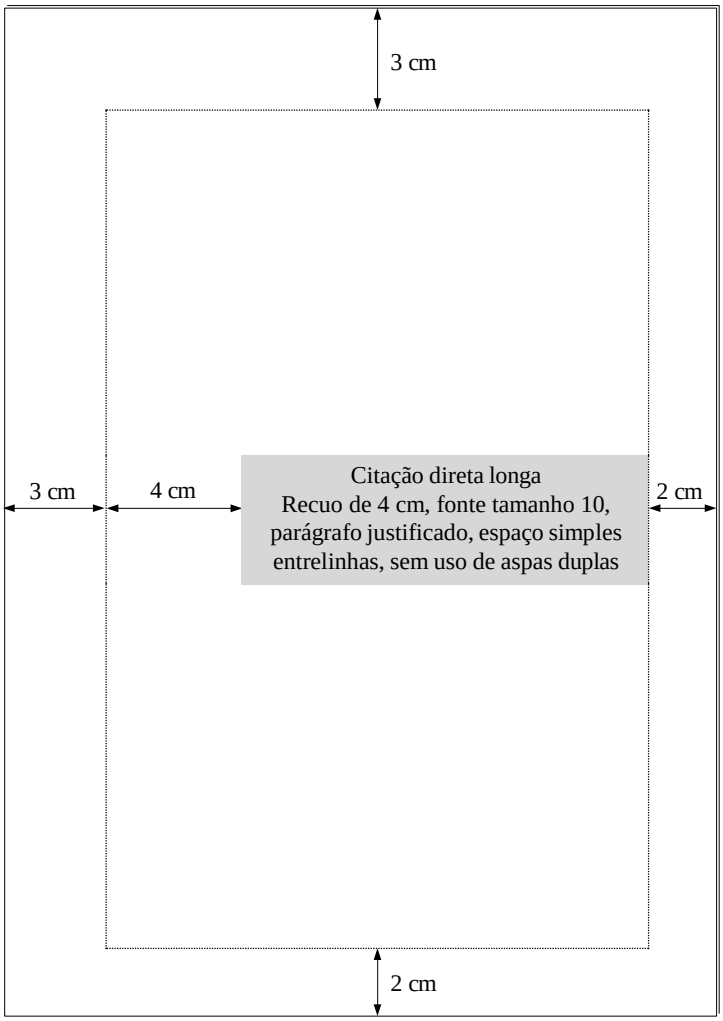
Exemplo:

Sobre a escolha do tema, Galuppo afirma que:

4,0 cm

O tema que o pesquisador escolheu não deve ser encarado como camisa-de-força, mas apenas como um ponto de partida. Portanto, nada impede que ele mude novamente de tema e, consequentemente, de projeto de pesquisa. [...] Se o aluno depositou um projeto e este foi aceito, já demonstrou que desenvolveu essa habilidade de forma adequada, dispensando-se novo depósito. É claro que ele terá de elaborar, pelo menos conceitualmente e idealmente por escrito, um novo projeto, e certamente terá de discuti-lo com o professor-orientador (Galuppo, 2008, p.44).

Figura 3 – Recuo da citação direta longa



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

Os exemplos a seguir mostram como se utilizam as letras maiúsculas e minúsculas para a indicação do sobrenome do autor pesquisado.

Exemplo 1:

De acordo com Queiroz (2015, p.80), "o objetivo do pesquisador do direito é identificar todo e qualquer fenômeno social do qual possam extrair informações ou dados sobre as práticas jurídicas que, em momento seguinte, serão objeto de tratamento em pesquisas jurídicas".

Exemplo 2:

"O objetivo do pesquisador do direito é identificar todo e qualquer fenômeno social do qual possam extrair informações ou dados sobre as práticas jurídicas que, em momento seguinte, serão objeto de tratamento em pesquisas jurídicas" (Queiroz, 2015, p.80).

Como deve aparecer nas referências

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. **Monografia jurídica passo a passo**: projeto, pesquisa, redação, formatação. São Paulo: Método, 2015.

ATENÇÃO

O sobrenome dos autores é escrito somente com a primeira letra em maiúsculo.

Conforme a ABNT NBR 10520.

A Figura 4 mostra como as citações diretas curtas devem ser introduzidas no corpo do texto.

Figura 4 – Citação direta: regras gerais de apresentação

Citações diretas curtas, com até três linhas

Devem ser inseridas entre "aspas duplas" no texto

Autores Ano, página

Lopes e Batista (2000, p. 32) confirmam os argumentos anteriores ao declararem que "a mudança de rumo das atividades realizadas é preocupante".

Muitos professores pensam que estão fazendo pesquisa quando na verdade estão apenas "fazendo um relatório com algumas notas de rodapé" (Mcgregor, 1999, p. 1.).

Autor Ano, página

Fonte: Alves; Lopes, 2006.

6.1.3 Citação de citação

A citação de citação consiste na reprodução de informação a cuja obra original não se teve acesso. Como fazer? No texto, coloca-se o sobrenome do autor do documento (que não foi consultado), seguido do ano da publicação, das expressões: "citado por", "*apud*", e o sobrenome do autor do documento efetivamente consultado em letras maiúsculas:

Salomon (1973, p. 219 *apud* Severino, 2007, p. 200) considera como monografia "aquele trabalho que reduz sua abordagem a um único assunto, a um único problema, com tratamento especificado".

A citação de citação deve figurar na lista de referências de duas formas distintas, conforme a ABNT NBR 6023:

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**: elementos de metodologia do trabalho científico. 3.ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1973 *apud* SEVERINO, Joaquim Antônio. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SEVERINO, Joaquim Antônio. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.

ATENÇÃO

Segundo França e Vasconcellos (2013, p.140), nas referências de citação de citação,

> [...] devem-se incluir as duas entradas na listagem de referências: a) uma relacionando o documento não consultado seguido da expressão *apud* (citado por) e os dados do documento efetivamente consultado; b) outra entrada será feita relacionando apenas os dados da fonte consultada (França; Vasconcellos, 2013, p.140, grifo nosso).

6.1.4 Citação em língua estrangeira

A citação de textos em idioma estrangeiro deve ser feita no corpo do texto obedecendo ao mesmo padrão de citação direta (curta ou longa). Em nota de rodapé, apresenta-se a tradução seguida apenas da expressão 'tradução nossa' dentro de parênteses.

6.1.5 Citações de um ou mais autores e referência

Ao fazer as citações, o pesquisador deve ficar atento ao número de autores da obra pesquisada e à forma de se apresentarem as referências ao final do trabalho:

- **Obras com um autor**

  Exemplo:

De acordo com Queiroz (2015, p.80), "[...] o objetivo do pesquisador do direito é identificar todo e qualquer fenômeno social do qual possam extrair informações ou dados sobre as práticas jurídicas que, em momento seguinte, serão objeto de tratamento em pesquisas jurídicas."

Como deve aparecer nas referências
QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. **Monografia jurídica passo a passo**: projeto, pesquisa, redação, formatação. São Paulo: Método, 2015.

- **Obras com dois ou três autores**

Quando a citação feita for de autoria de dois ou três autores, devem-se separar os sobrenomes por ponto e vírgula. Exemplo:

O pesquisador deve assumir "o compromisso de apresentar todos os pressupostos e premissas utilizadas na construção de seu raciocínio, para que possa se fazer compreender [...]". (Mezzaroba; Monteiro, 2009, p. 59).

Como deve aparecer nas referências
MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de Metodologia da pesquisa no Direito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

- **Quatro ou mais autores**

Conforme a ABNT NBR 10520 (2023, p. 6) " Para citações de fontes com quatro ou mais autores, pode ser citado o primeiro autor sesguido da expressão *et al.,"*. Outra opção é utilizar todos os autores, mas este recurso deve ser uniforme e utilizado em todas as citações do documento, incluindo as referências.

:

Flores *et al.* (2008, p.37) concebem a enunciação como "um acontecimento irrepetível, porque são irrepetíveis as condições de tempo, espaço e pessoa de cada enunciação".

Como deve aparecer nas referências:
FLORES, Waldir do Nascimento *et al*. **Enunciação e gramática**. São Paulo: Contexto. 2008.

CUIDADO!

- Caso haja coincidência de sobrenomes de autores, devem-se indicar as iniciais de seus prenomes: Silva, J. (2015) – Silva, P. (2015).
- Se a coincidência persistir, acrescentam-se os prenomes por extenso: Silva, Joaquim (2015) – Silva, João (2015).
- Em casos de citação direta de documentos eletrônicos sem indicação de páginas, indica-se somente o ano da publicação.

6.1.6 Citação de informação verbal

Os dados obtidos por informação verbal (palestras, entrevistas, debates, aulas, comunicações e outros) quando utilizados devem ser indicados em nota. Conforme exemplo retirado da ABNT NBR 10520 (2023, p.3-4).

No texto:

Jadir dos santos descreveu os principais aspectos da cultura organizacional.[1]

No rodapé da página, indica-se:

[1] Discurso proferido no auditório da Dom Helder, em 25 de março de 2024.

6.1.7 Citação de entidades e jurisdições como autores

Quando for pessoa jurídica, a indicação deve ser feita pelo nome completo ou sigla da instituição, em letras maiúsculas e minúsculas. Recomenda-se que as siglas das instituições sejam grafadas em letras maiúsculas, conforme o item 6.1.1.2 da ABNT NBR 6023 (2018, p.5):

Exemplo:

- Brasil (2006), Minas Gerais (2014), Belo Horizonte (2015), …

Ao fazer citação de entidades coletivas conhecidas por siglas, deve-se citar o nome da entidade por extenso, acompanhado da sigla. A partir daí, usa-se apenas o a sigla.

Exemplos:

- A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB, 2014) afirma que... [...] de acordo com a OAB, …
- Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012) apontam que [...] para o IBGE, …

Quando se fizer citação de entidade coletiva, cuja denominação não seja constituída por sigla, cita-se inicialmente o nome completo. Nas demais citações, indica-se somente a primeira palavra:

Exemplo:

- Dados da Vallourec Tubos do Brasil S.A. (2014) apontam que [...] a indústria produz o equivalente a [...]

RECOMENDAÇÕES

Supressões, interpolações, comentários, ênfases ou destaques devem ser indicados do seguinte modo:

- Supressões ou cortes de trechos do texto [...]
- Interpolações, acréscimos, comentários [insere-se a palavra ou expressão desejada]
- Para enfatizar um trecho da citação do autor, deve-se destacá-lo e usar, após a chamada da citação, o termo ‘grifo nosso’.
- Caso o destaque já faça parte do trecho citado, o procedimento é o mesmo: acrescenta-se a expressão ‘grifo do autor’.

Exemplo:

“O objetivo do pesquisador do direito é identificar **todo e qualquer fenômeno social** do qual possam extrair informações ou dados sobre as práticas jurídicas [...]” (Queiroz, 2015, p.80, grifo nosso).

MAIS RECOMENDAÇÕES

1. Quando a citação indireta fizer menção a vários trabalhos de um mesmo autor escritos em datas diferentes, cita-se o nome do autor, seguido das datas entre parênteses.
   Exemplo: Pereira (2010, 2013, 2015) constata que...

2. Para a citação de vários trabalhos de um mesmo autor com a mesma data, usam-se letras minúsculas acompanhando a data.
   Exemplo: Pereira (2014a), Pereira (2014b), Pereira (2014c).

3. Quando se tratar de citação indireta de mais de um documento de vários autores, deve-se indicá-los em ordem alfabética, seguidos das datas de suas publicações. Devem ser separados por ponto e vírgula.
   Exemplo: O tema da pesquisa já foi estudado por Campos (2010); Ferreira (2012); Parreira (2013); Silva (2015).

4. Quando o sobrenome do autor indicar parentesco, utilizam-se os dois últimos sobrenomes, sempre em letras maiúsculas.
   Exemplos: Moreira Neto, Ferraz Júnior, Loureiro Filho.

6.2 Notas de referência

Notas de referências indicam fontes consultadas ou remetem a outras partes da obra onde o assunto foi abordado.

6.3 Notas de rodapé

Notas de rodapé consistem em indicações, observações ou aditamentos ao texto feitos pelo autor, tradutor ou editor.

6.4 Notas explicativas

Notas explicativas são as notas usadas para comentários, esclarecimentos ou explanações que não possam ser incluídos no texto.

ATENÇÃO

Emediato (2004) sugere algumas ações para a inserção de citação no texto:

- A citação é argumento que vem reforçar ou abonar a argumentação de quem escreve, portanto, deve ser documentada com precisão. Constitui o desenvolvimento da ideia principal ou argumento que discute e comprova a questão em estudo. Veja orientação sobre **fichamentos** na seção 2.6 deste manual.
- Não deve ser usada para iniciar texto e parágrafo. Insira a citação somente no desenvolvimento de parágrafos, conforme orientação da seção 3.8.2 deste manual.
- A prática da citação, seguida do comentário, mostra o efetivo entendimento dos trechos citados e explicita a interpretação. Não comentar ou discutir uma citação pode deixar transparecer dificuldade de fazê-lo ou delegação desta responsabilidade para o leitor.

7 APRESENTAÇÃO DAS REFERÊNCIAS – ABNT NBR 6023 (2018)

Referência é o conjunto de elementos que identificam as obras citadas no texto. A lista de referências é o primeiro elemento pós-textual e apresenta os sobrenomes dos autores em ordem alfabética. O espaçamento entre linhas é simples e aplica-se um espaço simples para separar as obras entre si. A lista de referências deve ser alinhada à esquerda.

As referências de documentos apresentam informações que permitem identificar as fontes consultadas. Ao explicar como se fazem as referências, Alves e Lopes (2006) esquematizam as informações essenciais no Quadro 14. As orientações deste manual não substitui a norma ABNT NBR 6023.

Quadro 14 – Elementos essenciais das referências

PERGUNTA	ELEMENTOS DA REFERÊNCIA	EXEMPLO
QUEM?	Autor	DEMO, Pedro.
O QUÊ?	Título	**Pesquisa e construção do conhecimento.**
ONDE?	Fonte	Rio de Janeiro: Atlas,
QUANDO?	Data	1997.

Fonte: Adaptado de Alves; Lopes, 2006.

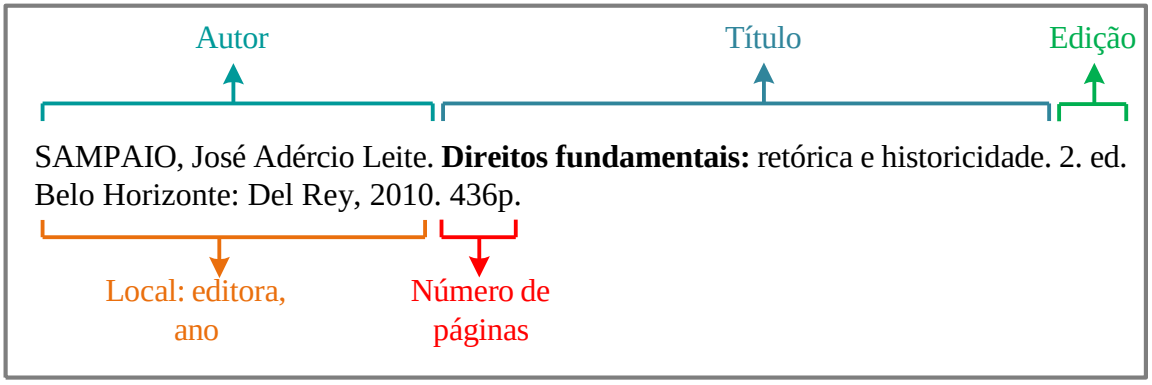
NOTA

Não se indica a primeira edição de uma obra; a indicação se dá somente a partir da segunda edição.

7.1 Referências de livros: um ou mais autores

As referências de livros devem conter os seguintes elementos, de acordo com a Figura 5.

Figura 5 – Referência de livro: elementos essenciais



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

ATENÇÃO

A indicação do número total de páginas da obra – **436p.** no exemplo acima – é **opcional.**

Quando apenas uma parte da obra é consultada, a **referência dessa parte é obrigatória**. Nesse caso, indica-se o número da página inicial e da página final da parte consultada. Exemplo: **p. 72-98.**

- **Obras com um autor**

  Exemplo:

SILVA, José Afonso da. **Comentário contextual à constituição**. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

- **Obras com dois ou três autores**

  Exemplo:

TOLEDO, André Paiva; RIBEIRO, José Cláudio Junqueira; THOMÉ, Romeu. **Acidentes com barragens de rejeitos da mineração e o princípio da prevenção**: de Trento (Itália) a Mariana (Brasil). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

- **Mais de três autores**

A ABNT NBR 6023 (2018) diz que: "Quando houver quatro ou mais autores, convém indicar todos. Permite-se que se indique apenas o primeiro, seguido da expressão *et al*.

Exemplo:

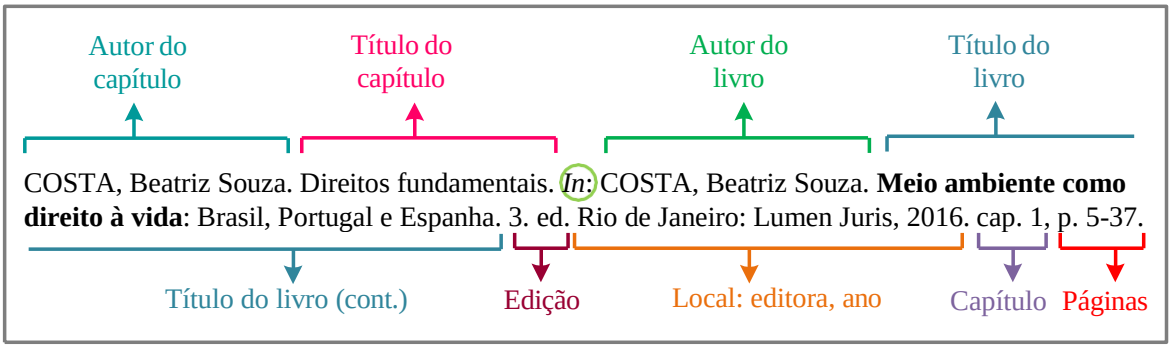
FLORES, Waldir do Nascimento *et al*. **Enunciação e gramática**. São Paulo: Contexto. 2008.

OU

FLORES, Waldir do Nascimento; WEIGER, Thais; LICHTENBERG, Sonia; SILVA, Silvana. **Enunciação e gramática**. São Paulo: Contexto. 2008.

Já as referências de capítulos de livros seguem, de acordo com a ABNT NBR 6023 (2018) a sequência indicada na Figura 6:

Figura 6 – Capítulo de livro: elementos essenciais



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

Exemplo:

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Introdução. *In*: COSTA, Beatriz Souza (org.). **Pan-Amazônia**: o ordenamento jurídico na perspectiva das questões socioambientais e da proteção ambiental. Belo Horizonte: Dom Helder, 2016. cap. 1, p. 17-20.

- **Livro "coordenado" ou "organizado por"**

Exemplo:

SAMPAIO. José Adércio Leite (coord.). **Jurisdição constitucional e direitos fundamentais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

Se o livro for **organizado pelo autor**, usa-se (org.)

- **Livro no prelo**

Exemplo:

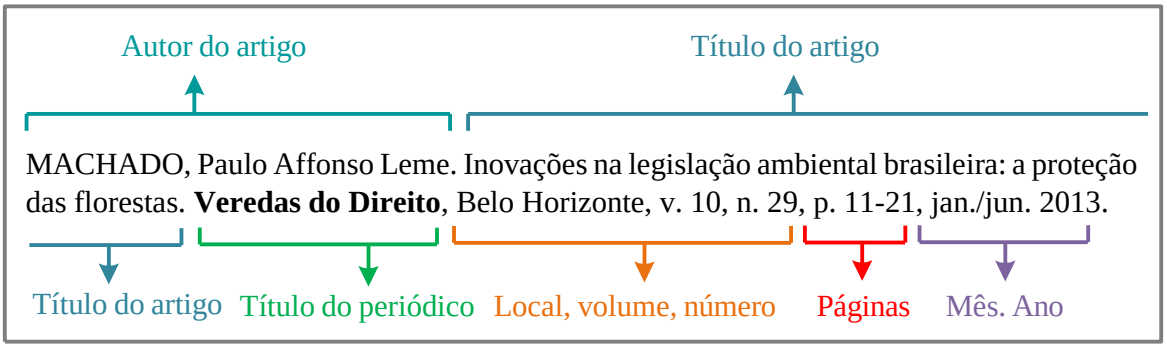
RIOS, Mariza; REIS, Émilien Vilas Boas; CARVALHO, Newton Teixeira (org.). **Estado de exceção ambiental**. Belo Horizonte: Del Rey, 2016, no prelo.

ATENÇÃO

Em caso de edição revista, ampliada e atualizada, deve-se indicar da seguinte forma: **2. ed. rev. ampl. atual.**

7.2 Referência de artigos científicos

Figura 7 – Referência de artigo científico: elementos essenciais



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

- **Artigo de revista científica impressa**

  Exemplo:

RIOS, Mariza. Território quilombola: uma propriedade especial. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, p. 65-84, jan./jun. 2006.

- **Artigo de revista científica eletrônica**

  Exemplo:

REIS, Émilien Vilas Boas; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. Epigenetics and Environmental Bioethics. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v.13, n.26, p.61-80, maio/ago. 2016. Disponível em: http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/863. Acesso em: 07 nov. 2016.

7.3 Referências de documentos cujo autor é uma entidade

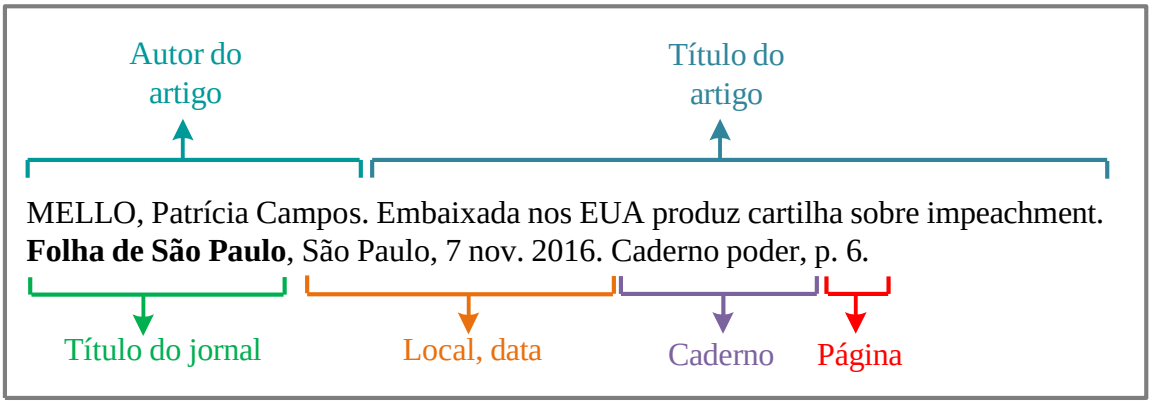
Quando a autoria é de uma entidade, a entrada é pelo seu próprio nome por extenso e todo em letras maiúsculas.

Exemplo:

ESCOLA SUPERIOR DOM HELDER CÂMARA. **Cadernos de integração da graduação e pós-graduação: produção acadêmica selecionada e resumida (2013/2016)**. Belo Horizonte: Dom Helder, 2016.

7.4 Referência de artigo de jornal e revista

Figura 8 – Referência de artigo de jornal: elementos essenciais



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

- **Artigo de jornal com autoria**

  Exemplo:

BIAL, Pedro. Independência do magistrado. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 12 set. 2009. Caderno 3, p. 4.

- **Artigo de jornal sem autoria**

  Se o artigo não for assinado, a entrada é pelo título e a primeira palavra será grafada em letras maiúsculas.

  Exemplo:

BELO HORIZONTE vai sediar a Copa Mundial de 2014. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 2 abr. 2009, p. 3.

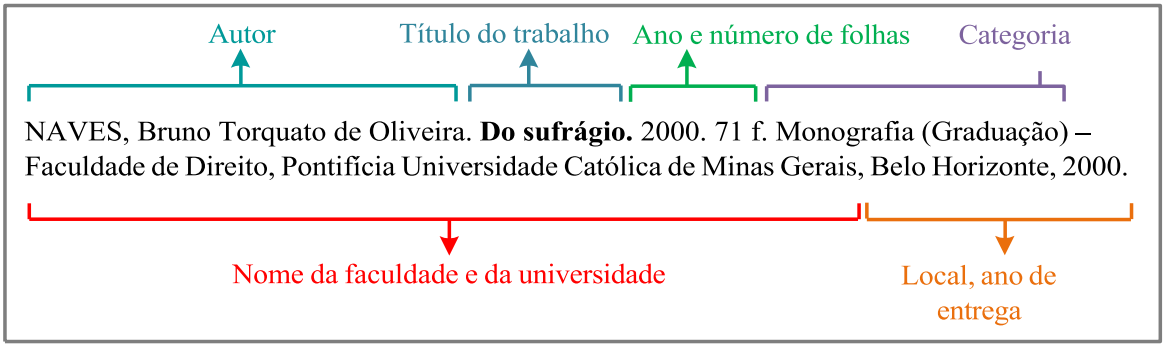
- **Revista**

  Exemplo:

SAYURI, Juliana; FLORESTI, Felipe. Erros da justiça. **Superinteressante**, São Paulo, ed. 366, out. 2016, p. 28-37.

7.5 Referência de monografia/dissertação/tese

Figura 9 – Referência de monografia: elementos essenciais



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

ROCHA, Anacélia Santos. **Uma escola brasileira em um acampamento no Iraque**: o exercício da docência em espaços socioculturais diferenciados. 2006. 262f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

7.6 Referências de documentos jurídicos

- **Constituições**

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidente da República. [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 13 mar. 2024.

MINAS GERAIS. [Constituição (1989)]. **Constituição do Estado de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 1990.

Exemplos:

- **Decretos, leis, portarias e resoluções**

Exemplo:

BRASIL. **Lei n. 11.079**, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L11079compilado.htm. Acesso em: 28 out. 2016.

- **Decisões judiciais: acórdão/sentença/decisão monocrática/outros**

  Exemplo:

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.277/DF. Relator: Ayres Britto. **Diário de Justiça Eletrônico**, 14 de outubro de 2011. Disponível em: http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635. Acesso em: 28 out. 2016.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. **Agravo de Instrumento 0599623-84.2016.8.13.0000**. Decisão Monocrática. Relator: Wilson Benevides. Belo Horizonte, 27 de outubro de 2016. Disponível em: http://www4.tjmg.jus.br/juridico/sf/proc_resultado2.jsp?listaProcessos=10713130089863001. Acesso em: 28 out. 2016.

- **Jurisprudência**

  Exemplo:

BRASIL. Tribunal Regional Federal (1ª Região). **Processo - AMS 0032442-10.2012.4.01.3500/GO**. Relator: Néviton Guedes. Goiânia, 14 de outubro de 2016. Disponível em: http://www.trf1.jus.br/Processos/Processos-TRF/ctrf1proc/ctrf1proc.php?UF=&proc=324421020124013500. Acesso em: 28 out. 2016.

- **Códigos**

  Exemplos:

BRASIL. Código de Processo Civil (2015). **Lei n. 13.105**, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 28 out. 2016.

BRASIL. Código de processo penal (1941). Código de processo penal. *In*: VADE MECUM. 11. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. p. 607-669.

VADE MECUM. 19. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2015.

7.7 Referência de documentos eletrônicos

- ***E-books***

  Exemplo:

BAVARESCO, Agemir; BARBOSA, Evandro; ETCHEVERRY, Katia Martin (org.). **Projetos de filosofia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. *E-book* (213 p.) (Coleção Filosofa). ISBN 978-85-397-0073-8. Disponível em: http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/projetosdeflosofa.pdf. Acesso em: 11 mar. 2024.

Figura 10 – Exemplos de referências *on-line*

ARTIGOS DE PERIÓDICOS (*ON-LINE*)
CUSTÓDIO, Maraluce Maria; OLIVEIRA, Marcio Luís de. Eco-efficiency in bidding processes to purchase everyday supplies for the Brazilian Federal Administration. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 12, n. 24, p. 33-61, jan. 2016. DOI: http://dx.doi.org/10.18623/rvd.v12i24.647. Disponível em: http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/viewFile/647/454. Acesso em: 25 nov. 2016.
ARTIGOS DE JORNAIS (*ON-LINE*)
CIENTISTAS descobrem mecanismo que acelera derretimento de geleiras. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 23 nov. 2016. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2016/11/23/interna_nacional,826300/cientistas-descobrem-mecanismo-que-acelera-derretimento-de-geleiras.shtml. Acesso em: 25 nov. 2016.
HOMEPAGE
ESCOLA SUPERIOR DOM HELDER CÂMARA. **Grade curricular**. Apresenta a grade curricular da Graduação em Direito. Disponível em: http://domhelder.edu.br/pagina.php?pagId=72#pag. Acesso em: 25 nov. 2016.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula 701. **Diário de Justiça**, Brasília, 09 out. 2003. Disponível em: http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=701.NUME.%20NAO%20S.FLSV.&base=baseSumulas. Acesso em: 02 dez. 2016.

BRASIL. Lei Complementar n. 166, de 31 de julho de 2003. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1º ago. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp116.htm. Acesso em: 02 dez. 2016.

CAMARGO, Andrea Marques; VARELA, Rafael. Novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa. **Vade Mecum Acadêmico de Direito**. 16. ed. São Paulo: Rideel, 2013. 1 CD-ROM.

- **Filmes**

  Exemplo:

12 HOMENS e uma sentença. Estados Unidos: Orion-Nova Productions, 1957. 1 DVD (96 min.): son., p&b.

ATENÇÃO

Caso o filme seja colorido, substituir o "p&b" por "*color*.".

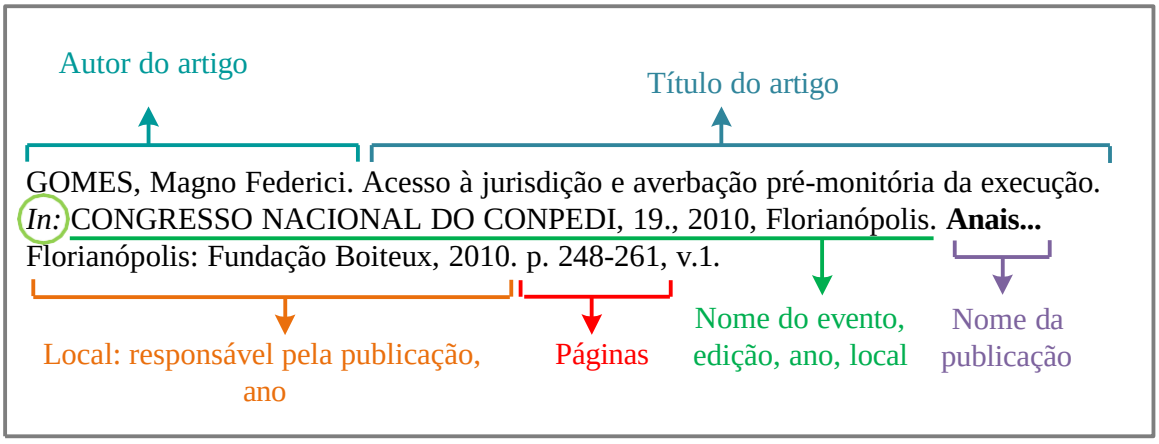
- **Entrevista**

  Exemplo:

ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. **Entrevista**. São Paulo: 17 out. 2016. Entrevista concedida ao programa Roda Viva. Disponível em: <https://youtu.be/-OuBqmkSq34>. Acesso em: 05 dez. 2016.

7.8 Congressos e outros eventos

Figura 11 – Referência de trabalho apresentado em evento: elementos essenciais



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

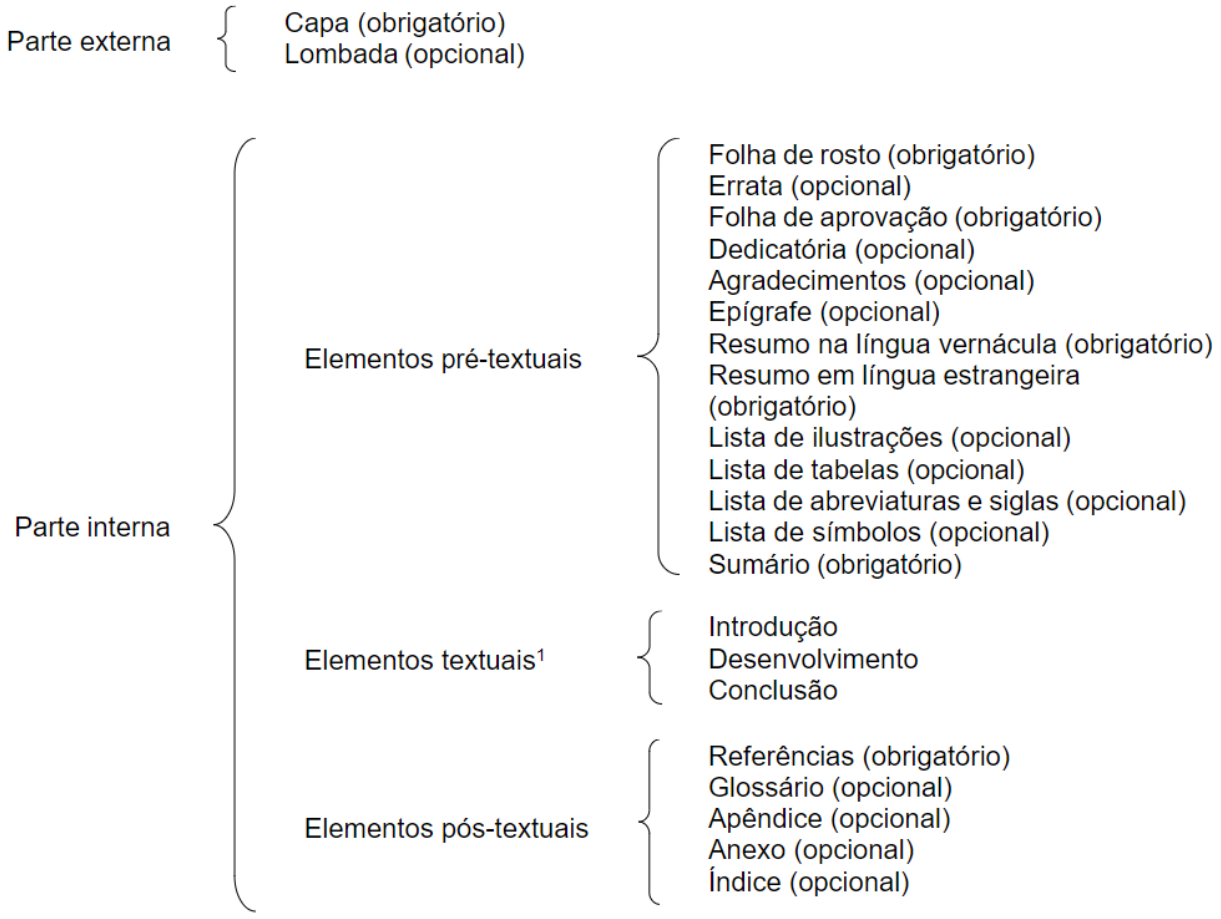
7.9 Referências da Bíblia

BÍBLIA SAGRADA. A.T. **Gênesis**. 34. ed. São Paulo: Editora Paulinas, 1993. cap. 20, p. 69.

8 ESTRUTURA DE TRABALHOS ACADÊMICOS – ABNT NBR 14724 (2024)

O trabalho acadêmico tem estrutura própria que, de forma metodológica, compreende o pré-texto, o texto e o pós-texto. Ou seja, antes do texto, o texto propriamente dito e, ao final, o pós-texto. A Figura 12 apresenta a estrutura do trabalho acadêmico.

Figura 12 – Estrutura do trabalho acadêmico



Fonte: ABNT NBR 14724 (2024).

8.1 Elementos pré-textuais

De acordo com a ABNT NBR 14724 (2024, p.2), os elementos pré-textuais são "a parte que antecede o texto com informações que ajudam na identificação e utilização do trabalho".

Segundo Gustin e Dias (2006, p. 47), as partes que compõem o pré-texto "[...] são utilizadas para indicar e identificar sumariamente as partes do projeto e são elementos complementares ao corpo do texto para facilitar a compreensão dos temas e propostas a serem apresentados".

Ainda conforme as normas da ABNT NBR 14724 (2024, p.11) : "As folhas ou páginas pré-textuais devem ser contadas, mas não numeradas". De acordo com a ABNT NBR 14724 (2024), a capa compõe a parte externa do trabalho, portanto não é contada nem numerada.

O Quadro 15 apresenta a estrutura da monografia, os elementos obrigatórios e os opcionais.

Quadro 15 – Elementos dos trabalhos acadêmicos

ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS:	ELEMENTOS TEXTUAIS (TODOS OS ITENS SÃO OBRIGATÓRIOS)	ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS
– Folha de rosto (OB) – Folha de aprovação (OB) – Errata (OP) – Dedicatória (OP) – Agradecimentos (OP) – Epígrafe (OP) – Resumo em Língua Vernácula (OB) – Resumo em Língua Estrangeira (OB para mestrado) – Lista de ilustrações (OP) – Lista de tabelas (OP) – Lista de abreviaturas e siglas (OP) – Lista de símbolos (OP) – Sumário (OB)	– Introdução – Revisão bibliográfica/ referencial teórico – Desenvolvimento do objeto de estudo, análise, resultados e discussão – Considerações finais	– Referências (OB) – Anexos (OP) – Apêndices (OP) – Glossário (OP) – Índice (OP)

OB= obrigatório; OP= opcional. Elaborado pelos autores.
Fonte: Gustin; Dias, 2006, p. 47.

8.1.1 Capa

Elemento obrigatório do trabalho. Contém a denominação da instituição em que o trabalho será apresentado, no alto da página, em CAIXA ALTA, **negrito**, **tamanho 12**, centralizado; nome do(a) autor(a), título e subtítulo colocados no centro da página, em negrito, **tamanho 12** e, embaixo da página, coloca-se o local (cidade) e o ano de depósito ou

de apresentação do trabalho, ambos os elementos centralizados e apenas com iniciais em maiúsculas, no **tamanho 12**. A Figura 13 apresenta um modelo de capa.

Figura 13 – Modelo de capa

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

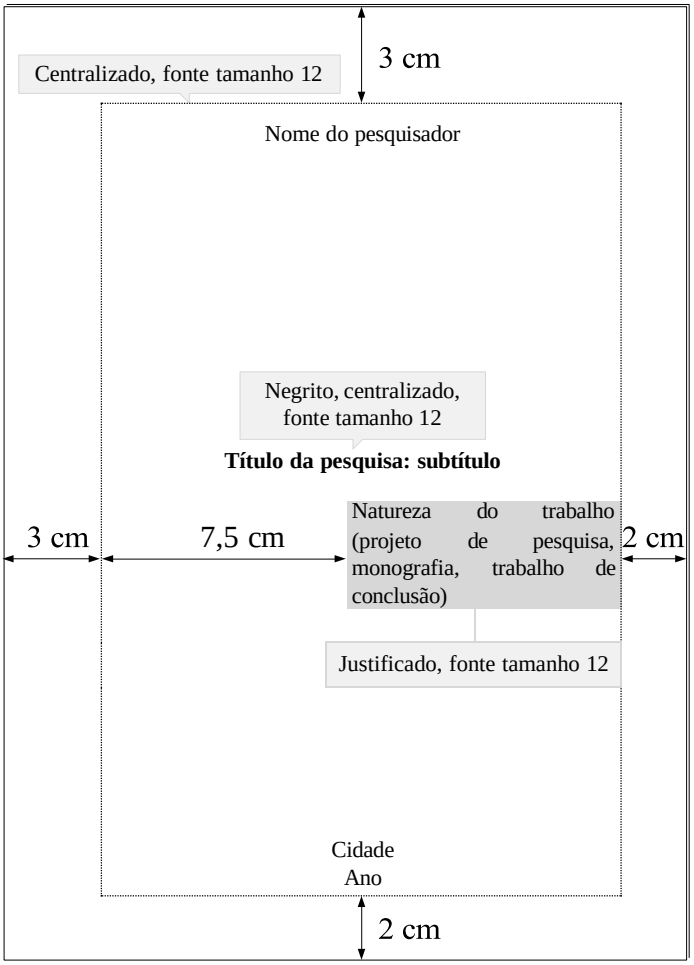
8.1.2 Folha de Rosto

A ABNT NBR 15287 (2011, p.3) indica que "folha de rosto é a folha que contém os elementos essenciais à identificação do trabalho". Ela contém os mesmos elementos da capa, exceto o nome da instituição. Um modelo de folha de rosto é apresentado na Figura 14.

Substitui-se o nome da instituição, no alto da folha, pelo nome do (a) autor(a) do trabalho com apenas as iniciais em maiúsculas, com fonte de tamanho 12. O título e subtítulo (se houver) serão centralizados, em tamanho 12.

À direita da página, com alinhamento justificado e recuo de 7,5 cm – contados a partir da margem de 3 cm, escreve-se a natureza do trabalho (projeto de pesquisa, monografia, trabalho de conclusão, dissertação ou tese); sua finalidade: obtenção de...; curso; nome da instituição; nome do professor ou orientador. Todas essas informações devem ser apresentadas em fonte de tamanho 12 e em espaço simples.

Figura 14 – Modelo de folha de rosto

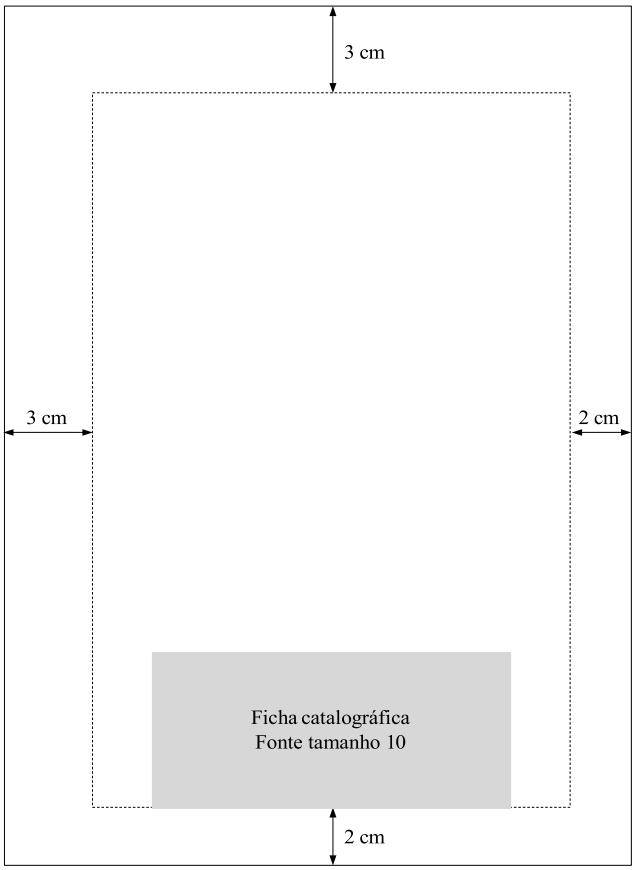


Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

8.1.3 Verso da folha de rosto

O verso da folha de rosto deve conter a **ficha catalográfica**. Essa ficha apresenta os elementos identificadores da publicação, que são: nome do autor, título, edição, local de publicação, editora, data, número de páginas, assunto e notas complementares. **Ela deve ser elaborada por profissional bibliotecário**. A Figura 15 indica a posição da ficha catalográfica na página.

Figura 15 – Posição da ficha catalográfica



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

8.1.4 Folha de aprovação

Utilizada para teses e dissertações, a folha de aprovação deve conter a natureza do trabalho e nome dos professores membros da banca, assim como o nome das instituições a que pertencem. No caso de trabalho de conclusão, há um professor membro da banca e, na dissertação, são dois professores, além do orientador. Para os alunos de graduação que não são avaliados por banca, apresenta-se somente o nome do orientador. Na Figura 16 consta um modelo de folha de aprovação.

Figura 16 – Modelo de folha de aprovação

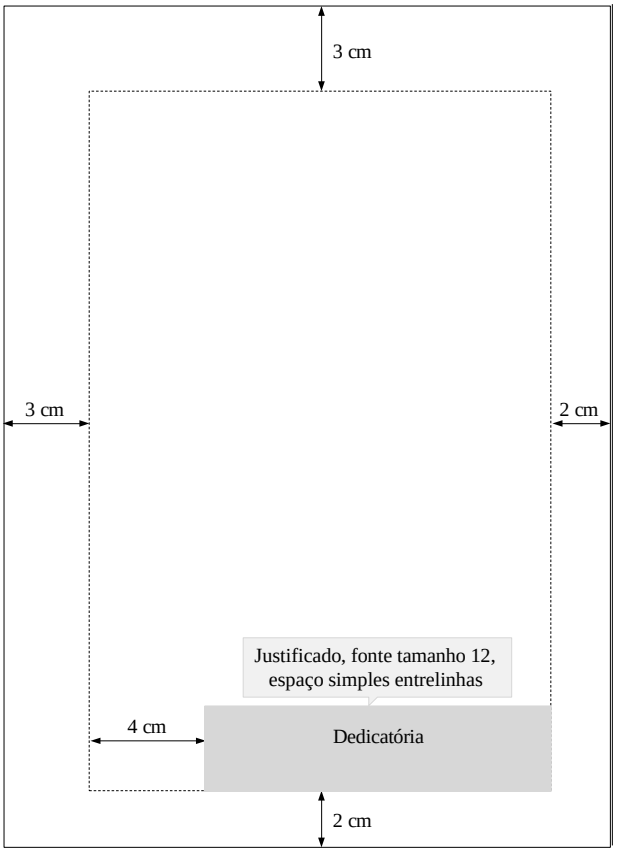
Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

8.1.5 Dedicatória

É a homenagem prestada a determinada pessoa ou grupo de pessoas. Pode ser homenagem póstuma. A Figura 17 indica a posição do texto da Dedicatória na página.

Exemplo: A meus pais, pelo incentivo e carinho.

Figura 17 – Posição do texto da Dedicatória

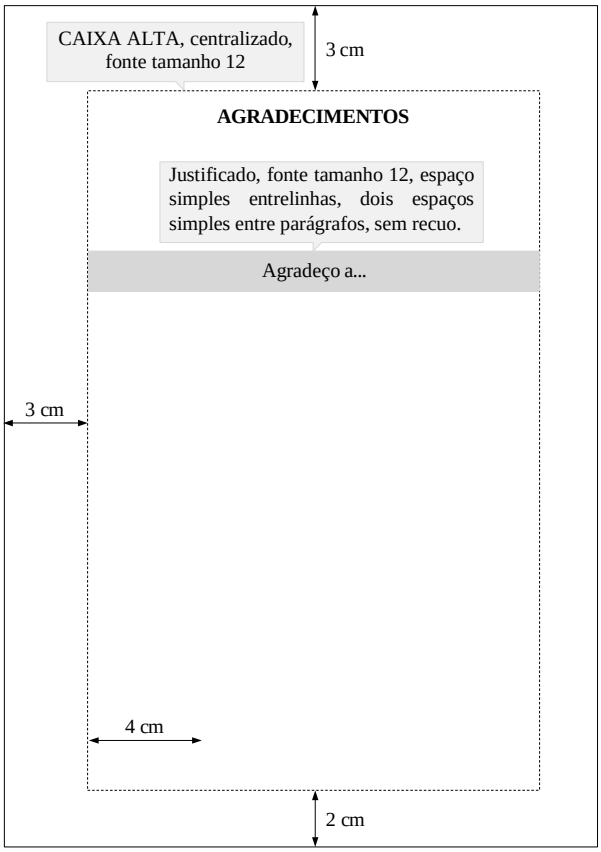


Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

8.1.6 Agradecimentos

A seção de agradecimentos é dirigida a pessoas que contribuíram para a elaboração do trabalho. Usa-se o verbo na primeira pessoa do singular, fonte tamanho 12, espaço simples entre linhas, sem recuo. A Figura 18 apresenta um modelo da página com a seção de Agra- decimentos.

Figura 18 – Modelo da página com Agradecimentos



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

8.1.7 Epígrafe

Trata-se de uma citação relacionada ao tema desenvolvido. É alinhada à direita, no espaço inferior da página, tamanho 12, com indicação do autor, obra, ano e página. Essa obra consultada deve ser listada nas referências.

8.1.8 Resumo na língua vernácula (graduação e mestrado)

O Resumo, segundo a ABNT NBR 6028 (2021), consiste na descrição da estrutura do trabalho científico: deve conter: natureza do trabalho, tema, objetivo geral, metodologia, resultados e conclusão. É redigido em parágrafo único, em espaço simples, contendo:

- de 150 a 500 palavras para monografia, dissertação e tese;
- de 100 a 250 palavras para artigos de periódicos.
- de 50 a 100 palavras nos documentos não contemplados nas alíenas anteriores.

O resumo deve ser escrito em **apenas um parágrafo, sem recuo, em espaço simples** e seguido de no **mínimo três e, no máximo, seis palavras-chave, separadas entre si por ponto final**. As palavras-chave devem figurar logo abaixo do resumo, antecedidas da expressão "palavra-chave", conforme exemplo de artigo publicado por Costa e Rocha (2014).

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar o desenvolvimento da educação formal brasileira, assim como a educação ambiental, tendo por base o histórico político, constitucional do país. Analisa-se a história do Brasil Colônia ao Brasil República e verifica-se o relacionamento das formas de governo, o regime democrático e os impactos delas no processo educacional. Construída esta base verifica-se que a educação ambiental teve seu nascedouro por meio de políticas públicas, e ainda obtém um desenvolvimento atrelado a elas. Conforme se descreve, o ensino brasileiro teve sua origem numa educação elitista, excludente e, quando houve sua ampliação, o objetivo foi capacitar mão-de-obra para o projeto de desenvolvimento do país. Esse fato prejudica sua emancipação. O estudo foi desenvolvido com metodologia jurídico-teórica e raciocínio dedutivo, com técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Concluiu-se que o Brasil ainda não possui uma democracia plena, e por consequência o processo educacional tem um longo caminha a percorrer, para alcançar a educação formal emancipatória e transformadora.

Palavras-chave: educação formal; educação ambiental; emancipação; democracia.

NOTA

Na seção 1.5 há outo exemplo de resumo.

8.1.8.1 Resumo em língua estrangeira (mestrado e doutorado)

Para o mestrado e doutorado, o resumo também deverá ser redigido em **uma** língua estrangeira – *Abstract* (inglês), *Resumen* (espanhol) ou *Résumé* (francês). Será a tradução literal daquele Resumo que se escreveu na língua vernácula.

8.1.9 Sumário

O sumário é o retrato do conteúdo do trabalho, é a seção em que o leitor poderá reconhecer os aspectos do tema que o pesquisador trabalhou. Para Gustin e Dias (2006, p.

51), [...] sumário é a "listagem das principais divisões, seções e outras partes de um documento, refletindo a organização da matéria no texto, acompanhada dos respectivos números de páginas em que serão localizados no texto do documento".

Segundo a ABNT NBR 6027 (2012, p. 1) é a "enumeração das divisões, seções e outras partes do trabalho, na mesma ordem e grafia em que a matéria nele se sucede".

O sumário é a lista dos títulos e seções dos capítulos e suas respectivas páginas, com numeração progressiva. Utilizam-se somente algarismos arábicos.

Os elementos que antecedem o sumário, ou seja, dedicatória, agradecimentos, resumo, epígrafe não são listados. Todos os capítulos da introdução, desenvolvimento e conclusão terão numeração progressiva conforme já foi visto. **Os elementos pós-textuais como referências, apêndice, anexo não são numerados. Devem ser centralizados**.

Para outras observações, deve-se seguir a ABNT NBR 6027. Quanto ao modelo de formatação, sugere-se utilizar o sumário deste manual.

8.2 Elemento textual – ABNT NBR 15287 (2011)

O elemento textual consiste na parte do trabalho em que se expõe o conteúdo da pesquisa. É constituído pela **introdução; revisão bibliográfica e referencial teórico; análise e discussão de resultados e considerações finais.**

8.2.1 Introdução

A introdução apresenta os elementos já mencionados no projeto de pesquisa, que devem ser expostos de forma breve: **o objeto de estu**do (apresentação do tema e problema), a **hipótese**, **objetivos** a serem atingidos, a **justificativa** e a **metodologia** para a realização da pesquisa.

Na introdução de um trabalho mais extenso, como a dissertação e a tese, não há problema em se fazerem citações de autores na seção da introdução desde que sejam citações relacionadas à contextualização do tema ou que seja apresentado algum conceito mais básico relevante para o entendimento do problema ou tema.

Nos últimos parágrafos da introdução, faz-se uma breve descrição dos capítulos do trabalho de conclusão, da dissertação ou da tese. Esta seção **não** deve ser subdividida em subseções.

8.2.2 Revisão da literatura /Referencial teórico

A seção de revisão de literatura e referencial teórico, conforme já descrita no tópico 4.1.6 deste manual, constitui-se no embasamento que dá sustentação ao objeto do estudo. Este elemento textual pode ser dividido em seções de acordo com a necessidade, identificada pelo autor, de modo a apresentar os aspectos teóricos claros e consistentes. O referencial teórico é resultante das pesquisas bibliográficas realizadas, tem como foco a análise de autores que abordam o tema e o problema em questão. Deve ser organizado de forma a permitir que o leitor do trabalho científico identifique as ideias nas quais o autor do trabalho apoiou sua reflexão e sua argumentação.

Este elemento textual deverá responder às seguintes questões: quem já escreveu e o que já foi publicado sobre o assunto, quais aspectos já foram abordados e quais as lacunas existentes na literatura. É no referencial teórico que se concentra a maioria das citações (diretas e indiretas). No entanto, as citações devem **sempre ser comentadas**, estabelecendo relações entre essas e as ideias do autor da monografia. O autor pode também apresentar ideias de outros autores com opiniões distintas, mostrando qual ponto de vista será adotado ou qual é mais adequado para solucionar o problema. Portanto, as citações não podem vir soltas no texto, mas integradas ao parágrafo, conforme orientações da seção 3.8.2.

8.2.3 Análise e discussão de resultados

Esta seção pode ser feita em um ou mais capítulos. É o cerne do trabalho de pesquisa com a elaboração de uma análise, que busca responder ao problema proposto. Devem-se seguir os passos indicados na metodologia de forma a **confirmar ou a refutar a hipótese. Os dados coletados devem ser interpretados à luz do referencial teórico.**

8.2.3.1 Apresentação dos dados: ilustrações: gráficos, quadros, tabelas e figuras

Os dados podem também ser apresentados em forma de figuras, fotografias, mapas, organogramas, esquema, fluxograma, planta, imagem, gráficos, quadros e tabelas. De acordo com a ABNT NBR 10719 (2015, p.10) “as ilustrações constituem parte integrante do desenvolvimento e desempenham papel significativo na expressão de ideias científicas e técnicas. [...] Todas as ilustrações ou quadros essenciais à compreensão do texto devem ser

incluídos nesta parte do trabalho”

Além disso,a ABNT NBR 10719 (2015) dispõe que as ilustrações:

- devem estar localizadas o mais próximo possível da parte do texto em que é citada;
- devem ter numeração arábica sequencial ao longo da parte textual, independentemente para as tabelas e para as figuras.
- não devem ser incluídas caso não sejam citadas no texto.

O Quadro 16 apresenta o formato de apresentação das tabelas e quadros.

Quadro 16 – Apresentação de tabelas e quadros

TABELAS	QUADROS
Dados numéricos	Dados textuais
Título indicativo deve aparecer na parte superior	
Numerar sequencialmente em algarismos arábicos	
Fonte obrigatória na parte inferior	
Dois traços duplos horizontais delimitam o início e o fim	
Traço simples vertical separam as colunas do cabeçalho	
Traço simples horizontal separa o cabeçalho do corpo	
Linhas não fecham as tabelas e quadros lateralmente	
Tabela 1 ou (TABELA 1)	Quadro 1 ou (QUADRO 1)
Espaço simples e fonte menor	

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

OBSERVAÇÕES

1. Quando as ilustrações e/ou informações forem retiradas de outras fontes, deve-se indicar na parte inferior a fonte pesquisada com o sobrenome do autor, ano e página em fonte tamanho 10. Exemplo:

   Fonte: Gil, 2009, p. 41-42.

2. Quando as ilustrações forem elaboradas a partir dos dados coletados na pesquisa, deve-se informar:

   Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

3. Toda ilustração deve ser precedida de identificação (gráfico, figura, quadro, tabela) seguida de número e título sem negrito:

   Figura 1 – Delineamento da pesquisa

8.2.3.2 Equações e fórmulas

Conforme as ABNT NBR 14724 (2024) e 10719 (2015) “com o intuito de facilitar a leitura, recomenda-se que as equações e fórmulas sejam destacadas no texto, e se necessário, numeradas com algarismos entre parênteses, alinhados à direita. Na menções subsequentes, pode-se utilizar somente o número”. Conforme o exemplo abaixo:

$$x^2 + y^2 = z^2 \quad (1)$$

$$(x^2+y^2)/5=n \quad (2)$$

8.2.4 Considerações finais

É a parte em que se retomam os objetivos geral e específicos, de forma a responder ao problema proposto. Além disso, podem-se apresentar perspectivas para novas pesquisas. De acordo com a ABNT NBR 10719 (2015, p.5) “Nesta seção, devem figurar, clara e ordenadamente, as deduções obtidas dos resultados do trabalho ou levantadas ao longo da discussão do assunto”. Esta norma estabelece ainda que: “Dados quantitativos não devem aparecer na conclusão, nem tampouco resultados comprometidos e passíveis de discussão”. Além disso, também **não** se recomenda nesta parte do trabalho a inserção de citações. Este é o momento em que o pesquisador apresenta suas deduções, síntese, possíveis recomendações ou propostas para pesquisas futuras.

8.3 Elementos pós-textuais

Os elementos pós-textuais são de suma importância no trabalho acadêmico. Eles informam as fontes consultadas (referências) e, além disso, podem ser objeto de consulta para o leitor em novas pesquisas.

8.3.1 Referências

Devem ser referenciadas todas as obras citadas no corpo do texto. As referências devem ser apresentadas em ordem alfabética, com espaçamento simples entre linhas, alinhadas à esquerda e devem ser separadas entre si por um espaço simples, conforme ABNR NBR 6023.

8.3.2 Anexo e Apêndice

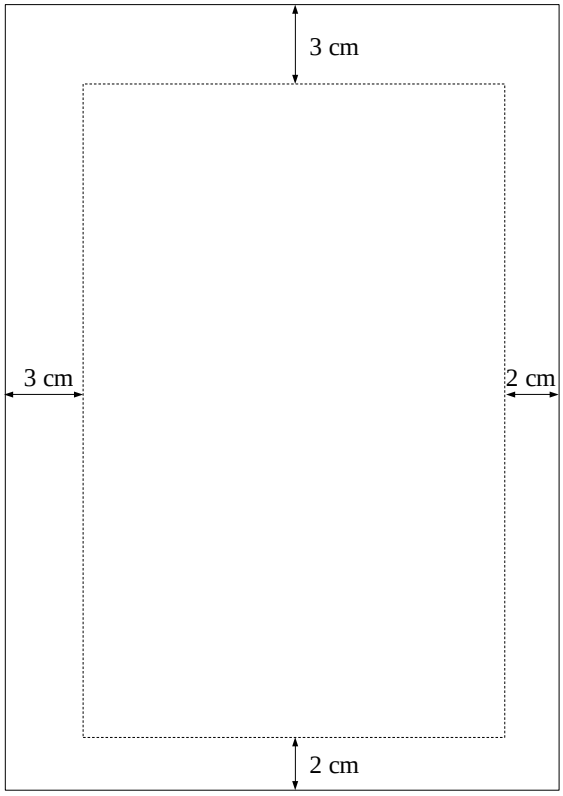
O Anexo é um tipo de documento elaborado por terceiros e o Apêndice é de autoria do próprio pesquisador ABNT NBR 14724 (2024). Ambos devem ser identificados

por letras maiúsculas (ANEXO A - , ANEXO B -). O título ANEXO deve figurar centralizado em página em branco e com letras maiscúlas. No Sumário, o Anexo e o Apêndice aparecem após as referências e **não** são numerados.

8.4 Apresentação gráfica – ABNT NBR 14724(2024)

- **Papel**: os trabalhos deverão ser impressos em papel branco ou reciclado tamanho A4 (21,0 cm x 29,7 cm), densidade 75g/m^2, devidamente encadernados e na po- sição vertical.
- **Margem**: Configuração de página: margens: superior e esquerda, 3,0 cm; infe- rior e direita, 2,0 cm. A Figura 19 exemplifica essa configuração das margens na página.

Figura 19 – Configuração da página



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

- **Fonte**: o tipo de letra (fonte) utilizado em todo o trabalho deve ser *Times New Roman*, tamanho 12 para os títulos, parágrafos, capa e folha de rosto. Nas cita- ções recuadas (aquelas com mais de 3 linhas), nas notas de rodapé, legenda de figuras, quadros e tabelas deve-se aplicar **o tamanho 10.**
- **Parágrafo**: recuo de 2 cm e alinhamento justificado.
- **Recuo das citações**: 4,0 cm e alinhamento justificado (conforme ilustrado no item 6.1.2.2 Citação direta longa).

- **Espaçamento entre linhas**: 1,5 cm para o texto; simples (1,0) para citações longas recuadas, notas de rodapé, referências, legendas de figuras, quadros e tabelas.
- **Palavras ou expressões em destaque**: para destacar alguma palavra ou expressão, deve-se utilizar o sublinhado ou o **negrito**, reservando-se **o** *itálico* para as expressões em língua estrangeira e para as seções ternárias.
- **Títulos sem numeração**: Agradecimentos, Resumo, *Abstract*, Sumário; Anexos, Referências etc. **devem ser centralizados, grafados com letra maiúsculas** e sem ponto final.
- **Títulos das seções**: ao inserir um novo título numerado, deve-se dar um espaço de 1,5 cm antes e 1,5 cm depois; texto ajustado à margem esquerda, justificado, sem ponto depois do último algarismo. Utilizar numeração progressiva e destacar os títulos conforme a ABNT NBR 6024 (2012) da seguinte forma:

1 SEÇÃO PRIMÁRIA (CAIXA ALTA, NEGRITO, TAMANHO 12)

1.1 Seção secundária (caixa baixa, negrito, tamanho 12)

1.1.1 *Seção terciária* (*caixa baixa, itálico, tamanho 12*)

1.1.1.1 Seção quaternária (caixa baixa, sublinhado, tamanho 12)

1.1.1.1.1 Seção quinária (caixa baixa, sem negrito, tamanho 12)

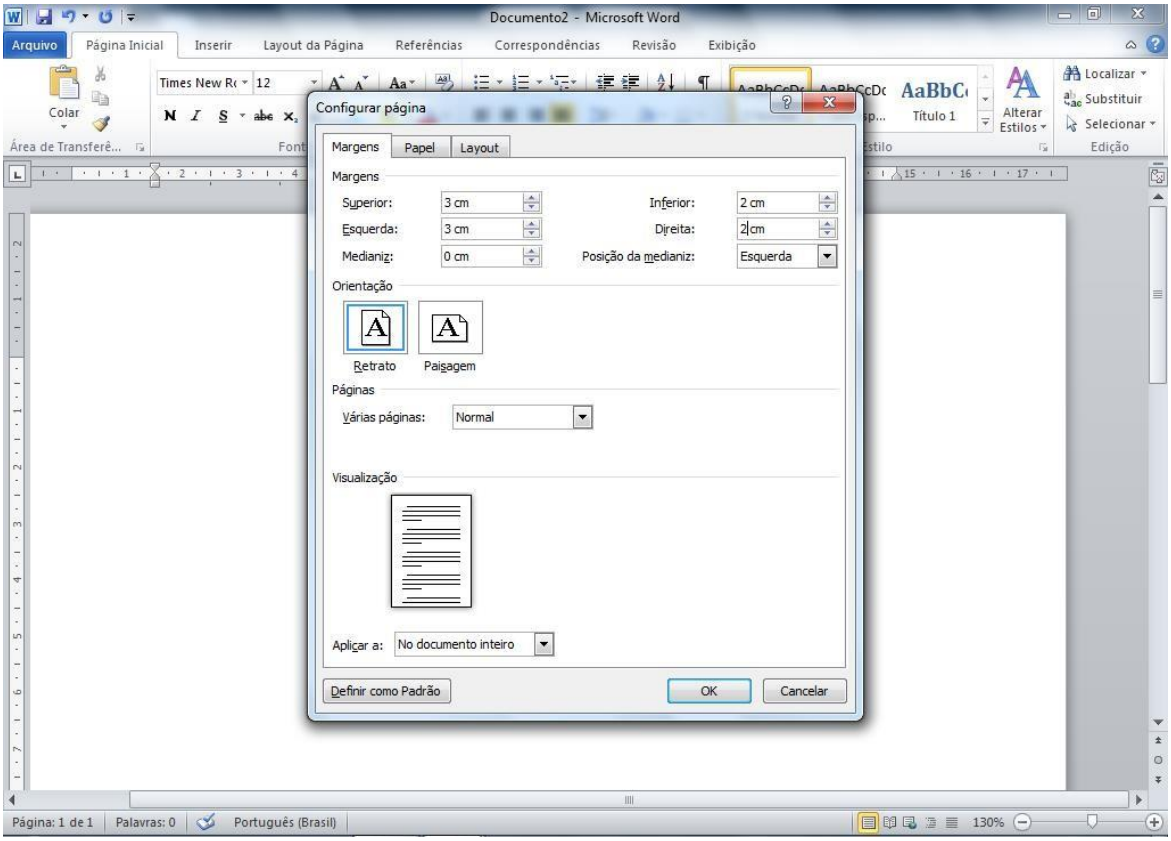
8.5 Formatação em Microsoft Office Word

8.5.1 Margens

Para configurar as margens (Figura 20):

1. Clicar em exibição.
2. Selecionar régua.
3. Clicar duas vezes na parte cinza da régua.
4. Ajustar as medidas: superior e esquerda, 3 cm; inferior e direita, 2 cm.

Figura 20 – Configuração das margens *no Microsoft Office Word*



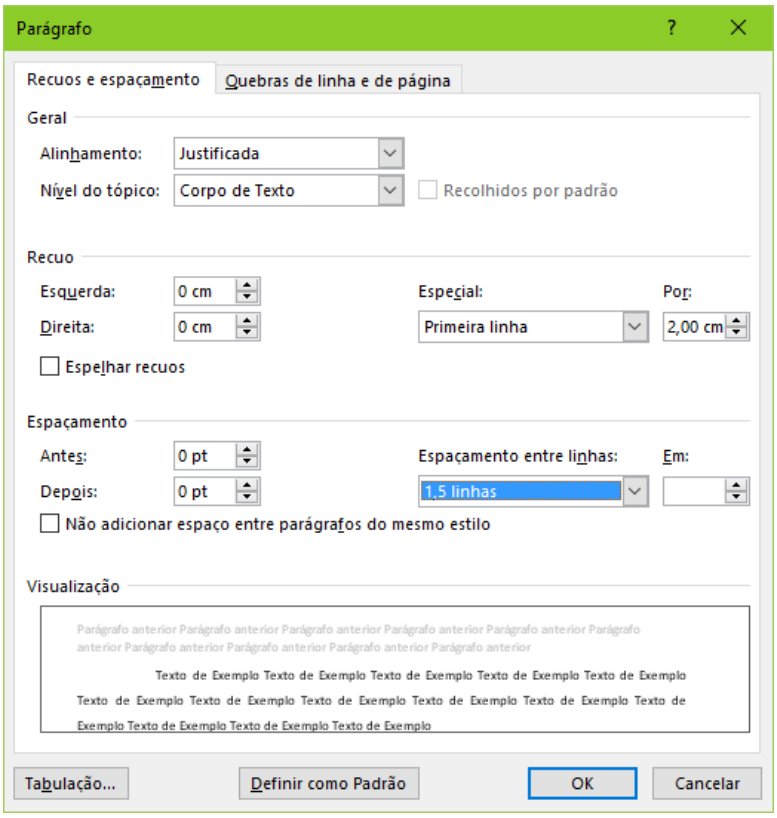
Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

8.5.2 Parágrafos

Para configurar os parágrafos (Figura 21):

1. Clicar, acima da régua, dentro do campo de parágrafo, na seta no canto inferior direito desse campo ( ).
2. Ajustar alinhamento do texto para justificado.
3. Recuo do parágrafo: clicar em especial, selecionar 1ª linha e eleger recuo de 2,0 cm.
4. Espaçamento antes e depois: sempre 0 pt.
5. Espaçamento entre linhas de 1,5 cm.

Figura 21 – Configuração do parágrafo



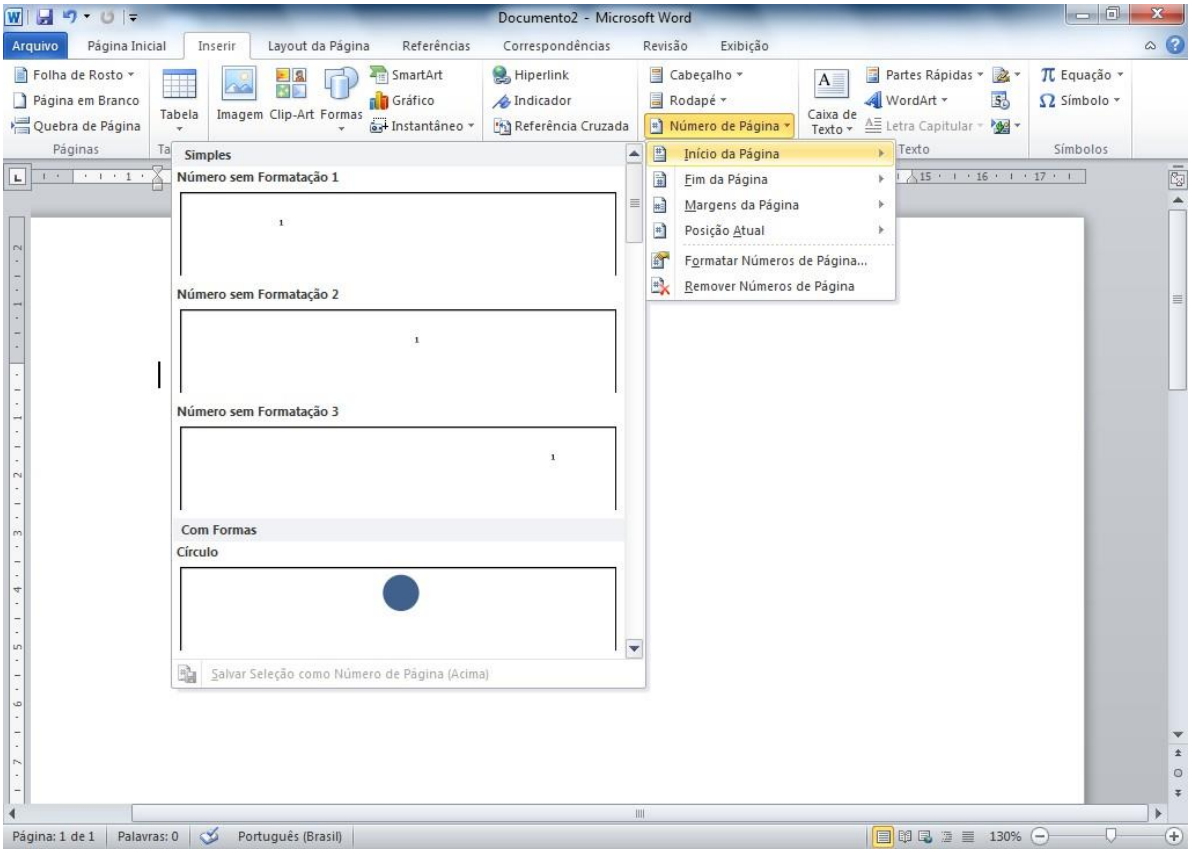
Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

8.5.3 Numeração de páginas

Para ajustar a numeração de páginas (Figura 22):

1. Clicar em inserir e, em seguida, número de página e início da página;
2. Selecionar a terceira formatação, número no alto da página no canto direito;
3. Em seguida, clicar em formatar número de página: como não se conta capa, inicie com o número dois ou mais, dependendo da quantidade de páginas que aparecerem antes da introdução e depois da capa.

Figura 22 – Configuração da numeração das páginas



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

ATENÇÃO

Todas as folhas devem ser contadas sequencialmente a partir da folha de rosto, porém, a **numeração** das páginas deve figurar somente a partir da primeira folha da parte textual, ou seja, na introdução, em algarismos arábicos, **no canto superior direito da folha**, a 2,0 cm da borda superior. Quando o trabalho for digitado ou datilografado em **anverso e verso**, a numeração das páginas deve ser colocada no anverso da folha, no canto superior direito; e no verso, no canto superior esquerdo.

8.5.4 Notas de rodapé

1. Clicar em referências
2. Inserir notas de rodapé
3. **Obs.**: as notas de rodapé devem ser usadas para explicações curtas ou para se transcrever citação em língua estrangeira ou versão de trechos traduzidos.

8.5.5 Encadernação

Os trabalhos devem ser encadernados, obedecendo a especificações:

- Graduação: capa dura, na cor preta e com letras douradas.
- Mestrado: capa dura na cor vermelha e com letras douradas.
- Doutorado: capa dura na cor azul e com letras douradas.

Depois de tantas normas, tantas exigências, tantas cobranças, trabalho pronto. Envolto em capa dura, grafado em letras douradas. Ele traduz o amplo esforço do trabalho árduo, muitas vezes, desgastante. O olhar de júbilo e contentamento sobre ele é natural e merecido. A sensação é de leveza e bem-estar. Missão cumprida. Por enquanto... sim. Mas outros virão...

Também os organizadores deste manual têm essa mesma sensação, mas, ao final de todo o processo, surge mais um desafio já enunciado por Santos (2000), em suas reflexões sobre a ciência pós-moderna:

> Compreender assim a ciência não é fundá-la dogmaticamente em qualquer dos princípios absolutos ou *a priori* que a filosofia da ciência nos tem vindo a fornecer [...]. Ao contrário trata-se de compreendê-la enquanto **prática social de conhecimento, uma tarefa que se vai cumprindo em diálogo com o mundo** e que é afinal fundada nas vicissitudes, nas opressões e nas lutas que o compõem e a nós, incomodados ou revoltados. (Santos, 2000, p. 11-12, grifo nosso).

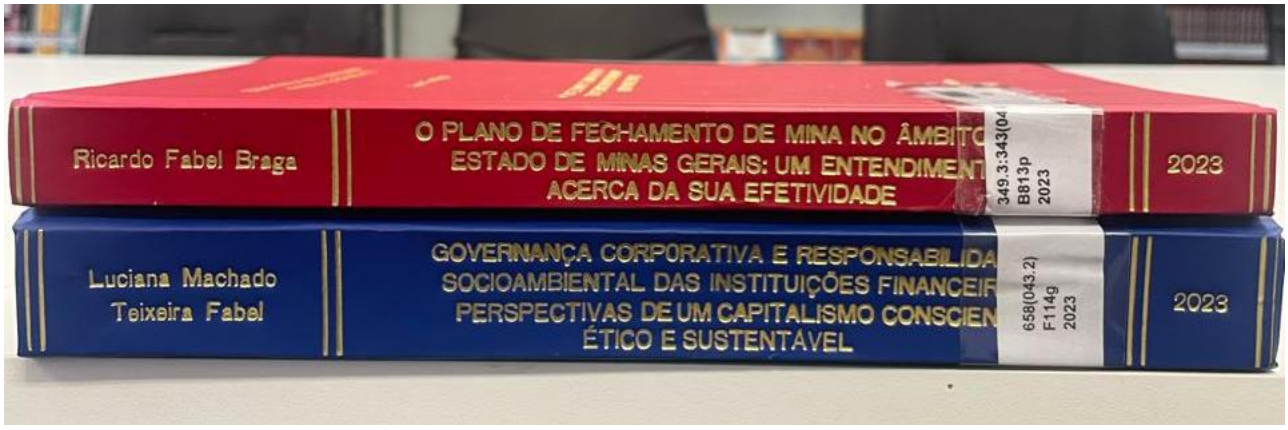
Fica, por fim, a responsabilidade de todos: fazer com que o diálogo com a realidade social se instaure na prática do pesquisador e que o Direito se fortaleça cada vez mais como ciência social aplicada.

8.5.6 Lombada

Conforme a ABNT NBR 12225 (2023, p.1) “lombada é a parte da capa que reúne as margens internas ou dobras das folhas, sejam elas costuradas, grampeadas, coladas ou mantidas juntas de outra maneira.”

Com o intuito de padronizar, a Dom Helder utiliza o modelo de Lombada Descendente, com o nome do autor, título e ano como elementos obrigatórios, conforme a imagem abaixo:

Figura 23 – Lombada dos trabalhos acadêmicos



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Como referenciar este manual:

ROCHA, Anacélia Santos *et al*. **O dom da produção acadêmica**: manual de normalização e metodologia da pesquisa. Belo Horizonte: Escola Superior Dom Helder Câmara, 2024. Disponível em: link. Acesso em: data de acesso.

REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suarez. **A arte de argumentar**: gerenciando razão e emoção. 13. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. Resenha de: MIRANDA, Daniela da Silveira. **Linha d'água**, São Paulo, n. 20, 2007. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/viewFile/37308/40028. Acesso em: 19 ago. 2015.

ABREU, Antônio Suarez. Argumentar, convencer e persuadir. *In*: ABREU, Antônio Suarez. **A arte de argumentar**: gerenciando razão e emoção. 13. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004, p. 25-26 apud WEG, Rosana Morais. **Fichamento**. São Paulo: Paulistana, 2006.

ALVES, Maria Bernadete Martins; ARRUDA, Susana Margareth. **Como fazer referências**: bibliográficas, eletrônicas e demais formas de documento. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Biblioteca Universitária, 2001. Disponível em: http://ufsc.br/framerefer.html. Acesso em: 23. abr. 2016.

ALVES, Maria Bernadete Martins; LOPES, Marili I. Lopes. **Procedimentos para apresentação e normalização de trabalhos acadêmicos**: referências. Florianópolis: UFSC, 2006. Disponível em: www.bu.ufsc.br/design/Modulo1Referencias.ppt. Acesso em: 9 out. 2016.

ANTUNES, Irandé. Assumindo a dimensão interacional da linguagem. *In*: ANTUNES, Irandé. **Aula de português**: encontro e interação. São Paulo: Parábola: 2003. cap. 2, p. 54-60.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6022**: Informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6024**:informação e documentação: Numeração progressiva das seções de um documento. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6027**: Informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6028**: Informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10520**: Informação e documentação: citações em documentos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10719**: Apresentação de relatórios técnicos-científicos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 12225:** informação e documentação: lombada: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14724:** informa-

ção e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15287**: Informação e documentação: projeto de pesquisa – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

AZEVEDO, Israel Belo de. **O prazer da produção científica**: descubra como é fácil e agradável elaborar trabalhos científicos. São Paulo: Hagnos, 2001.

BARDIN, Laurence. 1979. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARRAL, Welber Oliveira. **Metodologia da pesquisa jurídica.** 3. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

BARRAL, Welber Oliveira. **Metodologia da pesquisa jurídica**. 2. ed. Florianópolis: Fundação Boitex, 2003.

BECKER, Howard Saul. **Writing for social scientists**: how to start and finish your thesis, book or article. 2. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 2007 *apud* QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. **Monografia jurídica passo a passo:** projeto, pesquisa, redação, formatação. São Paulo: Método, 2015. p.134.

BEDÊ, Fayga Silveira; SOUSA, Robson Sabino de. Por que a área do direito não tem cultura de pesquisa de campo no Brasil?. **Rev. Bras. Polít. Públicas**, Brasília, v. 8, nº 1, 2018 p.781-796.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. **A arte da pesquisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 22 *apud* QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. **Monografia jurídica passo a passo:** projeto, pesquisa, redação, formatação. São Paulo: Método, 2015. p. 145.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 de dezembro de 2004, Seção 1, p. 15.

CÂMARA, Dom Helder. **Mil razões para viver**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1983. 101p.

CARVALHO, Salo de. **Como não se faz um trabalho de conclusão:** provocações úteis para orientadores e estudantes de Direito. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 187p.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** 2.ed. São Pualo: Cortez, 1995.

COSTA, Beatriz Souza; ROCHA, Anacélia Santos. Da educação formal à educação ambiental: o desafio da consolidação da democracia frente ao histórico de (des)construção do ensino na história do Brasil. *In*: OLEGÁRIO, Maria da Luz; RAMALHO, Antônio Germano; TASSIGNY, Mônica Mota (org.). **Direito, educação, ensino e metodologia II.** Paraíba: CONPEDI, 2014, v. 2, p. 383-413.

COSTA, Marco Antônio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. **Projeto de Pesquisa**: entenda e faça. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

COTA, Maria Aparecida Leite Mendes. **Os dez mandamentos da boa leitura**. Belo Horizonte, 2010. Não publicado.

CUSTÓDIO, Maraluce Maria. **Conceito Jurídico de Paisagem**: Contribuições ao seu estudo no direito brasileiro. Tese (Doutorado em Geografia). 370f. Belo Horizonte: Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

DEMO, Pedro. Definindo conhecimento científico. *In*: DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000. cap.1, p.13-44.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento:** metodologia científica no caminho de Habermas. 6. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. 125p.

DEMO, Pedro. Saber Pensar. *In*: DEMO, Pedro. **Metodologia para quem quer aprender**. São Paulo: Atlas, 2008. cap.2. p. 51-106.

DERANI, Cristiane; VIEIRA, Lígia Ribeiro. Os direitos humanos e a emergência das catástrofes ambientais: uma relação necessária. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 11, n. 22, p. 143-174, jul./dez. 2014.

EMEDIATO, Wander. **A fórmula do texto**: redação, argumentação e leitura- técnicas inéditas de redação para alunos de graduação e ensino médio. São Paulo: Geração Editorial. 2004.

ESCOLA SUPERIOR DOM HELDER CÂMARA – ESDHC. **Regimento interno**. Belo Horizonte: ESDCH, 2010. Disponível em: http://www.domhelder.edu.br/pagina.php?pagId=212. Acesso em: 15 nov. 2011.

FLORES, Waldir do Nascimento *et al*. **Enunciação e gramática**. São Paulo: Contexto. 2008.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 9. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

GALUPPO, Marcelo Campos. **Da idéia à defesa**: monografias e teses jurídicas. 2. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 175p.

GIRALDI, Janaina de Moura Engracia; CARVALHO, Dirceu Tornavoi de. A Imagem do Brasil no Exterior e sua Influência nas Intenções de Compra. **RAC Eletrônica**, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 22-40, jan./abr. 2009. Disponível em: http://anpad.org.br/periodicos/content/resumos.php?revista_id=3&artigo_id=832 . Acesso em: 12 fev. 2009.

GODINHO, Hugo Domith; CAMBAÚVA, Gustavo Froelich; MAK, Alessandra Perez. A **Ética aplicada para o sucesso nos negócios**. 2006. Disponível em: http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/436.pdf. Acesso em: 18 ago. 2009.

GOMES, Isaltina. **O discurso do outro na divulgação científica**. 2003. Disponível em: http://www.unicap.br/gtpsmid/artigos/isaltina.pdf. Acesso em: 18 set. 2015.

GUSTIN, Miracy Barbosa Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. **(Re)pensando a pesquisa jurídica**. 2.ed. rev. ampl. e atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

KÖCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetti; MARINELLO, Adiane Fogali. **Prática textual**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

KROKOSCZ, Marcelo. **Autoria e plágio**: um guia prático para estudantes, professores, pesquisadores e editores. São Paulo: Atlas, 2012.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Monografia Jurídica**. 9. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. (Série Métodos em Direito. v.1).

MACHADO, Ana Rachel (org.); LOUSADA, Eliane; TARDELLI, Lília Santos Abreu. **Planejar gêneros acadêmicos**. São Paulo: Parábola, 2005.

MACHADO, Anna Rachel (org.); LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. **Resenha**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004a.

MACHADO, Anna Rachel (org.); LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. **Resumo**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004b.

MACHADO, Anna Raquel. Os textos de alunos como índices para avaliação das capacidades de linguagem. *In*: MARI, Hugo. **Análise do discurso em perspectivas**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003. p. 215-229.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de Metodologia da pesquisa no Direito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MIRANDA, Daniela da Silveira. A arte de argumentar. **Linha d'água**, São Paulo, n. 20, 2007. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/viewFile/37308/40028. Acesso em: 19 ago. 2015.

OLIVEIRA NETO, Olavo de. **Manual de monografia jurídica**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

PEREIRA, Gustavo Oliveira de Lima. Apátridas e refugiados. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, ano 10, n. 181, 2012.

POSSENTI, Sírio. Sobre a linguagem científica e linguagem comum. *In*: POSSENTI, Sírio. **Os limites do discurso**: ensaios sobre discurso e sujeitos. 2.ed. Curitiba: Criar edições, 2004. cap. 16, p.235- 252.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. **Monografia jurídica passo a passo:** projeto, pesquisa, redação, formatação. São Paulo: Método, 2015.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; BEICKER, Flávio. Como a internet pode ajudar na execução da pesquisa? *In*: QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina. (coord.). **Metodologia jurídica**: um roteiro prático para os trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Saraiva, 2013. cap.15, p.315-347.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em Administração:** guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**: elementos de metodologia do trabalho científico. 3.ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1973. apud SEVERINO, Joaquim Antônio. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 2000. Disponível em: htthttp://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Introducao.pdf. Acesso em: 24 abr. 2016.

SEVERINO, Joaquim Antônio. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações e teses. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo da. et al. Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. *In:* CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9 – EDUCERD. ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3. 2009, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: PUCPR, 2009. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3124_1712.pdf. Acesso em: 18 mar. 2020.

VALENTI, Wagner Cotroni. **Guia de estilo para redação científica**. 2015. Disponível em: http://videoaula.sepi.unip.br/avisos/INSTRUCIONAL%20CUIDADOS%20AO%20ESCREVER.pdf. Acesso em: 18 set. 2015.

VALVERDE, Alda da Graça Marques; FETZNER, Néli Luiza Cavalieri (coord); TAVARES JUNIOR, Nelson Carlos. **Lições de argumentação jurídica**: da teoria à prática. 4. ed. rev. atual. ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

WEG, Rosana Morais. **Fichamento**. São Paulo: Paulistana, 2006.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.